



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sara Filipa Lopes Martins

**Segregação socio-espacial em Braga:
o caso de estudo do Bairro
das Andorinhas**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sara Filipa Lopes Martins

**Segregação socio-espacial em Braga:
o caso de estudo do Bairro
das Andorinhas**

Mestrado em Geografia – Área de especialização
em Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a direção do
Professor Doutor Flávio Paulo Jorge Nunes

DECLARAÇÃO

Nome: **Sara Filipa Lopes Martins**

Endereço eletrónico: **saraflmartins94@gmail.com** Telemóvel: **936555307**

Número do Bilhete de Identidade: **14472904**

Título dissertação: **Segregação socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas**

Orientador: **Professor Doutor Flávio Paulo Jorge Nunes**

Ano de conclusão: **2017**

Designação do Mestrado: **Mestrado em Geografia – Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território**

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 19/12/2017

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Flávio Nunes, o meu primeiro agradecimento, pela disponibilidade e apoio. Sem si não teria sido possível.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente, Sr. Jorge Pires, pela atenção e pela informação disponibilizadas.

Aos meus pais, que me apoiaram e me incentivaram a não desistir.

À Marta, pela ajuda e pelo estímulo para continuar.

À avó e à Fátima, por compreenderem a minha ausência.

A ti, Zé, que me ensinaste a não baixar os braços. Sei que ias gostar...

À Carla, pela amizade.

RESUMO

Esta investigação procura debater o modo como a promoção de políticas urbanas fomentadoras de habitação social veio induzir o desenvolvimento de fenómenos de segregação sócio-espacial que, em alguns casos, estão na génese das principais áreas problemáticas das nossas cidades. Neste contexto procura refletir também como o planeamento urbano pode contribuir para desmistificar a imagem negativa que existe de alguns bairros sociais, valorizando as suas potencialidades e populações que, apesar de necessitarem de apoio, são capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento da cidade em que se integram.

Tendo como estudo de caso o Bairro Social das Andorinhas, em Braga, propõe-se conhecer a perceção dos residentes na cidade sobre este bairro, bem como a perceção dos moradores do bairro sobre a sua integração na cidade; para que a partir da confrontação destas perceções se possa ponderar modos de atenuar a segregação socio-espacial que afeta o Bairro das Andorinhas. O desenvolvimento desta pesquisa baseia-se assim no método qualitativo assente na análise do estudo de caso, alicerçado numa revisão bibliográfica dos conceitos de exclusão social, segregação socio-espacial, políticas de habitação social e de miscigenação social. Partindo da discussão conceptual assente nesta revisão bibliográfica analisa-se a realidade do Bairro das Andorinhas. Para tal, procedeu-se ao tratamento de informação original recolhida através da aplicação de um inquérito a uma amostra estatisticamente representativa dos habitantes da cidade de Braga, de modo a conhecer a sua perceção sobre as áreas mais problemáticas da cidade. Foi ainda efetuado um segundo inquérito a uma amostra estatisticamente representativa dos moradores do Bairro das Andorinhas, para compreender a sua perceção sobre a integração do bairro na cidade. Entrevistas adicionais a agentes relevantes para a vida quotidiana do bairro, permitiram esboçar ainda um contributo para uma proposta de acção que visa reverter percepções estigmatizantes de que o bairro das Andorinhas é alvo.

Palavras-chave: Políticas Urbanas; Segregação socio-espacial; Habitação social; Miscigenação social; Braga.

ABSTRACT

This study debates how urban policies focused in social housing issues have been promoting the emergence of social segregation within urban areas, which is in the origin of some of the current main problematic areas of our cities, in the perception of their inhabitants. In this context, this research intends to disclose how urban planning can help to change the negative image that exists about some social housing projects, by valuing their potentialities and citizens, who, despite needing social assistance, are able to contribute actively to the development of the city in which they are integrated.

Based in the case study of the Andorinhas Social Housing project, located in the city of Braga (Portugal) it is presented and discussed the Braga citizen's perception about this specific social housing project, as well as the perception of those who live in these social houses about their integration in the city of Braga. By contrasting both perceptions it is pondered mechanisms to mitigate the stigmatization of this social housing project and promote its better integration in the city of Braga.

This research is based in a qualitative approach focused in a case study and founded in an extensive literature review of the following concepts: social exclusion, socio-territorial segregation, social housing policies and social mix approaches. Starting from this conceptual clarification it is analysed the Andorinhas Social Housing project, by the analysis of original data collected through the application of a survey to a statistically representative sample of the Braga inhabitants, in order to reveal their perceptions about Braga most problematic areas. A second survey was carried out also to a statistically representative sample of those who live in the Andorinhas Social Housing project, in order to understand their perceptions about its integration in the city of Braga. Additional information gathered through in-depth interviews conducted to some of the most relevant local agents, allowed the presentation of an additional contribute to reverse the negative existing perceptions about the Andorinhas Social Housing project.

Key-words: Urban Policies; Social-territorial Segregation; Social Housing, Social Mix, Braga.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
ÍNDICE	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS.....	xi
1. Introdução	1
<i>Contextualização da problemática de investigação.....</i>	2
<i>Questões de partida e objetivos da investigação</i>	6
<i>Metodologia de investigação.....</i>	7
2. Segregação socio-espacial e habitação social.....	11
2.1. <i>Da exclusão social à segregação socio-espacial.....</i>	11
2.2. <i>A habitação social promotora de segregação socio-espacial.....</i>	17
3. Miscigenação Social.....	23
3.1. <i>A miscigenação social como meio de combate à segregação socio-espacial</i>	23
3.2. <i>A aplicação dos princípios de miscigenação social na reabilitação de bairros sociais</i>	28
4. A habitação social em Portugal.....	35
4.1. <i>A habitação social nas políticas de habitação implementadas em Portugal</i>	35
4.2. <i>Os bairros sociais portugueses como áreas urbanas problemáticas: estratégias de intervenção.....</i>	44
4.2.1. Bairro da Cova da Moura	45
4.2.2. Bairro São João de Deus.....	52
4.2.3. Vale da Amoreira	55
4.2.4. Bairro do Aleixo	57
4.2.5. Quinta do Mocho	59
5. O Bairro das Andorinhas: uma manifestação de segregação socio-espacial em Braga	65
5.1. <i>Localização e caracterização do Bairro das Andorinhas.....</i>	65

5.2.	<i>Perceção dos habitantes de Braga sobre o Bairro das Andorinhas</i>	72
5.2.1.	Caracterização da amostra	73
5.2.2.	Áreas problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus habitantes	77
5.2.3.	O nível de integração do Bairro das Andorinhas na cidade na perspetiva dos habitantes de Braga	81
5.2.4.	A imagem mental dos habitantes de Braga acerca do Bairro das Andorinhas.....	83
5.2.5.	Vias para a reversão da conotação negativa do Bairro das Andorinhas, na perspetiva dos habitantes de Braga.....	87
5.3.	<i>A integração do Bairro das Andorinhas na cidade, na perspetiva dos moradores do bairro</i>	90
5.3.1.	Caracterização da amostra	90
5.3.2.	Motivações para residir no Bairro das Andorinhas	92
5.3.3.	Avaliação do bairro e das suas condições de habitabilidade.....	93
5.3.4.	Avaliação da integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga	99
5.3.5.	A imagem mental acerca do Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores	102
6.	Um contributo para o combate à segregação socio-espacial do Bairro das Andorinhas ...	107
7.	Conclusão.....	113
	Bibliografia	119
	ANEXOS	131

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Localização das freguesias de Águas Livres, Alfragide e Venteira.....	46
Figura 2 Localização da freguesia de Campanhã.....	53
Figura 3 Localização da União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	56
Figura 4 Localização da União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	57
Figura 5 Localização da União das freguesias de Sacavém e Prior Velho	59
Figura 6 Localização do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga.....	66
Figura 7 Distância do Bairro das Andorinhas aos principais serviços e equipamentos públicos.	68
Figura 8 O Bairro das Andorinhas: usos do solo e funções.....	71
Figura 9 Inquiridos segundo o escalão etário.....	74
Figura 10 Inquiridos segundo o local de residência na cidade de Braga.....	76
Figura 11 Áreas problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus moradores.....	78
Figura 12 O nível de integração do Bairro das Andorinhas na cidade, na perspetiva dos habitantes de Braga	82
Figura 13 Opinião dos habitantes de Braga sobre o Bairro das Andorinhas.....	84
Figura 14 Nível de escolaridade da amostra de residentes no Bairro das Andorinhas	91
Figura 15 Avaliação comparada do grau de satisfação com o Bairro das Andorinhas e com as suas condições de habitabilidade, por parte dos seus moradores	94
Figura 16 Avaliação de parâmetros de caracterização do Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores.....	94
Figura 17 Vontade dos moradores no Bairro das Andorinhas em permanecer na habitação em que residem atualmente.....	98
Figura 18 A integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga, na perspetiva de quem habita no bairro.....	100
Figura 19 Frequência do Bairro das Andorinhas pelos restantes moradores da cidade de Braga, na perspetiva de quem habita no bairro	101
Figura 20 Confrontação entre a imagem (positiva ou negativa) que os moradores tinham do Bairro das Andorinhas antes de nele viverem e a realidade que encontraram.....	104

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I Críticas e benefícios da miscigenação social	28
Tabela II Linhas temáticas de reflexão sobre a nova política de habitação social em Portugal ...	32
Tabela III Inquiridos segundo a sua ocupação/condição perante o trabalho	75
Tabela IV Outras áreas problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus habitantes (referidas, cada qual, por menos de 10 inquiridos)	81
Tabela V Grau de satisfação dos habitantes de Braga face ao cenário hipotético de alteração do seu local de residência para o Bairro das Andorinhas	87
Tabela VI Inquiridos no Bairro das Andorinhas segundo a sua ocupação/condição perante o trabalho.....	92

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 Intervenção artística na Cova da Moura.....	51
Fotografia 2 Urbanização Terraços da Ponte	60
Fotografia 3 Intervenção na Quinta do Mocho.....	61
Fotografia 4 Intervenção artística na Quinta do Mocho.....	62
Fotografia 5. Vista sobre o Bairro das Andorinhas da RuaDr. Manuel Braga da Cruz	65
Fotografia 6 Parque Street Workout.....	69

LISTAGEM DE ACRÓNIMOS

ACES	Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto
ACMJ	Associação Cultural Moinho da Juventude
ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
APSI	Associação para a Promoção da Segurança Infantil
ASSACM	Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
CHE	Cooperativa de Habitação Económica
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMB	Câmara Municipal de Braga
CML	Câmara Municipal de Loures
CNH	Comissão Nacional de Habitação
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
ENH	Estratégia Nacional para a Habitação
FEII	Fundo de Investimento Imobiliário
FFH	Fundo de Fomento de Habitação
GAP	Galeria de Arte Pública
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GPL	Grupo de Parceiros Local
GCOM	Grupo de Coordenação de Obras Municipais de Habitação
GPU	Gabinete de Planeamento Urbanístico
HIS	Habitação de Interesse Social
IBC	Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
INH	Instituto Nacional de Habitação
ISPA-IU	Instituto Superior de Psicologia Aplicada
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
PEDUS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Braga
PER	Programa Especial de Realojamento
PIISE	Programa Imediato de Intervenção Social e Educacional
PIPEM	Programa Imediato de Pequenos Melhoramentos
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PODAFD	Plano Operacional de Desenvolvimento da Atividade Física e do Desporto
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PROQUAL	Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SMH	Serviço Municipal de Habitação
SRU	Loi pour la Solidarité et al Renouvellement Urbain
TUB	Transportes Urbanos de Braga
URBAN II	Iniciativa Comunitária URBAN II

1. Introdução

A persistente falta de recursos económicos de uma parte dos cidadãos residentes em espaços urbanos tem levado o Estado a promover políticas de habitação social, com o intuito de providenciar condições de habitabilidade dignas para a população mais desfavorecida. No entanto, estes investimentos públicos em muitos casos originam graves situações de segregação, pois tratam-se de opções políticas que, do modo como são implementadas, confinam população socialmente muito semelhante (com as mesmas vulnerabilidades) nos mesmos espaços, separando-a e em muitos casos afastando-a dos residentes de extratos socioeconómicos mais elevados.

Torna-se, assim, pertinente uma investigação sobre o contributo da habitação social e do planeamento urbano, para a manifestação de fenómenos de segregação socio-espacial em contexto urbano. Por um lado, porque os moradores de bairros sociais sentem-se desintegrados da vida coletiva da sua cidade, sendo muitas vezes alvo de preconceito, o que faz com que não tenham as mesmas oportunidades que a restante população urbana. Por outro lado, os bairros sociais são percecionados pela restante população como lugares problemáticos, perigosos, e por isso não os frequentam, contribuindo, assim, para a segregação e estigmatização dos seus residentes.

A importância desta investigação prende-se também com a necessidade de refletir sobre o modo como o planeamento urbano pode contribuir para desmistificar a imagem negativa generalizada que existe dos bairros sociais, enquanto lugares vulneráveis ao crime e a outros comportamentos desviantes, e mostrar que são lugares com potencialidades e com população que, apesar de precisar de apoio, é capaz de contribuir ativamente para o desenvolvimento da cidade em que se integra.

Esta investigação, que tem como estudo de caso o Bairro Social das Andorinhas, em Braga, propõe-se conhecer a perceção dos residentes na cidade sobre as áreas problemáticas de Braga, bem como a perceção dos moradores do bairro das Andorinhas sobre a sua integração na cidade de Braga. Propõe-se, ainda, identificar aspetos distintivos do bairro que permitam a sua integração na cidade e, conseqüentemente promovam a sua frequência pelos restantes moradores de modo a que estes, a partir de uma experiência de lugar, possam refazer a sua imagem mental acerca deste bairro.

Contextualização da problemática de investigação

Durante a Revolução Industrial e perante a estagnação do setor agrícola, os habitantes rurais foram atraídos para as cidades pela oferta de trabalho e pela expectativa de melhores condições de vida. No entanto, as cidades de então não tinham condições para satisfazer as necessidades habitacionais de um grande afluxo de população pobre, proliferando assim os bairros degradados, com condições insalubres, os sem-abrigo, a sobrelotação dos fogos e as doenças.

“A encortiçada cidade vitoriana era, sem sombra de dúvida e sob vários aspetos, um lugar horroroso; mas oferecia oportunidades económicas e sociais, luzes e multidões. O campo de fins do período vitoriano, atualmente encarado por um viés excessivamente sentimental, era de facto igualmente inaceitável: embora promettesse ar puro e natureza, tinha seu desenvolvimento travado pela depressão na agricultura e não oferecia nem trabalho nem salários suficientes, nem vida social adequada” (Hall, 2002, p. 108).

Pode referir-se que a segregação socio-espacial tal como entendida por Stébé (2002, *cit.* Alves, 2010), como a separação dos grupos sociais no espaço em função de fatores como a classe social, o ciclo de vida dos indivíduos, a etnia, a religião, entre outros, agravou-se neste contexto histórico e as situações de exclusão aumentaram. Mas a segregação urbana sempre esteve presente na sociedade, pois já as cidades gregas e romanas tinham já divisões definidas em função da posição social, política ou económica (Negri, 2008).

O conceito de segregação começou a ser utilizado a partir da década de 1950 e, sobretudo, a partir dos anos 1970, nos estudos de urbanismo para substituir os termos “separação” e “divisão”

usados no início do século XX para designar as oposições socio-espaciais entre o centro e a periferia, o espaço de trabalho e de residência, os bairros atrativos e os bairros mais desfavorecidos (Stébé, 2002, *cit.* Alves, 2010).

O conceito de exclusão encontra-se muito relacionado com a segregação. A exclusão social é a situação de desigualdade máxima, resultado da oposição entre os que mobilizam os seus recursos para participar plenamente na vida social e os que, por falta de recursos, estão incapacitados de o fazer; sendo por isso o processo extremo de marginalização, ao longo do qual se quebram os laços entre o indivíduo e os sistemas sociais, podendo mesmo adquirir uma dimensão afetiva com a quebra dos laços entre o indivíduo e a família/amigos (Capucha, 1998, *cit.* Rodrigues *et al.*, 1999; Costa, 2016).

Segundo Lamarque (1995, *cit.* Guerra, 2012), a exclusão social é o prolongamento do conceito de nova pobreza, criado nos anos 1980 para designar os indivíduos afetados pela crise económica e que atravessavam dificuldades resultantes do processo de desqualificação. A exclusão social é muitas vezes entendida como resultado da pobreza, sendo, por isso, necessário distinguir estes conceitos. O conceito de pobreza, enquanto situação de escassez de recursos, acentua o aspeto distributivo dos recursos, enquanto o conceito de exclusão social acentua os aspetos ligados às relações entre indivíduos, resultado de uma inadequada integração social (Pereirinha, 1992, *cit.* Rodrigues *et al.*, 1999). Por outro lado, a pobreza é um estado, enquanto “a exclusão é um processo dinâmico associado a uma trajetória que conduz à marginalização” (Lamarque, 1995, *cit.* Rodrigues *et al.*, 1999, p. 69).

O estado da habitação é, simultaneamente, um indicador e um fator de pobreza e de exclusão social, pois a falta de habitação condigna associa-se a mecanismos de vulnerabilidade e degradação das condições de vida e, além disso, a concentração de habitações degradadas em bairros urbanos favorece a reprodução de problemas sociais (Capucha *et al.*, 2005). Torna-se, assim, pertinente uma breve reflexão sobre as políticas de habitação social seguidas em Portugal.

Em 1974 não havia ainda em Portugal o Estado-Providência (que já existia nos restantes países europeus), pelo que, até então, o sector público teve uma participação muito reduzida na promoção habitacional. Até aos anos 1960, os problemas habitacionais caracterizavam-se por

condições de habitabilidade deficientes, ausência de infraestruturas e equipamentos sociais e pelo avançado estado de degradação dos edifícios, reflexo da ausência de uma política de conservação e recuperação do edificado. Para atenuar estas carências, o Estado desenvolveu programas de promoção de bairros económicos, sobretudo em Lisboa e no Porto.

A deslocação de população rural para a cidade e a receção de importantes fluxos migratórios das ex-colónias, fez sobressair, a partir de meados da década de 1970, a ausência de oferta habitacional pública, bem como de equipamentos sociais e de infraestruturas urbanas. A chegada, às cidades, de muita população sem recursos, refletiu a falta de oferta habitacional, agravou as práticas de coabitação e impulsionou a construção de bairros de barracas degradados e a construção clandestina (Guerra, 2011).

Para suprir as carências habitacionais, os Governos desenvolveram vários programas, como é o caso do Plano Especial de Realojamento (PER), criado em 1993 para erradicar as barracas e realojar as famílias, assim como o Programa de Habitações Económicas, que previa a construção de habitações a baixo custo nas Áreas Metropolitanas.

O direito à habitação, consagrado na Constituição, obriga o Estado a intervir em nome dos cidadãos mais desfavorecidos em termos habitacionais. A habitação social é, assim, uma medida da política social do Estado, destinada à população economicamente mais vulnerável, permitindo-lhe ter uma habitação e melhorar a qualidade de vida (Santos, 2015). Mas o que inicialmente parecia a melhor solução para a integração da população e para melhorar a sua qualidade de vida, tornou-se um instrumento de segregação e de guetização (Augusto, 2000). A solução adotada para fazer face ao crescimento populacional nos centros urbanos e à população socioeconomicamente mais desfavorecida, foi a construção de bairros sociais na periferia das cidades, por vezes, em locais de difícil acesso e já socialmente estigmatizados (Santos, 2015). Contudo, esta política pecou pela falta de planeamento estratégico e pela falta de uma visão abrangente do processo de realojamento. A sua homogeneidade socioeconómica (associada, muitas vezes, a locais de pobreza e marginalidade), a localização periférica, a standardização arquitetónica, entre outros fatores, contribuiu para a segregação e estigmatização destes bairros.

Os bairros sociais enfrentam, atualmente, dois problemas: por um lado, as intervenções de que têm sido alvo desde os anos 1970 não têm conseguido alterar a imagem negativa destes lugares e resolver a exclusão dos seus residentes; por outro lado, a falta de incentivos à manutenção das habitações gera processos de rutura social, onde os agregados ficam dependentes dos mecanismos da proteção social, que são muitas vezes insuficientes para responder às necessidades básicas (Santos, 2015).

Assim, é necessário desenvolver políticas de inclusão/integração social, de modo a melhorar a participação da população destes bairros na cidade em que se integram, criando-lhes oportunidades para melhorar as suas condições de vida, ao mesmo tempo melhorar a perceção que a restante população urbana foi desenvolvendo sobre estes residentes e sobre estes espaços urbanos.

É precisamente este o objetivo desta investigação ao pretender analisar a situação do Bairro das Andorinhas, em Braga. Este trabalho procura avaliar até que ponto o Bairro das Andorinhas é um espaço segregado na cidade, comparando a opinião dos seus moradores e dos restantes habitantes da cidade para, posteriormente, serem estudadas medidas de inclusão/integração social.

A inclusão/integração social é “o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania” (CIES/CESO I&D, 1998, *cit.* Rodrigues *et al.*, 1999, p. 79). Este processo implica um duplo movimento: por um lado, os indivíduos excluídos socialmente e em situação de pobreza devem esforçar-se para aceder aos direitos de cidadania e participação social; por outro lado, as instituições devem oferecer a estes indivíduos oportunidades para iniciar estes processos, disponibilizando meios e apoiando-os no acesso a instituições, qualificação, emprego, participação cívica, etc.

O reconhecimento de que a exclusão social e a segregação espacial contribuem para o declínio socio-espacial, levou alguns países a adotarem políticas de promoção da mistura social em áreas residenciais (miscigenação social ou *mix* social), de modo a alcançar a integração socioeconómica, sobretudo dos grupos sociais em risco (Alves, 2010). É o caso da Alemanha, França, Holanda e

Suécia, por exemplo, onde o *mix* social e funcional é um instrumento das políticas de habitação e de planeamento urbano.

Sarkissian (1976, *cit.* Alves, 2010, p. 86) aponta como principais benefícios do “*mix* social” o aumento dos padrões das classes mais baixas, em termos de comportamento e atitudes em comunidade, a diversidade estética do edificado e a melhoria do seu efeito visual, o incentivo à interação entre indivíduos de grupos diferentes (“fertilização cruzada”) e os benefícios diversos que daí podem decorrer, bem com a promoção de maior equidade de oportunidades e de harmonia social, possibilitando a comunicação e a integração e diminuindo a hostilidade e desconfiança entre grupos sociais.

Em matéria de urbanismo têm sido desenvolvidas respostas públicas de luta contra a pobreza e a exclusão social nos bairros que expressam uma maior segregação sócio-espacial, nomeadamente procurando dotar as áreas excluídas de serviços públicos básicos (redes viárias, transportes, água e saneamento), promovendo a qualificação dos espaços públicos e a melhoria da habitação, promovendo a mistura social, bem como procurando encontrar elementos que confirmem visibilidade e dignidade ao local (Clavel, 2004, *cit.* Alves, 2010).

Questões de partida e objetivos da investigação

Esta investigação, que tem como estudo de caso o Bairro Social das Andorinhas, em Braga, propõe-se conhecer a perceção dos residentes na cidade sobre este bairro, bem como a perceção dos moradores do bairro sobre a sua integração na cidade; para que a partir da confrontação destas perceções possa ponderar modos de atenuar a segregação socio-espacial que afeta o Bairro das Andorinhas. Para atingir este objetivo a investigação parte de três questões de partida a que se propõe responder.

A aposta na habitação social em Portugal, sobretudo após a Revolução de 1974, foi eficiente no combate à segregação socio-espacial ou, por ventura, agravou ainda mais este problema? Esta questão tem como objetivos específicos perceber o contexto em que as políticas de habitação

social foram desenvolvidas em Portugal e quais os seus resultados e analisar os efeitos resultantes das intervenções de reabilitação de bairros sociais.

Constitui o Bairro das Andorinhas um exemplo de segregação socio-espacial na cidade de Braga? Para o efeito, é necessário conhecer a perceção dos habitantes da cidade de Braga sobre as áreas problemáticas da cidade, compreender a génese e evolução do bairro e analisar a perceção dos seus moradores sobre a sua integração na cidade.

Como políticas de miscigenação social poderiam facilitar a integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga? Para tal, é necessário entender a miscigenação social como meio de combate à segregação socio-espacial, analisar a aplicação de políticas de miscigenação social em países europeus e identificar aspetos diferenciadores no Bairro das Andorinhas, suscetíveis de serem potenciados de modo a promover a sua integração na cidade.

Metodologia de investigação

O desenvolvimento desta pesquisa baseia-se no método qualitativo assente na análise de um estudo de caso – o Bairro das Andorinhas, em Braga, alicerçado numa revisão bibliográfica dos conceitos de exclusão social, segregação socio-espacial, políticas de habitação social e de miscigenação social.

Partindo da discussão conceptual assente nesta revisão bibliográfica será analisada a realidade do Bairro das Andorinhas. Numa primeira fase foram recolhidas informações sobre a génese e evolução do bairro, quer na Biblioteca Municipal quer noutros arquivos da cidade. Numa fase posterior procedeu-se à análise de informação original recolhida através da aplicação de um inquérito a uma amostra estatisticamente representativa dos habitantes da cidade de Braga, de modo a conhecer a sua perceção sobre as áreas mais problemáticas da cidade. Foi ainda efetuado um segundo inquérito a uma amostra estatisticamente representativa dos moradores do Bairro das Andorinhas, para compreender a sua perceção sobre a integração do bairro na cidade. Para este estudo de caso foi também recolhida, sistematizada e analisada informação original através

da realização de uma entrevista semi-diretiva em profundidade ao presidente da Junta de Freguesia de São Vicente.

Estrutura da dissertação

Este estudo encontra-se estruturado em torno de quatro capítulos, para além da sua introdução e conclusão. No primeiro são abordados os conceitos de exclusão social e segregação socio-espacial, assim como a questão da habitação social enquanto fomentadora da segregação. A exclusão social deve ser entendida como a desigualdade extrema, resultante da oposição entre os que têm recursos e conseguem mobilizá-los para participar na vida social e os que não conseguem fazê-lo devido à falta de recursos. O termo segregação socio-espacial é entendido como a separação dos grupos sociais no espaço em função da etnia, religião, classe social, entre outros fatores, e passou a ser utilizado essencialmente a partir dos anos 1970. Por sua vez, o direito à habitação, consagrado na Constituição, obriga o Estado a intervir em favor dos cidadãos mais desfavorecidos em termos habitacionais. Para fazer face às carências habitacionais sentidas nos centros urbanos, optou-se pela construção de bairros sociais, sem ter em conta o planeamento estratégico e uma visão mais abrangente do processo de realojamento, pois em muitos casos contribuiu para a segregação e estigmatização destes bairros, devido, entre outros fatores, à sua homogeneidade socioeconómica, à localização periférica e à estandardização arquitetónica.

No capítulo seguinte, será abordada a miscigenação social enquanto política de combate à segregação socio-espacial. O reconhecimento de que a exclusão social e a segregação socio-espacial contribui para o declínio socio-espacial, levou alguns países a adotarem políticas de promoção da mistura social em áreas residenciais, como forma de integrar social e economicamente os indivíduos mais desfavorecidos. É o caso da Alemanha, França ou Suécia, onde o *mix* social e funcional integra as políticas de habitação e de planeamento urbano, com vários benefícios como, por exemplo, o aumento dos padrões das classes mais baixas, pelo convívio com outros grupos sociais, ou a maior equidade de oportunidades e de harmonia social.

Posteriormente, é analisada a habitação social nas políticas de habitação portuguesa. Até à década de 1960, os problemas habitacionais resumiam-se a condições de habitabilidade precárias,

ausência de infraestruturas e equipamentos sociais e avançado estado de degradação dos edifícios. Para atenuar estas carências, o Estado desenvolveu programas de promoção de bairros económicos, sobretudo em Lisboa e Porto, onde o êxodo rural mais se fez sentir. Foram desenvolvidos vários programas destinados a erradicar as habitações clandestinas, realojar a população e reabilitar e recuperar o edificado. Mais recentemente é consensual a necessidade de reabilitar os bairros para melhorar o sentimento de integração dos seus residentes. As iniciativas públicas desenvolvidas para as áreas urbanas mais desfavorecidas, têm apostado na diferenciação positiva de grupos e territórios, introduzindo mecanismos diferenciadores, com o objetivo de compensar as necessidades dos indivíduos aí residentes e ajustar as condições destas áreas aos padrões de qualidade de vida em sociedade, atenuando, assim, as desigualdades intraurbanas. Existe uma multiplicidade de conceitos para designar estas iniciativas (Renovação Urbana, Reabilitação Urbana, Requalificação Urbana), mas todas referem a intervenção física como meio de melhorar outras dimensões da qualidade de vida da população. Além disso, consideram também outras componentes de intervenção, permitindo a participação pública e reconhecendo os indivíduos como atores e não como figurantes, capazes de decidir sobre os seus interesses.

De seguida, e analisando a realidade do Bairro das Andorinhas, procura-se compreender se este bairro é ou não um exemplo de segregação socio-espacial na cidade de Braga. Deste modo, tornou-se necessário conhecer a perceção dos habitantes de Braga sobre as áreas mais problemáticas da cidade. Segue-se uma pesquisa sobre a génese e evolução do Bairro das Andorinhas e uma análise da perceção dos seus moradores quanto à sua integração na cidade. Por último, partindo das opiniões dos moradores do bairro e dos habitantes da cidade e da entrevista realizada ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente, serão apresentadas propostas para uma maior integração do Bairro das Andorinhas na cidade.

2. Segregação socio-espacial e habitação social

2.1. Da exclusão social à segregação socio-espacial

A exclusão social é, segundo Robert Castel (1991, *cit.* Costa, 2016, p. 9), o processo extremo de marginalização, ao longo do qual se quebram os laços entre o indivíduo e os sistemas sociais, podendo também adquirir uma dimensão afetiva com a quebra dos laços entre o indivíduo e a família/amigos.

No mundo ocidental, o conceito de exclusão social foi mais difundido a partir dos anos 1980, como resposta às crescentes fraturas e desigualdades visíveis no espaço urbano (Hayes *et al.*, 2008, *cit.* Guerra, 2012). A utilização deste conceito foi-se tornando cada vez mais comum, confundindo-se, por vezes, com o conceito de pobreza, sendo, portanto, necessário distingui-los.

Em primeiro lugar, a pobreza deve ser encarada como uma forma de exclusão e não como resultado desta. Existem três aspetos principais que permitem distinguir estes conceitos. A pobreza é um conceito estático, enquanto a exclusão envolve todos os processos que estão na sua origem. Por outro lado, devem ser consideradas as várias dimensões da privação (habitação, emprego, educação, saúde) e não somente a económica. Por último, embora a privação e a pobreza estejam intimamente relacionadas com as relações sociais, muitas perspetivas não associam diretamente exclusão social à privação mas, numa visão mais ampla, ao grau de participação na sociedade (Guerra, 2012).

De referir ainda que o conceito de pobreza envolve várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas a este estado (Rodrigues *et al.*, 1999). Assim, numa primeira dimensão, opõe-se pobreza absoluta e pobreza relativa, sendo que a primeira assenta na noção de necessidades básicas e a segunda remete para a análise da pobreza com base em padrões

sociais, que são necessariamente distintos consoante o contexto. Contrastam também, a pobreza tradicional e a nova pobreza, estando a primeira associada a uma situação crónica, localizada essencialmente no mundo rural, e a segunda associada às reestruturações económicas e tecnológicas e com as suas repercussões no sistema produtivo (crescimento do desemprego e da precariedade do emprego). Pode ainda estabelecer-se uma comparação entre pobreza rural, enquanto situação de escassez de recursos básicos, resultado da baixa produtividade agrícola, falta de atividades económicas alternativas e forte dependência de prestações sociais (dado que a maioria da população nesta situação é idosa), e pobreza urbana, que afeta diferentes grupos sociais, resultado do desemprego, falta de qualificações, precariedade do emprego, doença, toxicodependência, etc.

A exclusão, muitas vezes associada à dimensão social, não depende apenas do acesso aos diversos sistemas sociais, mas também do grau de acesso. A exclusão social pode manifestar-se de várias formas – exclusão do mercado de trabalho, exclusão do acesso a bens e serviços, exclusão de acesso a habitação digna, exclusão da possibilidade de garantir sobrevivência, etc. (Rogers, 1995, *cit.* Lúcio e Marques, 2010). Sendo que nesse grau de acesso a situação mais extrema de exclusão social corresponde à rutura com todos os sistemas sociais básicos, evidenciada pela situação dos sem-abrigo (Perista e Baptista, 2010).

“A exclusão só se explica a partir de um encadeamento de fatores de natureza relativamente distinta que convergem, de forma até certo ponto contínua e repetitiva, no nível de vida de pessoas, grupos e territórios” (Estivill, 2003, *cit.* Alves, 2010, p. 40). Por isso, é difícil identificar as causas da exclusão devido à multiplicidade de processos e perspetivas que a explicam (Thorns, 2002, *cit.* Alves, 2010, p. 40).

Segundo Capucha *et al.* (2005, p. 9), ser excluído é

“ser pobre e estar afastado do consumo de bens e serviços considerados normais; é estar afastado do mercado de emprego, possuir o estatuto desvalorizado dessa situação, ou então aceder aos segmentos do mercado de pior qualidade, desprotegidos de direitos, mal remunerados, sem qualidade intrínseca e extrínseca; é conhecer o insucesso escolar e não participar na sociedade do conhecimento e informação; é não ter acesso aos equipamentos sociais; é ser segregada/o por razões de género; não ter habitação

condigna (ou não ter habitação de todo), ou consumir na habitação uma parte do rendimento que impede a satisfação de outras necessidades, é viver num território marginalizado material e simbolicamente, é pertencer a uma comunidade onde em vez de se aceder ao enriquecimento da vida social, ou se vive em zonas de quase desertificação social ou se compete por recursos escassos, pela sobrevivência quotidiana, por vezes sob domínio de tiranias oriundas de redes marginais que fazem dos territórios de exclusão o seu ambiente, enfim, onde as malhas sociais são as da pobreza instalada”.

A exclusão social tem, por outro lado, um carácter dinâmico e intergeracional, uma vez que se reproduz de geração em geração por influência de valores, representações e modos de agir e de pensar que se reproduzem de pais para filhos, pois as trajetórias de vida e as circunstâncias das esferas familiar e individual afetam as expectativas de desenvolvimento e as capacidades individuais (Turok *et al.*, 1999, *cit.* Alves, 2010).

Outro conceito importante associado ao de exclusão social é o de fragmentação – fragmentação espacial, física, material, social (Santos, 2013). Janoschka e Glasze (2003, *cit.* Santos, 2013) distinguem dois níveis de fragmentação: a fragmentação físico-material ocorre quando há a desintegração do espaço urbano, constituindo-se unidades independentes, como é o caso da construção de áreas de acesso restrito, que impõem descontinuidades no espaço urbano; e a fragmentação social, consequência da anterior, que restringe o acesso a determinados espaços, para evitar o contacto entre pessoas de classe social, etnia ou estilo de vida diferentes. O primeiro, também designado por fragmentação territorial caracteriza-se pela existência de enclaves territoriais descontínuos com o restante espaço urbano (Salgueiro, 1998, *cit.* Santos, 2013).

Apesar de existirem vários conceitos para designar esta fragmentação e separação da população no espaço, o que reúne mais consenso e que, por isso, terá maior destaque neste trabalho é o conceito de segregação socio-espacial.

O conceito de segregação surgiu pela primeira vez no meio académico nos trabalhos de Park, Burgess e Mckenzie, da Escola de Ecologia Humana (Vasconcelos, 2004, *cit.* Schmidt, 2009). Stébé (2002, *cit.* Alves, 2010, p. 46) identificou três sentidos da segregação: a separação residencial das categorias sociais no espaço em função do estatuto socioprofissional, da origem

étnica ou da religião; o acesso diferenciado dos diferentes grupos sociais aos bens essenciais; e a existência de espaços “guetizados ou relegados” na cidade.

A segregação espacial é a aglomeração, no mesmo espaço, de famílias da mesma condição social ou da mesma etnia, resultado da organização socio-espacial e de opções individuais, mais ou menos condicionadas pelo mercado (Sabatini, 1999, *cit.* Vignoli, 2001). No entanto, é preciso salientar que a segregação socio-espacial não se restringe apenas às classes sociais mais baixas, sendo os condomínios privados exemplo de segregação socio-espacial das classes sociais mais altas. Note-se também que, apesar de neste estudo se destacar a segregação socio-espacial nas cidades, este fenómeno também ocorre no meio rural.

O termo segregação residencial expressa a ideia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade. Este conceito pode ser interpretado sob duas perspetivas diferentes: por um lado, e segundo a conceção clássica, a segregação residencial resulta de escolhas individuais, uma vez que o agrupamento dos indivíduos em função da sua etnia ou posição social é uma forma de se protegerem dos efeitos fragmentadores gerados pela distância; por outro lado, a segregação pode ser o resultado de políticas de ordenamento do território (Ribeiro, 2003). Efetivamente, algumas políticas de planeamento urbano contribuem para a criação e perpetuação dos processos de segregação, como é, por exemplo, o planeamento de bairros de habitação social mono funcionais com fraca qualidade urbanística e localização muitas vezes periférica na cidade (Turok et al., 1999, Buck et al., 2005, Hall, 1988, Alves, 2007, *cit.* Alves, 2010).

Do mesmo modo, Gaspar (2003) identificou dois tipos de exclusão socio-espacial. A segregação imposta às classes mais baixas que, por dificuldades económicas ou de integração na comunidade, vivem em áreas degradadas e insalubres, mas onde mantêm uma identidade cultural, social, financeira. E a autosegregação ou segregação voluntária, opção, na maioria das vezes, das classes média-alta e alta, que se afastam das áreas que começam a ficar congestionadas e degradadas e procuram locais onde tenham melhor qualidade de vida, agrupando-se de acordo com as semelhanças socioeconómicas, originando áreas de elite.

Contudo, a diferenciação das classes sociais nas cidades não é um fenómeno recente. Na fase pré-industrial, embora existissem espaços segregados na cidade, a maioria da população, rica ou pobre, coabitava em lugares próximos devido, essencialmente, à fraca mobilidade. Na fase industrial e pós-industrial, o aparecimento de novas profissões e de novas classes socioeconómicas agravou a diferenciação social, o que teve um grande impacto no território, com a organização espacial das classes (Gaspar, 2003), e que se associou a vários problemas, como pobreza, violência, falta de habitação ou exclusão (Negri, 2008).

As mudanças estruturais que ocorreram à escala mundial a partir da década de 1980 beneficiaram alguns segmentos populacionais e agravaram as disparidades económicas (Vignoli, 2001), assim como a manifestação de formas de segregação socio-espacial. Nas décadas de 1970 e 1980 manifestaram-se vários sinais de declínio nas cidades: desindustrialização e consequente realocação da população e das atividades para a periferia, envelhecimento e abandono das estruturas construídas, crescimento do desemprego e da pobreza (Salgueiro, 1999). Consequentemente, verificou-se o aumento da fragmentação social, com a crescente desigualdade económica, de poder e da heterogeneidade social (Salgueiro, 1999). Guerra (2001) atribui este aumento das disparidades sociais a fenómenos económicos e sociais, como a mundialização dos mercados e a crescente emergência de grupos sociais de menor empregabilidade, ou desenvolvimento de fenómenos migratórios que trazem contributos culturais, políticos e económicos para as identidades nacionais. Neste contexto, a segregação residencial agravou-se com o surgimento de bairros destinados não só à população mais desfavorecida, mas também aqueles destinados exclusivamente às classes mais altas e com o aumento da perceção de insegurança nas cidades, o que leva os grupos sociais (sobretudo os mais ricos) a isolar-se territorialmente (Ribeiro, 2003).

A separação das classes sociais em função do estatuto socioeconómico reflete-se na organização do espaço e nas relações sociais, originando fenómenos de segregação socio-espacial (Negri, 2008). Estes contextos socialmente homogéneos podem gerar processos de estigmatização e conduzir a comportamentos apáticos ou desviantes, para além de aumentar a disparidade de comportamentos na cidade, associada à redução da mobilidade e da comunicação entre grupos sociais, bem como aumentar o isolamento socio-espacial e cultural (Buck, 2001, Lupton, 2003, Vranken, 2001, *cit.* Alves, 2010).

O debate acerca dos efeitos da segregação socio-espacial adquire uma especial relevância, pois cada vez mais se atribui importância à influência dos contextos locais de residência nas oportunidades de integração socioeconómica dos indivíduos e comunidades (Fitoussi *et al.*, 2004, *cit.* Alves, 2010). Considerando que as características dos territórios influenciam as oportunidades dos indivíduos, Atkinson e Kintrea (2001, *cit.* Alves, 2010) identificaram dois tipos de “efeitos de área” – efeitos resultantes do facto de se viver num determinado local.

Os “efeitos do espaço” referem-se às características do contexto local, independentemente da sua composição social (como, por exemplo, a localização do bairro, a sua conexão com outras áreas ou a dotação de transportes públicos). Os mais visíveis são os “efeitos de bairro” decorrentes da fraca qualidade e disponibilidade de serviços, que condicionam o acesso a bens e serviços essenciais à normal coexistência dos grupos no espaço; em que nalguns casos o isolamento social alia-se ao isolamento físico, resultado de um incorreto planeamento urbano (Atkinson e Kintrea, 2001, Alves, 2007, *cit.* Alves, 2010, p. 53).

Os “efeitos da composição social” dos territórios ou “efeitos de classe”, como são designados por Grafmeyer (1994, *cit.* Alves, 2010, p. 54), resultam dos comportamentos e atitudes dos indivíduos que influenciam os comportamentos e atitudes dos outros indivíduos através dos processos de socialização. De acordo com Kleinman (1999, *cit.* Alves, 2010), os bairros habitados por população pobre e vulnerável à exclusão, por terem redes sociais muito circunscritas ao bairro, favorecem a adoção (por processo de contágio social) das mesmas atitudes e comportamentos, comprometendo a integração no bairro.

Contudo, a segregação socio-espacial também tem efeitos positivos, como o desenvolvimento de formas de solidariedade e de ajuda mútua, existência de massa crítica necessária para justificar a criação de empresas e serviços à população, preservação de tradições e culturas que não se baseiam nas normas e valores da sociedade dominante (Alves, 2010).

Préteceille (2003, *cit.* Alves, 2010) refere como principal fator responsável pela segregação socio-espacial nas cidades, a apropriação das melhores localizações residenciais pelas classes mais altas, o que determina os preços fundiários e imobiliários a que as classes mais baixas não

conseguem aceder. Porém, na perspetiva de Alves (2010), se considerarmos a segregação como resultado do setor privado, também temos que responsabilizar as políticas urbanas, pois são elas que regulam a intervenção dos privados e o funcionamento do mercado de habitação. Assim, importa perceber se a habitação pode constituir um fator de segregação socio-espacial.

2.2.A habitação social promotora de segregação socio-espacial

No século XIX, como resultado da Revolução Industrial verificou-se um grande crescimento das cidades, quer em tamanho, quer em população e densidade, agravando os problemas urbanos já existentes e o aparecimento de outros que, entretanto, se fizeram manifestar. Na transição para o século XX, reflexo da preocupação com a qualidade de vida da população e com a expansão das cidades, surgiram várias propostas e modelos de desenvolvimento urbano, de entre os quais se pode, por exemplo, destacar o caso da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (Santos, 2009; Magalhães, 2001, *cit.* Kanashiro, 2004).

Mais tarde, com a reconstrução das cidades europeias entre as duas guerras mundiais começou-se a repensar a cidade tradicional. Os problemas sociais que persistiam (desemprego, pobreza, falta de habitações) exigiam uma resposta rápida, revelando-se necessário construir novos alojamentos a baixo custo com o planeamento de novos bairros, à luz de um novo esquema de ordenamento urbano (Pinheiro, 2006).

As décadas de 1920-30 foram, assim, o momento de grande afirmação do Movimento Moderno. A perceção, por parte dos arquitetos e urbanistas, de que as condições da época eram inéditas e de que os precedentes históricos não deviam ser tidos em conta, resultou na rejeição da tradição e da cidade histórica, para se adotar uma postura de “recomeçar do princípio” (Almeida, 2010, p. 51).

Em 1933, no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, foi elaborada a Carta de Atenas que constitui a síntese das posições do Congresso sobre organização e planeamento urbano, definindo os princípios do Urbanismo Moderno. Este documento foi,

durante muito tempo, uma referência para muitos urbanistas e foi fortemente influenciado pela corrente francesa, sobretudo pelas ideias funcionalistas de Le Corbusier (Santos, 2009).

A Carta de Atenas de 1933 refletiu os ideais do funcionalismo através do zonamento do uso do solo (separação espacial das funções-chave dos espaços urbanos: trabalhar, habitar, circular e lazer), alertando para a necessidade de reequacionar o planeamento a uma “escala humana”, sendo a habitação o elemento básico (Carvalho, 2009). Além disso, propõe diretrizes e metas para controlar a expansão das cidades ou a sua densidade de ocupação, a necessidade de aplicar novas tecnologias e novos materiais nas construções, bem como defende a verticalização dos edifícios e a padronização das construções, conduzindo à homogeneização dos espaços urbanos (Kanashiro, 2004; Carvalho, 2009; Almeida, 2010). Este documento tornou-se o manual dos urbanistas modernos e influenciou decisivamente a reconstrução das cidades no pós-2ª guerra (Kanashiro, 2004).

Le Corbusier, considerado um dos grandes representantes do Movimento Moderno, era um dos seguidores dos princípios da Carta de Atenas. Nos anos 1920, desenvolveu um modelo de cidade – “Ville Contemporaine” (Cidade Contemporânea), onde aplicava os princípios da racionalidade e pureza das formas e defendia a verticalização dos edifícios para libertar o solo e favorecer a circulação, isolados em espaços verdes (Almeida, 2010).

Assim, a forma urbana da cidade moderna é determinada pela disposição dos edifícios no espaço (em alguns casos atingindo 65 andares ou mais) em função das necessidades de higiene, da insolação e dos acessos, sendo que estes deixam de ser alinhados ao longo da rua, deixando de pertencer ao quarteirão para se tornarem autónomos. As ruas reduzem-se a traçados de circulação e serviço, separando-se as vias pedestres das destinadas à circulação automóvel. Os edifícios para negócios localizam-se no centro, com várias torres, e as habitações devem seguir o princípio das “casas sobrepostas” (Pinheiro, 2006, p. 7).

Uma das críticas ao Urbanismo Moderno é o facto de reduzir a vida urbana às quatro funções básicas, ignorando as características locais, quer em termos físico-ambientais, quer em termos socioculturais, sendo que a simples utilização dos princípios do funcionalismo tendem à homogeneização dos espaços urbanos (Kanashiro, 2004).

As propostas da Carta de Atenas influenciaram a produção teórica e as construções e modelos de desenvolvimento urbano do pós-2ª Guerra-Mundial até finais dos anos 1960, de que são exemplo as habitações sociais construídas em Londres no fim dos anos 1940 e os *grands ensembles* construídos em França entre as décadas de 1950 e 1970 (Carvalho, 2009; Fraguito, 2009).

Perante a necessidade de reconstruir as cidades e de fazer face ao crescimento populacional e ao aumento da população economicamente mais desfavorecida, a solução mais adotada foi a construção de bairros sociais verticalizados e de grande densificação urbanística na periferia das cidades, por vezes em locais de difícil acesso e já socialmente estigmatizados. O facto de a população destes bairros ser muito semelhante em termos culturais e ter um passado de exclusão social, transformou muitos deles em “ghettos”, associados a comportamentos marginais, onde muitas vezes o alojamento atribuído não correspondia ao modo de vida destes residentes e à forma como estes encaravam a habitação (Santos, 2015).

Os bairros sociais e os seus moradores foram assim desprezados espacialmente, sendo-lhes atribuídas conotações negativas que afetam o prestígio social dos seus habitantes (Queiroz & Gros, 2002, *cit.* Santos, 2015). São vários os fatores de estigmatização negativa dos bairros sociais: a concentração de população com baixos recursos económicos e baixos níveis de instrução; a sua localização periférica nas cidades; a sua vocação meramente residencial, onde se excluem outras dimensões da vida social, como o trabalho ou o lazer; a degradação urbanística; a convivência, por vezes atribulada, entre grupos étnicos diferentes; ou a presença, em alguns desses contextos, de comportamentos mais marginais (Pinto, 1994; Gonçalves, 1994, *cit.* Santos, 2015).

Assim, as políticas de habitação social podem ser promotoras de fenómenos de segregação socio-espacial, pois a concentração espacial de famílias desfavorecidas pode, segundo Pinto e Gonçalves (2000), favorecer a contínua reprodução das condições de desqualificação social e residencial. Brun e Rhein (1994, *cit.* Pinto e Gonçalves, 2000, p. 106) reconhecem o “efeito boomerang” entre situações de vulnerabilidade social e a tendência para o agravamento das condições de desqualificação social e de deterioração das relações sociais.

“Logo que várias famílias em situação de precariedade profissional – e suscetíveis de, por este facto, serem tomadas a cargo pelos serviços de ação social – são concentradas no mesmo local, ao ponto de este ser dotado de uma má reputação, tanto no interior como no exterior, o risco de aí desenvolver um processo de degradação dos espaços coletivos e de deterioração das relações sociais, é grande. A desqualificação social das pessoas repercute-se sobre o habitat no seu conjunto e contribui, assim, para tornar mais visível o fenómeno da segregação urbana” (Brun e Rhein, 1994, *cit.* Pinto e Gonçalves, 2000, p. 106).

Do ponto de vista social, a concentração de população socialmente homogénea promove a criação de estigmas sociais, sentidos sobretudo pelos moradores dos bairros problemáticos.

“Os moradores destes bairros sentem com intensidade este estigma social não porque assumam em si, individualmente, um estatuto de desviante, mas porque interiorizam essa imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados elementos do próprio bairro. Pela assimilação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar nestes bairros é arriscar uma imagem de ser marginal, delinquente, indesejável” (Guerra, 2001, *cit.* Santos, 2015, p. 8).

Assim se justifica que nalgumas situações de realojamento, o gosto pela casa se conjugue com o desgosto pelo bairro, resultado de fatores como a desintegração, o isolamento social e a insegurança (Heitor, 2001, *cit.* Santos, 2015). O gosto pela casa pode ser explicado pelo perfil social da população, marcado por baixos níveis de instrução e poucos recursos económicos, e que, sem o apoio do Estado, não teriam possibilidades de ter uma habitação condigna. Deve-se também ao reconhecimento das melhorias habitacionais e consequente melhoria das condições de vida e dos padrões de conforto (Pinto, 1994). Todavia, um dos fatores explicativos da má apreciação do bairro é a interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante que sobre ele se desenvolveu, geradora de um sentimento de insegurança e de quebra de oportunidades para os seus moradores. A apreciação negativa do bairro fundamenta-se no facto de por vezes acolher indivíduos problemáticos, o que afeta a identidade do bairro e determina os seus principais problemas (Pinto, 1994).

Além disso, a imagem negativa que os moradores têm do bairro afeta as sociabilidades locais enquanto forma de enraizamento e identidade. Por um lado, devido ao processo de realojamento que destrói as relações de vizinhança já consolidadas. Por outro lado, devido à mudança para novas formas e modelos habitacionais, que não estimulam o estabelecimento de relações locais (Pinto, 1994). A perda de relações locais ocorre sem que sejam introduzidas formas compensatórias, como equipamentos locais (de lazer, cultura, comércio), por exemplo, que colmatem as relações de vizinhança perdidas e contrariem o isolamento e o sentimento de insegurança (Pinto, 1994).

Por outro lado, a problemática da segregação residencial de grupos étnicos é associada, por alguns autores, à geração de guetos. Este conceito teve origem na análise das concentrações espaciais da população negra nas metrópoles americanas que, entre o início do século XX e a década de 1940, se deslocou para as cidades mais industrializadas e foi forçada a concentrar-se em determinadas áreas residenciais onde constituía a maioria dos habitantes (Massey e Denton, 1993, *cit.* Malheiros e Vala, 2004). Um gueto é, segundo Peach (1996, *cit.* Malheiros e Vala, 2004), uma área onde toda a população residente pertence ao mesmo grupo étnico ou racial e está inserido numa cidade ou região onde a maioria da população desse grupo social vive no gueto. A concentração de população no gueto resulta, na opinião de Amersfoort (1990, *cit.* Malheiros e Vala, 2004), de um processo indesejado, imposto por atores sociais e externos ao grupo, como os proprietários urbanos, autoridades municipais, ou responsáveis pelo planeamento urbano.

Conclui-se, assim, que com a construção de bairros sociais a componente relacional e a identificação dos seus residentes com estes espaços foi desvalorizada por se pensar que as necessidades da população fossem meramente habitacionais (Augusto, 2000). No entanto, esta política resultou na construção de espaços excluídos, onde apesar da oferta de alojamento digno tende a persistir a precariedade e a vulnerabilidade da população (Santos, 2015).

3. Miscigenação Social

3.1. A miscigenação social como meio de combate à segregação socio-espacial

Nos anos 1960, registou-se um forte crescimento urbano resultado da migração de grande parte da população para os centros urbanos, o que se refletiu no agravamento das condições de habitabilidade. Para fazer face a este problema foram construídos bairros nas periferias das cidades, destinados à população com maiores dificuldades financeiras, que acabaram por desencadear graves problemas de exclusão, visíveis até hoje.

Esta segregação e o isolamento espacial da população mais carenciada veio com o tempo a constituir uma ameaça à integração socioeconómica e à coesão social, pelo que veio a tornar-se necessário implementar medidas de combate a este problema. Pois, por um lado, a segregação socio-espacial restringe as oportunidades de contacto e interação entre os diferentes grupos sociais, limitando laços de solidariedade entre eles e condicionando as hipóteses dos grupos mais vulneráveis ascenderem socialmente (Alves, 2010). Além disso, limita as possibilidades dos diferentes grupos articularem interesses para resolver problemas territoriais comuns, o que pode agudizar as diferenças entre os vários fragmentos territoriais e aumentar as distâncias (física, simbólica, cultural) entre eles (Alves, 2010).

A manifestação dos problemas decorrentes da concentração de indivíduos social e economicamente vulneráveis em determinados bairros é um fenómeno característico de vários países ocidentais, pelo que a oferta de habitação social tem vindo a deixar de ser encarada como uma “medida de bem-estar politicamente aceitável” e têm-se procurado novas formas de financiar e aumentar a oferta de habitação a preços acessíveis, com a finalidade de promover a integração social (Jamarozik, 2005, *cit.* Doney, 2013, p. 401).

Neste sentido, o planeamento urbano deve desempenhar um papel fundamental de combate à segregação socio-espacial e de apoio aos grupos sociais mais frágeis, devendo contribuir para garantir uma sociedade coesa, integrada e socialmente sustentável (Jorge, 2015). Até porque é esperado que a dimensão territorial esteja muito presente nas políticas públicas, sobretudo no contexto europeu, dado que as políticas europeias adotaram o princípio da Coesão Territorial como paradigma do desenvolvimento do espaço europeu. Este princípio, que se refere ao acesso equitativo da população aos resultados do progresso económico, visa o desenvolvimento harmonioso do território e a valorização da diversidade e complementaridades, transformando as diferenças de cada território em vantagens competitivas (Santinha e Marques, 2012; Lopes, 2001, *cit.* Ramos e Patrício, 2014, p. 320).

Assim, e no contexto urbano, a integração dos indivíduos mais vulneráveis não se deve limitar à disponibilização de alojamento e deve privilegiar a sua integração no tecido social, económico e físico da cidade (Chaskin, 2013, *cit.* Rodrigues, 2013). Neste sentido, Coelho (2011, *cit.* Rodrigues, 2013, p. 39) entende que a integração resulta da conjugação de quatro âmbitos: integração de âmbito global, integração local, física e paisagística, integração urbana e integração social, de modo a “que respeite a heterogeneidade e uma estratégia de mistura social”.

Ao longo do tempo, alguns contextos têm desenvolvido esforços no sentido de concretizar políticas urbanas promotoras de estratégias de *mix* social ou de miscigenação social (ou *mixité sociale* como é referido nas políticas francesas). A este respeito refira-se que já nos anos 1960, nos EUA, onde a regulação do uso do solo perpetuava situações de segregação, o conceito de Zonamento de Inclusão foi aplicado ao direito do urbanismo. Para atingir o objetivo – misturar diferentes classes sociais no mesmo território – algumas residências deveriam ser construídas de modo a que pudessem ser vendidas ou alugadas a preços acessíveis ou deveriam ser reservados terrenos para a construção de habitações sociais, que não se deveriam concentrar numa área da cidade (Jorge, 2015).

Importa contudo referir que a defesa do *mix* social nas políticas urbanas não é recente e já antigas visões do Urbanismo defendiam uma cidade estruturada por um desenho geométrico e por um modelo de mistura social assente no coletivismo e na cooperação mútua. São exemplos disso, Ebenezer Howard e os seguidores do modelo da “cidade-jardim”, que no final do século XIX,

integram o princípio da mistura social na sua visão de cidade, através da construção de pequenas cidades autossustentáveis, onde a proximidade entre profissões e atividades económicas contribuiria para a vitalidade da comunidade (Cole e Goodchild, 2001, *cit.* Alves, 2010).

Mais recentemente, e no contexto francês, a noção de *mixité sociale* é um termo das políticas de habitação, utilizado muitas vezes nas políticas de reabilitação de bairros desfavorecidos e de luta contra a exclusão social. Em França, este termo constitui, desde 2000, um princípio legislativo, e refere-se à diversidade proporcionada pela mistura de grupos sociais no mesmo contexto de habitação, reduzindo, assim, as desigualdades resultantes da localização residencial da população, proporcionando relações sociais mais harmoniosas e minimizando as situações de delinquência e insegurança (LNEC, 2011).

A ideia de *mixité sociale* baseia-se na “uniformização através das diferenças” sendo, portanto, uma medida de discriminação positiva que tem como principal objetivo minimizar as situações de segregação urbana através da composição equilibrada dos territórios (LNEC, 2011, p. 22). Para tal, procede-se à introdução/manutenção das populações desfavorecidas nos espaços valorizados e à valorização social dos bairros desfavorecidos, de modo a promover a interação entre os moradores de diferentes condições sociais, recorrendo, por exemplo, à melhoria do ambiente físico, incluindo formas arquitetónicas heterogéneas, espaços públicos partilhados (Chaskin e Joseph, 2010, *cit.* Mu, 2016). As políticas de miscigenação social procuram evitar a concentração da pobreza, a formação de enclaves raciais e lugares de violência e a separação voluntária de determinadas classes da população, relacionando coesão social, solidariedade territorial e equilíbrio social (LNEC, 2011).

De acordo com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2011, p. 28), é aceitável que a tradução do termo *mixité sociale* para português se aproxime dos conceitos de mistura social ou miscigenação social. Contudo, não significa que em Portugal tenha o mesmo sentido no discurso político, pois não constitui nenhum princípio político e legislativo. Malheiros (2002, *cit.* LNEC, 2011) justifica o facto de, em Portugal, o conceito de mistura social não integrar um objetivo político com as disparidades dos níveis de segregação urbana das cidades europeias, mais baixos nos países do Sul.

Todavia, também o PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) defende a miscigenação social, ao referir que se deve

“incentivar o cumprimento de objetivos sociais por parte dos promotores imobiliários, designadamente através da afetação de uma quota-parte de habitação nova ou a reabilitar a pessoas com carências económicas, por exemplo, na construção de habitação social ou em operações integradas de revitalização urbana, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades urbanas sustentáveis, [apostando] no reforço da miscigenação social, atraindo as zonas antigas para habitação permanente de casais jovens, mas que também poderá passar pela integração de algumas famílias com carências sociais (não as relegando, por imperativos de inclusão social, para bairros construídos para o efeito) ou de núcleos estudantis” (PNPOT, *cit.* Jorge, 2015, p. 24).

Porém, importa alertar que entre os investigadores não há um consenso sobre se a miscigenação social promove efetivamente a integração dos indivíduos. Como refere Fainstein (2005, *cit.* Alves, 2010, p. 84), “na prática, quando a heterogeneidade social se concretiza efetivamente ela nem sempre é promotora de uma maior equidade ou justiça social”. Para além de que Muster e Ostendorf (2003, *cit.* Alves, 2010) entendem que não é necessário tomar medidas de mix habitacional fundamentadas no medo dos guetos americanos, pois nas cidades europeias os níveis de segregação socio-espacial e os efeitos de área são menores.

O princípio do mix social é alvo de várias críticas. Em primeiro lugar, a mistura social pode não aproximar, por si só, os indivíduos de grupos sociais diferentes, uma vez que têm estilos de vida diferentes e, portanto, raramente se cruzam pois não trabalham nos mesmos lugares, não usam o mesmo meio de transporte ou não frequentam os mesmos espaços públicos (Davidson, 2010, *cit.* Malheiros *et al.*, 2012). Além disso, as diferenças entre os grupos vão exacerbar estereótipos e distâncias sociais e culturais, o que pode gerar tensões e perpetuar as situações de exclusão (Launay, 2011; Cheschire, 2006, *cit.* Alves, 2010; LNEC, 2011). Para além disso, é um princípio muitas vezes assente numa estratégia política top-down que tende a ser rejeitado pelos próprios cidadãos, pois como afirma Lefevre (2005, *cit.* LNEC, 2011), perante a melhoria das condições socioeconómicas, os indivíduos tendem a mudar os seus locais de residência ou os locais que frequentam, integrando-se em áreas socialmente homogéneas e rejeitando os critérios de miscigenação social.

No entanto, e numa visão oposta, há os defensores da sua aplicação, que consideram que a miscigenação social é benéfica para a integração dos indivíduos. Neste sentido, refere-se a forte relação entre *mix* social (mistura de agregados familiares de diferentes posições socioeconómicas) e *mix* residencial (mistura de tipos de posse e de tipos de habitação), argumentando que a heterogeneidade residencial cria heterogeneidade social, aumentando, assim, as oportunidades sociais dos indivíduos. A mistura de tipos de habitação e de tipos de posse aumenta as opções de habitação dentro do bairro e evita que os residentes se mudem, pois têm mais escolhas. Deste modo, pode dizer-se que o *mix* residencial promove o *mix* social (ao diminuir a separação da população), proporcionando melhores condições de socialização e reduzindo o risco de estigmatização e exclusão dos habitantes (Musterd e Andersson, 2005). Os defensores deste princípio acreditam que tal como a diversidade de atividades conduz à diversidade de populações, também a diversidade de habitações aproxima populações e culturas diferentes, produzindo interdependências (Villanova, 2001).

Segundo esta perspetiva, a miscigenação social tem inúmeros benefícios como, por exemplo, a diversidade estética do edificado e a melhoria do seu efeito visual, a promoção de maior equidade de oportunidades e de harmonia social, possibilitando a comunicação e a integração e diminuindo a hostilidade e desconfiança entre os grupos sociais, ou o incentivo a relações entre indivíduos de grupos diferentes (“fertilização cruzada”) (Sarkissian, 1976, *cit.* Alves, 2010, p. 86). Uma das principais vantagens da proximidade dos diferentes grupos sociais é o aumento dos padrões das classes mais baixas, em termos de comportamentos e atitudes, pois inseridos numa comunidade socialmente mista, os indivíduos com menos recursos têm mais oportunidades de interagir com pessoas de grupos sociais diferentes, podendo beneficiar dessas interações. Os indivíduos de níveis sociais mais elevados podem contribuir para modificar os seus hábitos e comportamentos e promover um maior envolvimento na comunidade e, deste modo, possibilitar a ascensão social (Chaskin e Joseph, 2010, *cit.* Mu, 2016).

A existência de bairros residenciais socialmente heterogéneos promove mais facilmente o contacto entre indivíduos de diferentes classes sociais, proporcionando a troca de experiências e relações de entreajuda. Por outro lado, ao conviver com indivíduos com melhores condições de vida, os mais carenciados e com menos oportunidades encaram-nos como um exemplo a seguir,

facilitando a sua integração na sociedade através, por exemplo, da aposta na qualificação profissional, do empreendedorismo, do incentivo à poupança, ou da adoção de determinadas práticas culturais no seu quotidiano.

Tabela I Críticas e benefícios da miscigenação social

Críticas	Benefícios
<ul style="list-style-type: none"> • A mistura social pode não aproximar os indivíduos • A proximidade entre os grupos realça as diferenças • Esta estratégia tende a ser rejeitada pelos cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a integração dos indivíduos • Diversidade estética do edificado • Maior equidade de oportunidades • Promove o contacto entre indivíduos de grupos sociais diferentes • Diversificação dos objetivos e percursos de vida das classes mais carenciadas

A miscigenação social parece encerrar assim o potencial de promover a integração dos indivíduos, sendo que os seus efeitos positivos não se associam unicamente ao combate da exclusão social e da segregação socio-espacial por via da mistura de indivíduos de diferentes estratos sociais no mesmo contexto residencial, mas também se fazem sentir ao nível da valorização dos próprios bairros. Pois a aplicação deste princípio urbanístico facilita o combate ao estigma e à imagem negativa com que determinadas áreas intraurbanas estão conotadas.

3.2. A aplicação dos princípios de miscigenação social na reabilitação de bairros sociais

Embora tenham sido criados para resolver os problemas habitacionais e de exclusão social dos indivíduos, os bairros sociais acabaram por se tornar, eles próprios, um problema para as cidades. A construção de fraca qualidade, a localização periférica na cidade, a concentração de indivíduos com problemas sociais e económicos semelhantes, transformou muitos destes lugares em guetos (Coelho, 1994; Abrantes, 1994). Locais frequentados apenas pelos seus moradores, familiares/amigos e, de certa forma, temidos pelos restantes habitantes da cidade, por muitos estarem associados à prática de atividades ilícitas, à violência, ao desemprego e a outros problemas decorrentes da dificuldade de integração social dos seus residentes. Muitas vezes, os

próprios moradores não gostam do local onde vivem, permanecendo nele por falta de condições financeiras que lhes permitam ter uma habitação num local que facilite a sua integração social. Além disso, sofrem o preconceito por viverem nesses bairros, por sentirem que o seu local de residência os limita quer nas oportunidades de trabalho, quer nas suas relações sociais, que ficam muitas vezes restritas aos indivíduos do mesmo estatuto (Pinto, 1994).

Deste modo, torna-se necessário encarar e resolver os problemas destes contextos habitacionais e promover a integração destes bairros na cidade e a integração social dos seus moradores. Em alguns casos, as soluções que têm sido adotadas envolvem a simples demolição dos bairros sociais e o realojamento dos seus habitantes, dispersando a população mais desfavorecida pela cidade de modo a evitar a segregação socio-espacial (Ferreira, 1994). No entanto, esta não é uma solução que respeite investimentos públicos passados em habitação social, sendo necessário refletir sobre outras vias de atuação que impeçam a aplicação desta medida mais drástica, ou seja, outras vias de atuação capazes de inverter a imagem dos bairros sociais, desenvolvendo um processo de transformação urbanística e socioeconómica para assegurar a qualidade destes bairros (Malheiros e Vala, 2004).

Neste sentido, alguns países têm vindo a adotar políticas urbanas de promoção da mistura social em áreas residenciais (miscigenação social), de modo a promover a integração socioeconómica dos grupos sociais em risco (Alves, 2010). Em países como Alemanha, Holanda, França ou Suécia, o *mix* social constitui um instrumento das políticas de habitação e de planeamento urbano. Assim, as políticas habitacionais procuram regular os espaços residenciais para garantir maior diversidade de tipos e regimes de habitação, que se adaptem a indivíduos de diferentes níveis socioculturais (Musterd e Andersson, 2005; van Kempen e Priemus, 1999, *cit.* Alves, 2010). Sendo que um dos principais objetivos do planeamento é a criação de comunidades mais inclusivas e sustentáveis, os defensores da aplicação desta política acreditam que a miscigenação social é um meio de vitalidade e sustentabilidade territorial. No entanto, o sucesso da mistura social depende da boa integração de diferentes tipos e regimes de habitação e de agregados familiares (ODPM, 1998, *cit.* Alves, 2010).

Em França, o debate sobre o *mix* social surgiu com a crítica aos grandes bairros sociais, localizados na periferia das cidades, de fraca qualidade urbanística e forte homogeneização social. Os

episódios de violência, de grande repercussão mediática, que ocorreram nestes bairros, construídos nos anos 1950 e 1960 para alojar as vagas migratórias do pós-guerra, evidenciaram as falhas deste modelo de habitação e a necessidade de desenvolver medidas anti-gueto e a favor dos bairros mais desfavorecidos (Epstein e Kirszbaum, 2003, Dikeç, 2002, *cit.* Alves, 2010). Em 2000, o Estado francês aprovou a Lei SRU (“*Loi pour la Solidarité et al Renouveau Urbain*”) que definia quotas de habitação social para cada cidade, sob pena de serem aplicadas sanções financeiras aos municípios que não adotassem as medidas necessárias para alcançar esse objetivo (Jacquier, 2001, *cit.* Musterd e Andersson, 2005, p. 765). Esta lei, que garantia a redistribuição de fundos das comunas mais ricas para as mais pobres, de modo a alcançar maior equilíbrio espacial na produção e distribuição da habitação social, estabelecia que todas as comunas com mais de 1500 habitantes deveriam ter, no prazo de 20 anos, no mínimo, 20% do seu parque habitacional destinado à habitação social (Alves, 2010).

A definição de quotas mínimas de habitação social não foi aplicada apenas em França. Na Alemanha, a lei “Frankfurter Vertrag” estabelecia a construção de áreas residenciais diversificadas, constituídas por 30% de imigrantes, 10% de alemães e 15% de indivíduos com baixos rendimentos e beneficiários de pensões sociais (Alves, 2010).

No caso da Holanda, o *mix* social tem sido concretizado através de políticas que regulam a existência de diferentes regimes e preços de habitação no mesmo empreendimento imobiliário (no caso da construção de novas áreas residenciais). No caso da reestruturação e requalificação urbana, as políticas impõem que, em cada situação de demolição e requalificação do *stock* habitacional antigo, sejam incluídos diferentes tipos e regimes de habitação, com diferentes formas de acesso – compra, arrendamento privado ou arrendamento social (Musterd *et al.*, 1999, *cit.* Alves, 2010).

Num contexto territorial mais distante, o projeto de habitação pública de Ankang, na China, é, segundo Mu (2016), o maior projeto de habitação pública que segue a política de *mix* social. O projeto envolve 3300 habitações, dois terços destinadas aos grupos mais desfavorecidos. Para evitar o estigma da habitação social, as famílias de baixos recursos seriam misturadas com as famílias jovens, de modo a diversificar as áreas residenciais e a acomodar diferentes gerações e tipos de famílias. Para promover o contacto com o espaço público e com a comunidade, os

indivíduos seriam distribuídos pelos pisos dos edifícios em função das suas capacidades (físicas e mentais). Assim, os idosos e deficientes ocupariam os pisos inferiores, os indivíduos com perturbações mentais ocupariam os pisos intermédios, mais silenciosos, e os pisos superiores seriam reservados para as famílias mais jovens, com melhor mobilidade e menos dependentes do espaço público.

A Austrália também tem adotado políticas de *mix* social, com base na ideia de que a proximidade entre indivíduos de diferentes posições sociais pode mudar o comportamento dos indivíduos das classes mais baixas da sociedade. Exemplo disso é o projeto de renovação urbana de Riverwood North, localizado em Canterbury, no sudoeste de Sydney. Este projeto, para além de promover a renovação de 150 habitações sociais, investiu também na construção de 500 habitações de propriedade privada, numa proporção de 30% de habitação social e 70% de habitação privada. Além disso, foram implementadas medidas diversas de desenvolvimento comunitário para incentivar a participação social e económica dos seus residentes, para além da criação de emprego e, assim, reforçar a coesão e a inclusão social (foram desenvolvidas iniciativas como noites de cinema ao ar livre, sessões de consulta da comunidade, criação de empresas sociais, entre outras iniciativas) (Doney, 2013).

A integração social e urbana dos bairros sociais depende muito do sucesso do realojamento. Para isso, na programação da habitação social é importante o envolvimento da população em todas as fases do processo (preparação do realojamento, distribuição das habitações, gestão e conservação dos bairros), o que permitirá atenuar os desfasamentos entre o programado e as reais necessidades da população (Ferreira, 1994). Por outro lado, para garantir que o realojamento melhora efetivamente as condições de inclusão social das famílias, este deve ser, o mais possível, disperso pela cidade, integrando os bairros no espaço urbano e no acesso a equipamentos urbanos. Para além de que os empreendimentos devem apresentar diversidade de soluções morfológicas, estéticas e cromáticas, e os espaços exteriores já devem estar concluídos aquando do realojamento, devendo também ser dada a possibilidade das famílias escolherem (dentro de opções limitadas) o local de residência e os vizinhos. Refira-se neste sentido, que na década de 1990, a Câmara Municipal de Braga optou por deixar de construir bairros sociais e optou pela dispersão da população pela cidade, em apartamentos arrendados ou de propriedade da própria autarquia. Atualmente, a Bragahabit (empresa municipal responsável pela gestão do parque

habitacional da autarquia) tem 133 habitações dispersas pela cidade, valor muito próximo dos maiores bairros sociais de Braga (Bairro de Santa Tecla e Bairro das Andorinhas, com 181 e 134 habitações, respetivamente). Esta opção integra-se na nova geração de políticas de HIS (Habitação de Interesse Social) em Portugal, que segundo Coelho (2011) deve ser definida à luz de novos princípios de atuação, de entre os quais o favorecimento da miscigenação sociocultural e etária (Tabela 1).

Tabela II Linhas temáticas de reflexão sobre a nova política de habitação social em Portugal

"Exigir intervenções de HIS caracterizadas por pequena escala urbana e cuidados específicos de integração"
"As novas intervenções de HIS devem ser constituídas por edifícios cuidadosamente caracterizados e concebidos"
"As novas intervenções de HIS devem servir os velhos e os novos modos de vida"
"As novas intervenções de HIS devem ser tipologicamente adequadas em termos de soluções arquitetónicas e urbanas"
"As novas intervenções de HIS devem ter valia cultural/urbana específica"
"As novas intervenções de HIS devem traduzir-se na integração de equipamentos coletivos com carácter convivial e que sirvam os habitantes e os da envolvente"
"Desenvolvimento de um equilíbrio financeiro maximizado e de uma adequada gestão local das novas intervenções de HIS"
"As novas intervenções de HIS devem ser sujeitas a um processo sistemático e programado de avaliação retrospectiva, que considere análises técnicas e satisfação dos moradores"
"As novas intervenções de HIS devem associar a intervenção física à intervenção social"
"Nas novas intervenções de HIS deve privilegiar-se uma cuidadosa, mas sistemática miscigenação sociocultural e etária"
"As novas intervenções de HIS devem poder cumprir, sequencialmente, um papel de "volante" ou elevador social para muitas pessoas e famílias"
"A caracterização arquitetónica e urbanística das novas intervenções de HIS deve participar na resolução de problemas de integração das minorias étnicas"
"As novas intervenções de HIS podem, ou devem ser estruturadas em diferentes níveis associados, designadamente, a um leque de condições de espaciosidade e de acabamentos domésticos"
"Uma nova política de HIS tem de ser intimamente integrada com a medida de dinamização da urgente reabilitação urbana"

Fonte: Coelho, 2011, p. 9

Nesta nova geração de políticas de habitação social é importante a escolha adequada do local de implantação dos empreendimentos de habitação social, tendo em conta as suas acessibilidades e a introdução de poucas habitações no mesmo local. Deve-se, ainda, assegurar que os empreendimentos estão paisagisticamente bem integrados, são valorizados no seu local de implantação e, sempre que possível, estão associados ao desenvolvimento de espaços públicos estimulantes, duradouros e suscetíveis de serem, positivamente utilizados pelos seus habitantes (Coelho, 2012b).

Em suma, reconhece-se agora que a integração dos bairros de habitação social é benéfica não só para os seus moradores, mas também para a vida da própria cidade, que deve ser “usada” por completo por todos os seus habitantes, sem existirem “espaços à parte”, quer por falta de acessibilidades, quer pelas características da população que nele reside.

4. A habitação social em Portugal

4.1. A habitação social nas políticas de habitação implementadas em Portugal

Embora com uma origem mais remota, a habitação social só ganhou especial destaque em Portugal após o 25 de Abril de 1974 (Capucha *et al.*, 2005) sendo, por isso, relativamente recente (60% foi construída a partir de 1980 e 24% a partir de 2000) (Alves e Andersen, 2015, p. 6). No contexto português a Portaria n° 828/88, de 29 de Dezembro define habitação social como

“habitação a custos controlados promovida com apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmaras Municipais, Cooperativas de Habitação, Empresas Privadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, destinadas à venda ou arrendamento e as que obedeçam aos limites de área bruta, custo de construção e preços de venda fixados” (Vilaça, 1997, p. 103).

Na sequência da transição para a democracia, Portugal consagrou em 1976 o direito à habitação na Constituição da República Portuguesa (CRP) – “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade das pessoas e a privacidade familiar” (CRP, art. 65° - Habitação e Urbanismo – n° 1, 1976, p. 22). Assim, cabe ao Estado definir e promover iniciativas de apoio ao acesso à habitação, nomeadamente a promoção de habitações económicas e sociais para famílias com maiores dificuldades socioeconómicas, ou o estímulo à construção privada e à criação de cooperativas de habitação (LNEC, 2011). Compete ainda ao Estado definir “uma política social capaz de facilitar o acesso de todos aqueles cidadãos que não têm meios económicos para adquirir ou arrendar a sua habitação aos preços do mercado” conforme referido no Livro Branco sobre a Política de Habitação em Portugal (Fonseca Ferreira, 1993, *cit.* LNEC, 2011, p. 72).

Esta questão habitacional é transversal a todos os países da UE e, neste sentido, têm sido desenvolvidos tratados em convenções internacionais e definidas diretivas que determinam o direito à habitação (Borges, 2011). Em Portugal, foram implementados vários programas direcionados para os problemas habitacionais que, segundo Gonçalves (2004, *cit.* Fraguito, 2009), servem para garantir a universalidade do direito a uma habitação condigna, sendo esta uma questão fundamental da cidadania e da inclusão social.

Contudo, “em Portugal, o problema da habitação sempre foi tratado como o parente pobre da ação política” (Vilaça, 2001, p. 83). Vários autores reconheceram no contexto nacional a ausência de políticas coerentes e a implementação de programas pontuais como as principais causas do insucesso das políticas de habitação, dificultando a integração da população mais desfavorecida e provocando desajustes na dinâmica de promoção habitacional (Capucha *et al.*, 2005; Guerra *et al.*, 2001, LNEC, 2011).

Abrantes (1994, p. 51) identifica como principais erros da construção de habitação social em Portugal: a fraca qualidade das construções; a reduzida dimensão das habitações, o que interfere com a privacidade das famílias e limita o seu crescimento; o “desenraizamento” urbanístico e a falta de equipamentos e infraestruturas; e a localização periférica dos bairros e a sua forma arquitetónica, que os identifica como “os bairros dos pobres”.

Todavia, para compreender a atual situação da habitação social em Portugal e as suas implicações urbanas, revela-se necessário conhecer a evolução das políticas habitacionais desenvolvidas em Portugal.

Tal como noutros países europeus, embora, em Portugal, com menor dimensão, o desenvolvimento industrial do século XIX e a proliferação do capitalismo liberal resultaram num afluxo de mão-de-obra para as cidades e, conseqüentemente, na construção de alojamentos “miseráveis” (Vilaça, 2001, p. 83). Nesta época, os higienistas e reformadores sociais alertavam para as conseqüências do forte crescimento urbano desordenado e para as construções insalubres das habitações operárias (Gros, 1994). O Estado não reconhecia a habitação social como sua tarefa, pelo que a sua promoção era feita sobretudo por privados (Baptista, 1999, Teixeira, 1992, *cit.* LNEC, 2011).

Só na 1ª República foi promulgada legislação de relevo em matéria de arrendamento. Em 1918, foi lançado um programa que promovia a participação financeira direta do Estado na construção de bairros sociais e dotava o Ministério das Finanças de crédito para a construção de um bairro de 1000 casas unifamiliares; ainda autorizava e financiava a construção de outros 5 bairros. Contudo, este programa foi um fracasso, pois os bairros iniciados em Lisboa só foram concluídos durante o Estado Novo e os bairros projetados no Porto nunca foram construídos (Serra, 1997; Gros, 1994).

Efetivamente, só em 1933 o Estado iniciou a construção de bairros sociais (bairros do Arco do Cego e Ajuda, em Lisboa), direcionados para os funcionários públicos ou para os trabalhadores sindicalizados em organismos apoiados pelo regime (Baptista, 1999, Teixeira, 1992, *cit.* LNEC, 2011). Neste ano, o governo implementou a Iniciativa das Casas Económicas (Decreto-Lei nº 23 052, de 23 de Setembro) que se propunha solucionar o problema habitacional das classes trabalhadoras e foi fundamental na definição dos princípios gerais da atuação do regime, em matéria de habitação, nos seus primeiros anos. O governo responsabilizou-se pela construção de bairros de casas económicas, bairros fechados, morfologicamente bem delimitados, segregados na cidade (Antunes *et al.*, 2014). Posteriormente, em 1938, o governo criou a Iniciativa de Casas Desmontáveis (Decreto-Lei nº 28 912, de 12 de Agosto), que pretendia realojar os residentes em bairros de barracas (Antunes *et al.*, 2014).

O avanço da industrialização nos anos 1940 exigiu uma política habitacional adequada, tendo sido fundamental a política de Duarte Pacheco, desenvolvida entre 1938 e 1943 (Guerra, 2008, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011(a)). Durante este período, a ação do governo em matéria de habitação tinha um carácter marcadamente simbólico e político, como evidencia o congelamento das rendas e a oferta de habitações económicas em bairros sociais, através de programas como Casas Económicas, em Propriedade Resolúvel (1933), Casas para Famílias Pobres, Casas de Renda Económica (1945) ou Casas de Renda Limitada (1947).

Com o êxodo rural mais intenso, nos anos 1950, as carências habitacionais eram mais quantitativas do que qualitativas. Face a estas carências, o Estado Central deixou de ser o promotor direto de habitação e verificou-se o abandono do modelo de casa individual em favor da

densificação e da construção em altura, de que são exemplos os bairros de Alvalade (1949-55), Olivais Norte (1965-66) ou os bairros camarários do Porto (1965-66) (Ferrão e Moura, 2010, *cit. Amílcar et al.*, 2011 (a)). Estas alterações não podem ser dissociadas das transformações que ocorreram em Portugal no fim dos anos 1950: a intensificação do processo de urbanização e o arranque industrial, com a integração de Portugal na EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), que permitiu a abertura ao capital estrangeiro e o fim do condicionamento industrial (Ferreira, 1987, *cit. Amílcar et al.*, 2011 (b); Ferreira, 1988).

A atratividade das cidades, pela maior oferta de oportunidades de emprego e pelas melhores condições de vida, impulsionou as migrações para os grandes centros urbanos, nomeadamente para Lisboa e Porto. A ausência de uma política de habitação por parte do Estado e a incapacidade de responder eficazmente às novas procuras de alojamento agravaram a crise habitacional e aumentaram a construção clandestina. Nos anos 1960, registava-se um défice de 500.000 fogos e o parque habitacional caracterizava-se por condições de habitabilidade deficientes, ausência de infraestruturas e de equipamentos sociais e o avançado estado de degradação dos edifícios, reflexo da ausência de uma política de conservação e recuperação do edificado (Ferreira, 1987, *cit. Amílcar et al.*, 2011 (b); Rodrigues *et al.*, 1999). Neste período, consolidou-se um mercado de habitação dual: por um lado, um sector legal, predominantemente privado e especulativo, que produzia quase exclusivamente para o mercado de luxo e inacessível para a maioria da população e, por outro lado, um sector ilegal que procurava responder às necessidades e capacidades económicas da população com menos recursos (Ferreira, 1988).

Em 1969 foi criado o Fundo de Fomento de Habitação (FFH), atual Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que promoveu uma mudança na política habitacional ao se propor a resolver os défices qualitativos e quantitativos de alojamento (Amílcar *et al.*, 2011 (b)). O principal objetivo do FFH era promover a habitação e, assim, minimizar os problemas de marginalidade dos grandes centros urbanos, resultado do crescimento das barracas (Guerra, 2011). Todavia, devido à recessão económica mundial do início dos anos 1970, até 1974 este organismo não realizou nenhum empreendimento significativo em termos de promoção habitacional direta e a sua atividade na área do apoio técnico e financeiro a outras entidades responsáveis pela execução de programas habitacionais foi muito reduzida (Vilaça, 1997).

Embora os últimos anos do Estado Novo (a partir de 1968, com a chegada de Marcelo Caetano ao poder) tenham correspondido à fase de maior intervenção do Estado no setor habitacional (Serra, 1997), não se verificou nenhuma mudança estrutural nem resultados evidentes das políticas seguidas, tendo-se mesmo verificado, segundo Ferreira (1988, *cit.* LNEC, 2011) o agravamento da crise habitacional.

Em 1974, com a transição para a democracia, Portugal registou um forte aumento populacional, resultado da desmobilização dos militares que combatiam na guerra colonial e com o regresso dos que viviam nas ex-colónias (estima-se que entre 1975 e 1976 tenham chegado a Portugal 700.000 pessoas), para além da receção de imigrantes das ex-colónias (OIT, 2003), concentrando-se este afluxo populacional sobretudo nos grandes centros urbanos. Paralelamente, verificou-se uma continuidade na deslocação de população rural para as cidades, aumentando, ainda mais, a pressão habitacional (Guerra, 2011). Este afluxo populacional refletiu a ausência de oferta habitacional pública e encontrou solução na construção de bairros de barracas e degradados (segundo levantamentos do PER, existiam nas regiões metropolitanas, no fim dos anos 1980, cerca de 50 mil barracas que alojavam mais de 150 mil pessoas), com o desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de alojamentos (estima-se que, nos anos 1970, 40% da construção em Portugal era clandestina), para além da sobrelotação, que atingiu mais de 300 mil habitações (INE, 2002, *cit.* Guerra, 2011).

Entre 1974 e 1976, o Estado reforçou a sua intervenção na promoção direta de habitação (Amílcar *et al.*, 2011 (a)). O reforço da promoção de habitação traduziu-se também na criação de vários programas de apoio técnico e financeiro aos promotores privados e cooperativos. São exemplos, a criação de “Contratos de Desenvolvimento”, empréstimos às Câmaras Municipais, a criação do SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – destinado aos grupos mais desfavorecidos e que, com o apoio estatal em terrenos, infraestruturas e financiamento, estimulava o desenvolvimento de “autossoluções” (Ferreira, 1987, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011 (a)). Destacam-se, ainda, outras iniciativas, como o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), a instituição das Cooperativas de Habitação Económica (CHE) e medidas de reforço da intervenção das autarquias, nomeadamente a criação dos Gabinetes de Planeamento Urbanístico (GPU's), os Grupos de Coordenação de Obras Municipais de Habitação (GCOM's), os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) e os Serviços Municipais de Habitação (SMH's) (Amílcar *et al.*, 2011 (a); Ferreira, 1988).

Como já foi referido, a Constituição de 1976 veio consagrar o direito à habitação como direito fundamental, assim como o dever do Estado de “promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais” (art. 65º, nº2, b) da CRP, 1976, p. 22), o que demonstra a vontade do Estado de intervir ativamente no setor da habitação (Serra, 1997, *cit.* Amílcar, *et al.*, 2011 (a), p. 6).

Todavia, a partir de 1978, as medidas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial limitaram a atuação da Administração Central, que suspendeu o lançamento de novos empreendimentos e extinguiu programas já em desenvolvimento (foram congelados os Contratos de Desenvolvimento da Habitação, o financiamento ao programa de Empréstimos às Câmaras Municipais e o apoio às cooperativas foi diminuído, o SAAL foi extinto) e as taxas de juro aumentaram, dificultando o acesso das famílias ao crédito e, conseqüentemente, o aumento da construção clandestina (Ferreira, 1988).

Na década de 1980, verificaram-se mudanças significativas no domínio da habitação, reflexo de alterações nas orientações políticas e económicas do país e da liberalização da economia (Amílcar *et al.*, 2011 (a)). Em 1980 foi promulgado o Decreto-Lei nº 435/80, de 3 de Outubro, que constituía um reforço ao sistema de crédito à aquisição de casa própria (Ferreira, 1987, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011 (a)). Apesar de ser destinado aos grupos com maior capacidade de poupança, o crédito para compra de habitação também favoreceu os grupos com menores rendimentos. Contudo, continuava a aumentar as famílias com alojamentos precários, assim como a sobreocupação das habitações e a construção de barracas (Guerra, 2011).

O Estado que diminuiu a sua participação na promoção de alojamentos, a partir de 1981 transferiu para os municípios a responsabilidade de alojar as famílias com menos recursos, competindo ao Estado o enquadramento normativo e financeiro. Foram tomadas medidas de carácter legislativo, como a revisão do Regime de Arrendamento Urbano, a criação do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) e do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (que substituiu o PRID), o incentivo à aquisição de casa e arrendamento pelos jovens, a criação de contas Poupança-habitação e outros regimes de crédito (Violas, 2003, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011 (a)).

Na sequência destas novas orientações políticas, em 1982 o Fundo de Fomento da Habitação foi extinto, originando um vazio institucional só suprido em 1984 com a criação do Instituto Nacional de Habitação (INH), responsável apenas pelo estudo, coordenação e acompanhamento das medidas de política habitacional e pelo apoio técnico e financeiro aos promotores de habitação a custos controlados. Só com a criação do Programa Nacional de Apoio Municipal ao Realojamento para famílias que residiam em barracas (Decreto-Lei n° 226/87, de 6 de Junho), em 1987, foi reforçada a promoção de habitação social. O programa, aplicado sobretudo nas Áreas Metropolitanas, caracterizou-se pela construção massiva de alojamentos, pela concentração territorial de habitação social de grande densidade populacional e pela construção de novos bairros sociais nas periferias das cidades (LNEC, 2011).

No fim dos anos 1980, o parque habitacional público, constituído por mais de 80000 fogos, caracterizava-se por uma gestão patrimonial, financeira e social deficiente, pela degradação física dos edifícios e dos espaços exteriores, ocupações abusivas de casas por familiares, rendas em atraso durante anos, para além do clima de insegurança urbana que caracterizava muitos dos bairros entretanto construídos (Vilaça, 2001).

Em 1993 foi criado o Programa Especial de Realojamento (PER) – Decreto-Lei n° 163/93, de 7 de Maio – com o objetivo de erradicar as barracas ainda existentes e realojar os seus residentes, dirigido sobretudo para as Áreas Metropolitanas de Lisboa a Porto (LNEC, 2011; Rodrigues *et al.*, 1999; Mendes, 1997, Guerra, 1994, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011a). Este programa previa o apoio financeiro às autarquias para construção ou aquisição de habitações, dependendo os seus resultados da dinâmica dos municípios e dos seus condicionalismos urbanísticos. Distinguiram-se dois tipos de atuações do PER: por um lado, alguns municípios investiram na dispersão, com construções baixas, e na diversidade de regimes de propriedade; por outro lado, também houve municípios que promoveram a concentração de famílias em bairros densamente construídos e ocupados, sem os dotar de equipamentos sociais e serviços (LNEC, 2011).

Em 1996 foi criado o PER-Famílias (Decreto-Lei n° 79/96, de 20 de Junho), que permite “a concessão de participações e financiamentos para apoiar a aquisição ou reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo Programa Especial de Realojamento” (Decreto-Lei n° 79/96 *cit.*

Fraguito, 2009, p. 50). Ou seja, este programa, de carácter excepcional, constituiu uma extensão do PER e permitiu o apoio financeiro às famílias abrangidas por aquele programa para aquisição de casa própria com recurso ao mercado privado ou para a reabilitação das suas habitações (Vilça, 1997, *cit.* Fraguito, 2009; LNEC, 2011; Amílcar *et al.*, 2011 (a)). Importa destacar este programa, pois tinha como objetivos acelerar os resultados do PER, diversificar as soluções habitacionais com a introdução do mercado privado nas lógicas de procura apoiada de habitação, permitir que as famílias escolhessem a sua residência e, assim, facilitar a sua integração social, incentivar a autonomização das famílias na resolução da sua situação habitacional. Contudo teve fracos resultados e concentrou-se apenas em quatro municípios (Amadora, Cascais, Lisboa e Oeiras), todos na Área Metropolitana de Lisboa Norte (CET/ISCTE, Augusto Mateus & Associados, IRIC/UP, 2008b, p. 38).

O PER constituiu um forte impulso na construção de habitação social. No território nacional abrangido pelo PER foram construídos, entre 1996 e 1999, mais de 4000 fogos/ano (Fraguito, 2009). Globalmente, foi uma experiência positiva porque permitiu erradicar as barracas e melhorar as condições de vida da população, promovendo a reflexão e a atuação das autarquias na resolução dos problemas habitacionais. Contudo, este Programa enfrentou algumas dificuldades, como o elevado preço dos terrenos, que promoveu a densificação e a guetização dos bairros sociais, o elevado esforço financeiro das autarquias e a indefinição relativamente à gestão do parque habitacional municipal entretanto criado, em alguns casos com uma qualidade construtiva reduzida (Fraguito, 2009). O PER foi incapaz de implementar uma política concertada entre os vários organismos (Administração Central, Autarquias Locais e iniciativa privada) e, de certa forma, agravou a segregação socio-espacial, ao concentrar territorialmente grupos socioeconómicos vulneráveis sem acesso aos serviços públicos essenciais (Mendes, 1997, Guerra, 1994, *cit.* Amílcar *et al.*, 2011 (a)).

Entre 1994 e 2005, o PER criou mais de 31 mil fogos, tendo diminuído o seu ritmo de crescimento a partir de 2002, limitando-se à construção de 1000 fogos entre 2004 e 2005 (CET/ISCTE, Augusto Mateus & Associados, IRIC/UP, 2008b, p. 29).

Com o intuito de resolver algumas carências habitacionais graves que entretanto ainda persistiam em alguns locais foi criado, em 2004, o PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso

à Habitação (Amílcar *et al.*, 2011a). Em 2007, o Decreto-Lei n° 54/2007, de 12 de Março acrescentou ao objetivo inicial do PROHABITA, a requalificação de bairros sociais degradados ou desprovidos de equipamentos. Deste modo, privilegiava-se a reabilitação, sobretudo de edifícios devolutos em detrimento da construção nova e a integração de soluções de sustentabilidade no edificado (CET/ISCTE, Augusto Mateus & Associados, IRIC/UP, 2008b, p. 68). Foram ainda introduzidas alterações ao programa, nomeadamente o alargamento do conceito de carência habitacional, que deixa de se restringir aos casos dos agregados a viver em barracas e engloba as residências em estruturas provisórias, edificações deficientes, sobrelotação ou situações de realojamento urgente resultado de calamidades, intempéries ou demolições (Fraguito, 2009). O programa é concretizado através de Acordos de Colaboração entre o INH e os Municípios, Associações de Municípios e Regiões Autónomas ou através da concessão de “financiamento direto aos agregados familiares com carências habitacionais, (...) sob a forma de comparticipação a fundo perdido ou sob a forma de empréstimos bonificados” (Fraguito, 2009, p. 77).

O reconhecimento político da necessidade de reabilitar os bairros sociais entretanto criados, de grande densificação urbanística, e de resolver os problemas por si criados, veio dar origem a uma iniciativa específica com este objetivo - a Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (Iniciativa Bairros Críticos), criada pela Resolução de Conselho de Ministros n° 143/2005, de 7 de Setembro. Este veio a constituir um instrumento da política de cidades que incidiu de forma experimental em três territórios: Lagarteiro (Porto), Vale da Amoreira (Moita) e Cova da Moura (Amadora) (Sousa, 2012, *cit.* Palma, 2014). Teve como principal objetivo recolher as experiências de programas nacionais e comunitários anteriores (como, por exemplo, o Urban, Polis, Programa de Reabilitação Urbana) e desenvolver modelos de intervenção inovadores, através do reforço das dinâmicas locais e do desenvolvimento de parcerias entre a Administração Central e Local e organizações governamentais e não-governamentais (Sousa, 2008, p. 69).

Apesar de através da ação de todos estes programas e iniciáticas se ter, em termos genéricos, suprimido o défice habitacional, continuam a persistir problemas, como a degradação do parque habitacional dos centros urbanos, a dificuldade de dar resposta às necessidades de mobilidade das famílias ou os custos de habitação. Por outro lado, o sector habitacional português caracteriza-se por um elevado número de fogos devolutos e, simultaneamente, pela dificuldade das famílias acederem a habitação adequada às suas posses e necessidades (Presidência do Conselho de

Ministros, 2015, p. 4827). Este é o resultado das transformações financeiras, económicas e sociais que ocorreram nos últimos 50 anos e que não foram acompanhadas por uma visão estratégica de habitação. Deste modo, para alargar o acesso à habitação e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, foi aprovada, em 2015, a Estratégia Nacional para a Habitação 2015 – 2031 (ENH) e criada a Comissão Nacional da Habitação (CNH) (Presidência do Conselho de Ministros, 2015, p. 4826). A Estratégia Nacional para a Habitação tem como principal objetivo criar condições que facilitem o acesso das famílias à habitação (preço, localização, qualidade, conforto, segurança, acessibilidades). Esta política assenta em três pilares: reabilitação urbana, arrendamento social, como “alternativa à aquisição de casa própria” e principal forma de “desenvolver uma oferta de habitação a preços acessíveis”, e a qualificação dos alojamentos. No entanto, também é preciso garantir uma gestão que promova a conservação e manutenção do parque habitacional e de modelos de responsabilização dos arrendatários, nomeadamente o cumprimento das suas obrigações ao nível da preservação do património e do pagamento da renda (Presidência do Conselho de Ministros, 2015, p. 4834).

Mais recentemente, e na sequência da crise económica e financeira, na génese de uma nova pobreza, o número de fogos de habitação social existentes em Portugal revelou-se insuficiente para responder às necessidades (em 2015, registaram-se 19,8 mil pedidos de habitação) (INE, 2016). Neste contexto, torna-se especialmente necessário desenvolver modelos que garantam a mobilidade do parque de habitação social e a sua disponibilização para as famílias que não têm rendimentos para aceder a uma habitação condigna.

4.2. Os bairros sociais portugueses como áreas urbanas problemáticas: estratégias de intervenção

Como foi referido anteriormente, muitos dos bairros sociais são lugares estigmatizados, com vários problemas associados à degradação do edificado, localização periférica, concentração de população com baixos recursos económicos, e até problemas decorrentes do tráfico de droga e insegurança. Contudo, estes lugares não têm só aspetos negativos. Como refere Vasconcelos (2007, p. 107), “as zonas críticas, se por um lado constituem um problema de exclusão social,

por outro representam fontes de aprendizagem e de sobrevivência na adversidade.” As áreas críticas urbanas, como os bairros sociais, são locais com grande riqueza multicultural e com uma forte rede de apoio partilhado que, tanto a nível nacional como europeu têm sido alvo de intervenções de requalificação (Vasconcelos, 2007). São exemplo disso, o programa URBAN, o Single Regeneration Budget no Reino Unido ou a Politique de la Ville Francesa (Blanco, 2005).

Muitas vezes, essas intervenções de requalificação aplicam princípios de política pública inovadores quanto às formas tradicionais de governança, concentrando-se em áreas urbanas em crise, normalmente o bairro, e reconhecendo as especificidades territoriais e os problemas sociais do território que se propõem resolver, atuam por isso de forma diferente em cada território (Blanco, 2005). Reconhecendo a multidimensionalidade dos problemas, são desenvolvidos planos de ação, que envolvem não só a transformação urbanística, mas também a componente ambiental, socioeconómica e cultural dos territórios, com o objetivo de revitalizar os espaços públicos, alterar a sua imagem negativa e melhorar a qualidade de vida da população. É, por exemplo, importante conhecer as aspirações e gostos da população, para definir soluções com que os moradores se identifiquem e que aumente o seu gosto pelo bairro (Fraguito, 2009).

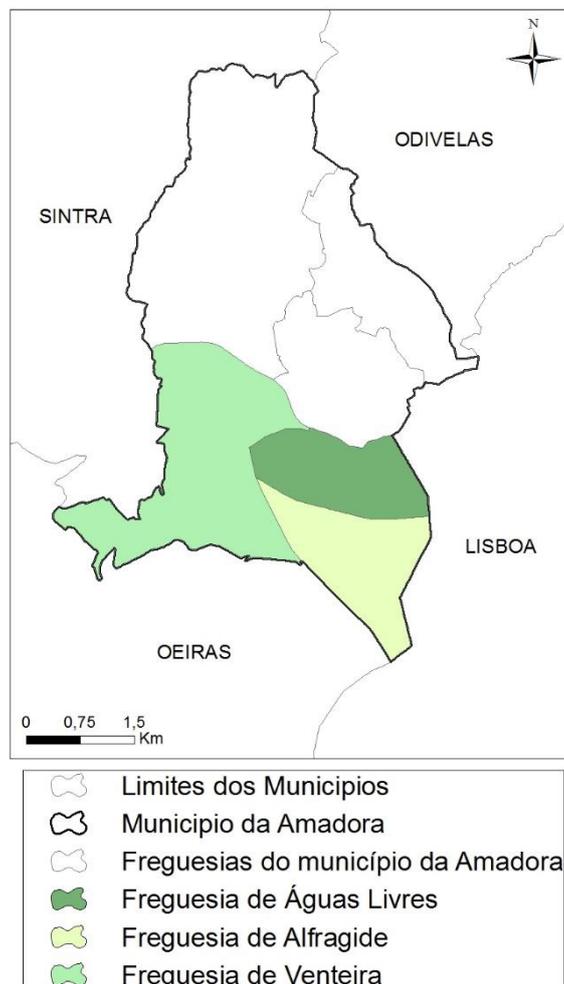
De seguida, são apresentados alguns exemplos de intervenções de requalificação dirigidas a bairros sociais portugueses, que enfrentam problemas mais ou menos intensos de segregação socio-espacial, selecionados com base na diversidade de abordagens que esteve subjacente às intervenções efetuadas. Importa referir que, embora existam abordagens muito distintas com base em intervenções mais ou menos integradas, constitui ainda uma lacuna na investigação a avaliação dos efeitos destas iniciativas no que respeita aos seus resultados no combate à segregação socio-espacial destes bairros, e à pretendida inclusão social dos seus moradores.

4.2.1. Bairro da Cova da Moura

O Bairro da Cova da Moura localiza-se no município da Amadora e é administrativamente partilhado pelas freguesias da Damaia e da Buraca (com a reorganização administrativa, Damaia foi dividida pelas freguesias de Águas Livres e Venteira e Buraca foi dividida pelas freguesias de Águas Livres e Alfragide) (Figura 1). Tem cerca de 16,5ha e é limitado a Oeste por um conjunto

de edifícios privados de vários pisos e a Sul, Este e Norte por rodovias que circundam o bairro (Crespo e Marques, 2014).

Figura 1 Localização das freguesias de Águas Livres, Alfragide e Venteira



A ocupação da Cova da Moura começou no final dos anos 1950, quando a exploração agrícola da Quinta do Outeiro foi abandonada e alguns trabalhadores começaram a construir aí as suas casas abarracadas. Após o 25 de Abril de 1974, o bairro tornou-se local de residência dos que entretanto regressaram das ex-colónias, bem como dos imigrantes que daí partiram. Entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980, a ocupação do bairro intensificou-se em consequência da descolonização, com a chegada de várias famílias oriundas sobretudo de Cabo Verde (Crespo e Marques, 2014; Santos, 2008).

O tecido urbano do bairro é heterogéneo e irregular, resultado da instalação progressiva e diversificada dos seus habitantes (Crespo e Marques, 2011). Se em 1981 o bairro tinha cerca de

1000 habitantes, em 2000 já residiam nele mais de 5000 habitantes (Alves *et al.*, 2006, *cit.* Ferreira e Carvalho, 2010). No início da presente década a população a residir no bairro era já de cerca de 7000 habitantes (Sousa *et al.* 2012).

O Bairro da Cova da Moura firma-se como um dos mais problemáticos da Grande Lisboa, quer pela grande densidade populacional e do edificado (306 habitantes/ha e 85 fogos/ha, respetivamente), quer pelo elevado número de habitações clandestinas, falta ou insuficiência de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos sociais, de áreas livres e de espaços de lazer, ou deficiências graves nos edifícios, relativamente à sua solidez, robustez e salubridade (Mendes, 2008). Uma das potencialidades do bairro é a existência de fortes sentimentos de proximidade e comunidade, evidenciados pelos laços de solidariedade e coesão entre os moradores, que Ferreira e Carvalho (2010) consideram uma resposta ao sentimento de estigmatização social e habitacional.

A Câmara Municipal da Amadora, no sentido de promover a integração física e social do Bairro da Cova da Moura, tem vindo a desenvolver vários programas e estratégias de melhoria da qualidade de vida, de supressão das carências habitacionais e de dinamização socioeconómica do bairro. São exemplo disso, a implementação dos programas URBAN II e PROQUAL, assim como a candidatura ao Programa Polis (Mendes, 2008).

Em 2000, o município da Amadora realizou o diagnóstico do bairro e um Plano de Pormenor que propunha a demolição de cerca de 80% do bairro. Perante esta proposta, as associações locais organizaram-se numa Comissão de Bairro, de que resultou, em 2003, a declaração do bairro como Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) (Crespo e Marques, 2014).

Em 2005, o bairro da Cova da Moura foi integrado na Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos, uma iniciativa da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, que reconhece a importância das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas e a complexidade dos desafios que lhe são colocados (Santos, 2008). Este projeto propunha-se resolver os problemas da Cova da Moura de forma integrada e sustentada, adotando uma abordagem inovadora em termos de participação, deliberação e

modelo de gestão, que conciliasse a revitalização material e imaterial dos problemas que afetavam os seus habitantes (Santos, 2008).

O projeto começou com a constituição de um Grupo de Apoio Técnico e de um Grupo de Parceiros Local (GPL), constituído por várias entidades (autarquia, administração central, organizações não-governamentais), que juntamente, elaboraram o diagnóstico do bairro, identificando os seus problemas e potencialidades, documento orientador da proposta de intervenção (Sousa *et al.*, 2012).

O diagnóstico, apresentado em Abril de 2006, identificou como principais problemas do bairro a questão da propriedade fundiária, uma vez que os moradores não são proprietários nem arrendatários dos lotes que ocupam, a reabilitação urbana e a habitabilidade das construções, a existência de atividades ligadas ao tráfico de droga e a insegurança (quanto ao futuro incerto das casas e ligada a sentimentos de exclusão e estigmatização assentes na imagem negativa do bairro) (Sousa *et al.*, 2012). Contudo, este documento também identificou potencialidades na Cova da Moura, nomeadamente a população jovem residente, a dinâmica do tecido interno e a valorização da cultura local (Sousa *et al.*, 2012).

Depois de conhecida a realidade do bairro, foi definido, entre Maio e Julho de 2006, o plano de intervenção para a Cova da Moura, que tinha como principal objetivo a

“promoção da mudança na Cova da Moura, sustentada na legalização e requalificação urbana do bairro e na promoção de uma nova imagem do território, assente no reforço da segurança, na sustentabilidade ambiental e na qualificação e diversificação da oferta cultural” (Sousa *et al.*, 2012, p. 31).

Durante a preparação do programa de intervenção foram realizadas reuniões com os parceiros e workshops para toda a população, de modo a recolher informação individualizada junto dos parceiros e residentes, seguindo os princípios do planeamento colaborativo (Sousa *et al.*, 2012). Este programa, que tinha como objetivos genéricos abrir o bairro à envolvente, melhorar a qualidade de vida, a qualidade urbana e reforçar as competências individuais e coletivas, foi estruturado em oito eixos de intervenção (Sousa *et al.*, 2012; Santos, 2008).

O primeiro eixo de intervenção do Plano de Ação para a Cova da Moura tinha como objetivo legalizar os terrenos do bairro, transformando a “Cova da Moura num bairro legal para todos” (Plano de Ação e Modelo de Gestão, 2006, *cit.* Santos, 2008, p. 120). Para tal, procedeu-se ao “levantamento e caracterização do edificado e da ocupação”, as obras de construção ou de modificação das habitações foram suspensas, para que o diagnóstico da situação se mantivesse válido durante a implementação do projeto, foram realizados estudos urbanísticos, como um Plano de Pormenor e estudos técnicos complementares, e foram desenvolvidas “propostas de soluções residenciais para a população residente e ocupação residencial” (Sousa *et al.*, 2012, p. 83).

Uma preocupação da intervenção na Cova da Moura foi melhorar as condições de segurança e promover a requalificação urbanística e ambiental do bairro, de modo a devolver aos moradores uma nova imagem do bairro que reunisse os aspetos positivos e neutralizasse os negativos, promovendo, assim, a integração e a inclusão social da Cova da Moura na envolvente (Plano de Ação, Modelo e Gestão, 2006, *cit.* Santos, 2008). O segundo eixo de intervenção – “um bairro qualificado e aberto ao exterior” – foi concretizado através da “resolução da questão fundiária” – em 2008 iniciaram-se as negociações dos terrenos do bairro entre a autarquia e o principal proprietário, que acabaram por ser adiadas, sem previsão para quando seriam retomadas – e da construção/reabilitação de infraestruturas e espaços públicos, de habitações, espaços comerciais e equipamentos sociais, escolares e de lazer (Sousa *et al.*, 2012, p. 86).

O terceiro eixo de intervenção – “Programas de intervenção imediata” – propunha desenvolver ações mais imediatas para resolver problemas de segurança e salubridade, demonstrando à população o interesse em responder às necessidades do território. Este objetivo foi alcançado através da criação do Programa Imediato de Pequenos Melhoramentos (PIPEM), que procedeu à melhoria das áreas envolventes às creches, pavimentação de ruas em terra batida, colocação de toponímia nas ruas, por exemplo, e da criação do Programa Imediato de Intervenção Social e Educacional (PIISE), responsável pelo alargamento da creche familiar, arranjo do recreio da escola, elaboração do PODAFD (Plano Operacional de Desenvolvimento da Atividade Física e do Desporto) (Sousa *et al.*, 2012, p. 93).

O quarto eixo de intervenção – “um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo” – pretendia diminuir o sentimento de insegurança, apoiar a inserção social dos grupos com maiores

dificuldades de integração e divulgar as atividades do bairro, contrariando, assim, a imagem negativa deste lugar. Para tal, foi criada uma página *web* do bairro para divulgar as suas atividades e das suas associações, assim como divulgar anúncios de comerciantes e serviços locais. Esta medida teve efeitos muito positivos, pois “durante o período de operacionalização da IBC no território se verificou um maior número de notícias positivas, ou seja, as que valorizavam aspetos interessantes, lúdicos, culturais ao nível do empreendedorismo e dos empreendedores do Bairro, essencialmente decorrentes de ações desenvolvidas/coordenadas pelas entidades que integram a Comissão de Bairro” (Sousa *et al.*, 2012, p. 100). Foram também desenvolvidas outras medidas de “combate à criminalidade e ao tráfico de droga/inserção social de ex-reclusos”, de “prevenção e combate à violência doméstica” e de “atendimento e regularização de cidadãos estrangeiros”, com a criação, por exemplo, do SEF em movimento, uma parceria entre as instituições locais e os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, em que as instituições recolhiam, junto dos cidadãos, os documentos necessários e solicitavam a ida do SEF ao bairro para formalizar os processos (Santos *et al.*, 2012, p. 100).

O quinto eixo de intervenção – “um bairro com futuro para os jovens” – desenvolveu iniciativas no sentido de promover a saúde, criar condições para a investigação sobre os subúrbios e promover a “parentalidade melhorada e responsável” (Sousa *et al.*, 2012, p. 105). Neste sentido, foram realizadas ações de sensibilização para a prevenção de consumos aditivos, foi criada uma equipa de rua para a prevenção, tratamento, reinserção e redução de danos e uma unidade móvel para distribuição de metadona. Também foram tomadas outras medidas, como o desenvolvimento do Projeto Ser Criança que, com o apoio do ISPA-IU (Instituto Superior de Psicologia Aplicada), da APSI (Associação para a promoção da Segurança Infantil) e de outros parceiros, realizou ações de sensibilização para os encarregados de educação sobre alimentação, segurança, higiene, deu-se continuidade ao projeto O PULO da ACMJ (Associação Cultural Moinho da Juventude) para reforçar a atuação ao nível do Apoio familiar e Aconselhamento parental, e foram realizadas ações de formação para mães adolescentes.

Para reforçar a capacidade de empregabilidade e de geração de rendimento dos habitantes, a sexta estratégia de intervenção – “um bairro economicamente ativo” – compreendia medidas de “apoio ao emprego e ao empreendedorismo” (através, por exemplo, da “criação de uma rede interinstitucional para apoio à empregabilidade” e do desenvolvimento de ações de apoio à criação

de microempresas e identificação de oportunidades de negócio) e de valorização do capital humano jovem. Para concretizar esta última medida, foram realizados cursos de alfabetização e cursos de formação em diversas áreas como, por exemplo, jardinagem, Técnico de Ação Educativa, empregado de mesa (Sousa *et al.*, 2012, p. 109).

Com os objetivos de projetar uma nova imagem do bairro e criar novas oportunidades de qualificação das competências existentes para facilitar a abertura do bairro à cidade, foi definido o sétimo eixo de atuação – “um lugar criativo”. Neste sentido, deu-se visibilidade às festas locais, como o Kola San Jon (organizado pela ACMJ) e a festa de Independência de Cabo Verde (organizado pela ASSACM), desenvolveram-se formações em diversas áreas, como produção áudio, produção de videoclips, cinema documental, entre outras, e foi projetada a “instalação do Espaço-memória (Exposição permanente e temporária) ” – ação que não foi plenamente concretizada. Esta intervenção demonstrou a capacidade de mobilização da população e dos parceiros em torno das questões artísticas e resultou na participação do bairro nas marchas de Lisboa, em dois filmes (“Fados”, de Carlos Saura e “A Ilha de Cabo Verde”, de Rui Simões), em apresentações em espetáculos nacionais e internacionais. Foi ainda solicitado um filme/reportagem sobre o evento, de modo a reforçar a projeção externa do evento (Sousa *et al.*, 2012, p. 120).

Fotografia 1 Intervenção artística na Cova da Moura



Fonte: ACMJ, 2013

Uma das ações mais visíveis deste projeto foi a criação de vários murais (Fotografia 1), com figuras negras relevantes da luta contra a discriminação e ilustrativos das dificuldades sociais, violência e

discriminação. Contudo, a localização dos murais no interior do bairro dificulta o seu acesso pela restante população (Santos, 2014).

Por último, o eixo estratégico – “um bairro ecológico” envolve a “sensibilização ambiental: formação, utilização e oferta de alternativas ambientais na requalificação” e a criação das “hortas urbanas da Damaia e da Buraca” (Sousa *et al.*, 2012, p. 135).

4.2.2. Bairro São João de Deus

O Bairro São João de Deus, na freguesia de Campanhã, no Porto, (Figura 2) surgiu em 1944 com a construção de 144 fogos de habitação unifamiliar, destinados ao realojamento da população que morava nas ilhas¹ no centro da cidade e noutros bairros de habitação social (Matos, 2001; Alves, 2010). Nas décadas seguintes foram construídos blocos de habitação multifamiliar destinados a alojar um maior número de pessoas. Neste sentido, surgiram oito blocos de habitação social para acolher um acampamento de população de etnia cigana, tendo ficado conhecido também como “Bairro dos Ciganos”. Na década de 1980 existiam no bairro 448 alojamentos (Matos, 2001, p. 235; Alves, 2010).

¹ “As ilhas é um conceito que procura expressar uma solução morfológica de habitação popular, em tempos muito presente na cidade do Porto, da qual permanecem ainda alguns exemplos. De um modo sintético são “filas de casas, em regra pequenas e térreas, construídas na parte traseira dos lotes usualmente profundos das habitações burguesas ou pequeno-burguesas da cidade do Porto (todavia, com exemplos noutros aglomerados urbanos, sobretudo no norte do país e no Brasil) e, por vezes também, em lotes livres de qualquer ocupação. Em muitos casos, a ligação dessa correnteza de casas ao espaço público era realizada através de um túnel, criado sob um edifício com fachada voltada à rua e aberto num dos três vãos da fachada do imóvel que, esporadicamente, era habitado pelo proprietário do lote. Esta definição encaixa num modelo com muitas variações, podendo a ilha ter mais de um piso assim como ocupar toda a parcela e, quando construída em dois lotes contíguos, pode dar lugar a um corredor alargado ou à construção de casas costas com costas. Perante o desequilíbrio entre oferta e a procura de habitação, as ilhas foram uma das soluções melhor adaptadas à morfologia da cidade e, para um aproveitamento intensivo dos longos lotes de muitas das ruas, grande parte das quais abertas na primeira metade do século XIX” (Teixeira, 1996, *cit.* Vázquez, 2015, p. 6).

Figura 2 Localização da freguesia de Campanhã



As diferentes fases da construção do bairro originaram uma variedade de modelos tipológicos. O crescimento do bairro resultou da construção de blocos de habitação social, sem uma rede de equipamentos e serviços de apoio à população, tornando o bairro um espaço mono funcional e segregado socio-espacialmente. Ao longo do tempo, o bairro passou a ser conhecido por designações pejorativas; os moradores começaram a sentir-se rejeitados socialmente e interiorizaram um sentimento de inferioridade social, o que favorece a autoexclusão (Alves, 2010).

Nos anos 1980, reflexo do agravamento das carências habitacionais e dos problemas de sobreocupação dos fogos, começaram a surgir as primeiras construções ilegais na proximidade imediata do bairro. Os problemas sociais agravaram-se e começou a manifestar-se o desenvolvimento de atividades ilegais, nomeadamente o tráfico de droga (Alves, 2010). Perante a degradação física, social e ambiental do bairro, foi desenvolvido, entre 1990 e 1999, o Projeto de Luta contra a Pobreza do Bairro São João de Deus. Este projeto tinha como principais objetivos a requalificação física e ambiental do bairro através da erradicação das barracas e da construção de

novas habitações, a criação de equipamentos e serviços de apoio à população e o desenvolvimento de ações nos domínios da educação e formação (Alves, 2011).

Neste sentido, foram criados vários serviços de apoio à população (Ludoteca, Casa dos Jovens, Gabinete de Apoio a Toxicodependentes, Clube de Emprego) e foram construídas, entre 1999 e 2000, 270 novos alojamentos distribuídos por 12 blocos multifamiliares. Contudo, estes novos blocos habitacionais nunca passaram para a gestão da Câmara Municipal do Porto, o que fez com que, com o fim do projeto, a falta de liderança e de gestão do bairro favorecesse processos de troca e de comercialização ilegal de habitações e a concentração de atividades ilegais, agravando os problemas sociais do bairro e a sua rápida degradação e insalubridade (Alves, 2010). Algum comportamento mais criticável de alguns dos moradores e o incumprimento do regulamento do bairro levou a que ficasse conhecido como “Tarrafal” (Matos, 2001, p 235).

Para fazer face a todos estes problemas, em 2002, a Câmara Municipal do Porto elaborou o Plano de Reversão do Bairro São João de Deus para acabar com a insegurança, insalubridade e o tráfico e consumo de droga. As principais linhas estratégicas do projeto visavam a redução de cerca de 80% da população residente, através da demolição de todos os blocos multifamiliares, e a criação de várias artérias que permitissem a abertura do bairro à cidade (Alves, 2011).

Assim, foram demolidos 28 blocos de habitação multifamiliar (num total de 562 fogos), de entre os quais os contruídos no final da década de 1990, e a população foi realojada em diversos bairros sociais da cidade. Os residentes que permaneceram consideram que o bairro se tornou um lugar mais calmo, embora se tenham perdido hábitos de convívio e referências identitárias. Por sua vez, grande parte da população realojada noutros bairros considera que as suas condições habitacionais pioraram em termos de dimensão e qualidade da construção, além de terem sido destruídas redes de solidariedade, importantes para o bem-estar dos indivíduos (Alves, 2011).

Em 2014, a Câmara Municipal do Porto aprovou o Programa Municipal Integrado de Reabilitação de Bairros Sociais do Porto que, além de outras intervenções, previa mudanças para o Bairro São João de Deus. A primeira etapa do projeto, iniciada em Abril de 2016 e que terminará em breve, resultou na construção de 13 habitações e insere-se num programa de investimento de 26 milhões

de euros na construção e requalificação de habitação social em Campanhã (Carvalho, 2015; Domus Social, 2017).

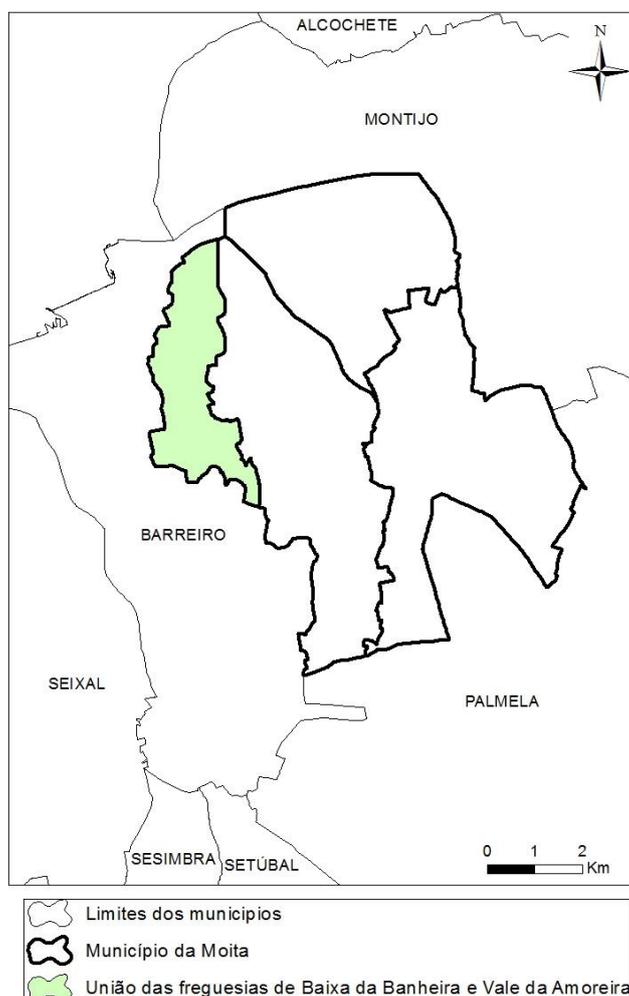
A segunda fase do projeto consiste na reestruturação das habitações existentes, ou seja, as 144 habitações unifamiliares da década de 1940 serão reduzidas para 84 novas habitações através da aglutinação de casas, de modo a aumentar a área útil disponível para as famílias. No final, o bairro será constituído por 97 casas (Carvalho, 2015; Domus Social, 2017).

Além da intervenção nas habitações, o projeto prevê também a redefinição do desenho urbano do bairro, com a abertura de uma nova artéria que permitirá o acesso às habitações construídas, a instalação de “redes de infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, de gás natural, de telecomunicações e de iluminação pública” (Domus Social, 2017).

4.2.3. Vale da Amoreira

O Vale da Amoreira, no concelho da Moita, (Figura 3) é constituído por 4564 fogos, onde residem entre 3500 a 3700 agregados familiares. A sua construção iniciou-se nos anos 1960, mas foi durante a década de 1970 que se verificou o seu grande crescimento, por um lado, com o alojamento de famílias nas habitações já construídas, e, por outro lado, devido à ocupação de habitações ainda por concluir, por parte de famílias vindas das ex-colónias (Sousa *et al.*, 2012).

Figura 3 Localização da União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira



O bairro apresenta, à semelhança de outros, vários problemas, nomeadamente decorrentes da concentração de grande heterogeneidade cultural e de pobreza, reduzida oferta de emprego, carências ao nível de equipamento comunitários e de infraestruturas de transporte, insucesso e abandono escolar, grande dependência de apoios sociais (Sousa *et al.*, 2012). Por estas razões, o Vale da Amoreira foi integrado na Iniciativa Bairros Críticos. Esta intervenção tinha como principal objetivo

“a promoção de uma mudança baseada na intervenção pela arte, enquanto estratégia de requalificação urbana e de conceção do território como um espaço atrativo, prática de valorização das competências dos jovens e do seu envolvimento com a comunidade local, e modo de abertura do Vale da Amoreira para o exterior, como território cultural” (Sousa *et al.*, 2012, p. 40).

Para além da afirmação do bairro como Espaço de Experimentação Artística de modo a facilitar a sua integração e a contrariar a estigmatização de que é alvo, a Iniciativa Bairros Críticos no Vale da Amoreira concretizou-se por uma ação integrada abrangendo múltiplas frentes de atuação: requalificação física do bairro (edifícios, espaço público e acessibilidades); criação do Gabinete de Emprego e Apoio ao Empreendedorismo; criação de iniciativas de apoio às empresas locais; policiamento de proximidade; criação e dinamização do tecido associativo juvenil, entre outras medidas (Sousa *et al.*, 2012).

4.2.4. Bairro do Aleixo

O Bairro do Aleixo, situado na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, no Porto, (Figura 4) foi construído durante os anos 1960 e 1970. Constituído por cinco torres, de 13 pisos, cada uma com 64 habitações, revelou capacidade para alojar 1720 habitantes em 320 casas. Além das habitações, estava também prevista a construção de vários equipamentos coletivos, nomeadamente uma escola primária, um ringue desportivo, um centro social e pequenos comércios (Fraguito, 2009).

Figura 4 Localização da União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos



O bairro destinava-se a acolher população da zona da Ribeira/Barredo do núcleo histórico da cidade do Porto, que vivia em casas insalubres e sobre ocupadas. Viria a tornar-se um dos locais mais problemáticos da cidade do Porto. A elevada dimensão dos edifícios agravou os problemas sociais e de insegurança, dificultou a gestão externa do bairro e facilitou o isolamento e a prática de atividades ilegais (Correia, 2009).

Em 2008, a Câmara Municipal do Porto apresentou a proposta de requalificação do Bairro do Aleixo, que propunha a distribuição da população residente por várias áreas da cidade e apresentava três propostas de realojamento: realojamento da população na zona histórica da cidade ou na Área Crítica de Reconversão Urbana, permitindo o regresso dos moradores às origens, através da recuperação de vários imóveis devolutos de propriedade do município; construção de habitação social nova dispersa pela cidade; entrega de imóveis prontos a habitar (Fraguito, 2009).

No entanto, a Câmara Municipal do Porto veio a considerar que a reabilitação do bairro não resolveria os problemas a longo prazo. Por outro lado, a demolição e reconstrução de novas habitações implicava canalizar todos os recursos financeiros destinados à reabilitação dos bairros sociais da cidade para esse projeto, o que, a médio prazo, paralisaria a atuação do município neste domínio (Correia, 2009). Assim, a solução adotada foi a constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário fechado de subscrição particular (FEII), constituído por parceiros privados. O FEII seria o proprietário dos prédios do Bairro do Aleixo, possibilitando o desenvolvimento futuro de um projeto urbanístico de revitalização do bairro e da envolvente. Como contrapartida da alienação dos prédios para o FEII, o município deteria entre 19% a 30% das unidades de participação, para garantir o retorno financeiro de qualquer projeto imobiliário, e receberia imóveis destinados ao realojamento dos moradores do bairro (Correia, 2009).

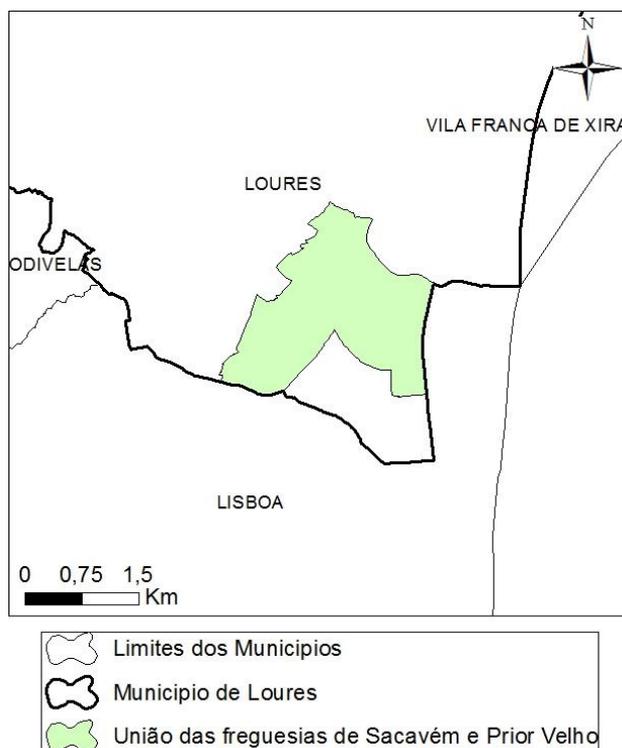
Para Correia (2009, p. 3) “o modelo de contrapartidas delineado visa transferir para o sector privado a responsabilidade financeira pela concretização de um conjunto de interesses públicos, de ordem social e urbanística, libertando o município da necessidade de despender recursos financeiros ou de recorrer ao financiamento.” Até ao presente foram demolidas duas das cinco torres do Bairro do Aleixo (a primeira em Dezembro de 2011 e a segunda em Abril de 2013) e a Câmara Municipal do Porto espera que o fundo de investimento construa as habitações sociais a

que se comprometeu para realojar os moradores e proceder à demolição das restantes torres (Porto Canal, 2016).

4.2.5. Quinta do Mocho

O Bairro Social da Quinta do Mocho, na União de freguesias de Sacavém e Prior Velho, Loures, (Figura 5) é constituído por 680 fogos, distribuídos por 91 lotes (Ribeiro, 2015). A sua origem remonta à década de 1960 quando começou a construção de uma urbanização composta por 4 torres.

Figura 5 Localização da União das freguesias de Sacavém e Prior Velho



Divergências entre a Câmara Municipal de Loures (CML) e a construtora fizeram com que as obras fossem abandonadas nos anos 1970 e posteriormente as torres ocupadas por imigrantes que escolheram este local pela sua proximidade ao aeroporto (Tomás, 2015). Segundo a CML (*cit.* Tomás, 2015) no final da década passada residiam no “Bairro de Habitação Social Quinta do Mocho” cerca de 844 famílias, num total de 2874 indivíduos, maioritariamente imigrantes oriundos de Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Moçambique (Tomás, 2015). A

Quinta do Mocho era então considerada um local perigoso, marginalizado, razão pela qual várias empresas de entregas, táxis e autocarros não entravam no bairro (Ribeiro, 2015).

Entre 2000 e 2006, a Câmara Municipal de Loures realojou, no Bairro de Habitação Social Quinta do Mocho, cerca de 2600 indivíduos que ocupavam as torres inacabadas, deixando os terrenos livres para a construção da Urbanização Terraços da Ponte, destinada à classe média/alta. A urbanização não se encontra ainda concluída, sendo que em 2015 ainda existiam 6 lotes por construir (Tomás, 2015).

Fotografia 2 Urbanização Terraços da Ponte



Fonte: Dias, 2013

Conscientes da estigmatização dos moradores da Quinta do Mocho, devido à imagem negativa do bairro, a CML desenvolveu medidas de integração social destes habitantes. Com a ideia de “mostrar o Bairro ao Mundo e trazer o Mundo ao Bairro”, foi criado o festival “o bairro i o mundo” (Tomás, 2015, p. 70).

Este festival é uma parceria entre a Câmara Municipal de Loures e a Associação Teatro IBISCO - Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Otimismo (Abril Local, 2017) e tem como missão “fazer “Inclusão pela Arte”, juntando jovens de bairros sensíveis de Loures levando-os a

compreender os valores da disciplina, do trabalho em equipa e da Arte como ferramenta para a capacitação, emancipação e autoestima” (Ibisco, 2015, *cit.* Tomás, 2015, p. 70).

“O bairro i o Mundo” tem como principais objetivos alterar a imagem negativa dos bairros sociais, realçando os seus aspetos positivos, desenvolver o sentimento de pertença comunitária e de apropriação das habitações e do espaço público, e modificar o comportamento dos moradores (Tomás, 2015; Ribeiro, 2015). O projeto envolveu intervenções artísticas nos edifícios (Fotografias 2 e 3) e a reabilitação dos espaços públicos e de equipamentos coletivos (Ribeiro, 2015).

Fotografia 3 Intervenção na Quinta do Mocho



Fonte: Marques, 2015

Em Junho de 2013 foi realizada a primeira edição d'O Bairro i o Mundo, com resultados positivos ao nível da limpeza, transformação artística dos prédios, maior sentimento de pertença e menor auto preconceito. Perante o sucesso da primeira edição, foi realizada a segunda edição em 2014.

Fotografia 4 Intervenção artística na Quinta do Mocho



Fonte: Marques, 2015

As reações dos moradores às pinturas e à circulação de pessoas no bairro foi bastante positiva e permitiu modificar a imagem do bairro. Perante o sucesso do projeto, a CML decidiu que a reabilitação do edificado através de pinturas nas fachadas dos prédios iria continuar, pois além de promover uma imagem positiva do bairro, fazia com que os residentes se sentissem incluídos e orgulhosos do seu bairro (Tomás, 2015).

Este projeto resultou em cerca de 30 obras de arte realizadas por artistas de renome nacional e internacional, criando, assim, a Galeria de Arte Pública (GAP) da Quinta do Mocho que figura nos principais roteiros de arte urbana (Ribeiro, 2015). As pinturas abordam sobretudo “questões sociais: a discriminação racial, os direitos das crianças, a natureza, a multiculturalidade, a igualdade e também o impacto da arte” (Coelho, 2015, *cit.* Tomás, 2015, p. 75).

O projeto de integração do bairro constituiu um “fator de aproximação entre a população e o município” (Monteiro, 2015, *cit.* Tomás, 2015, p. 73) e deu uma projeção positiva sobre o bairro nos *media* (Ribeiro, 2015). Os moradores reconhecem os benefícios do projeto no bairro: “ajudou [os moradores] a sentirem o bairro como delas, a serem afáveis e acolhedoras”, trouxe “uma mudança para melhor na forma como as pessoas olham para a Quinta do Mocho, referindo que

o ambiente melhorou bastantes: o bairro está mais acolhedor, mais afável” (Documentar o Mundo, 2015, *cit.* Tomás, 2015, p. 74).

Para além da reabilitação do edificado, verificaram-se várias mudanças no bairro, nomeadamente a limpeza, por parte da Junta de Freguesia, a colocação de uma linha de autocarros a passar e com paragem no bairro e a realização, por parte da Câmara Municipal, de visitas guiadas, proporcionando o contacto dos visitantes com os moradores e a desmistificação da imagem do bairro, além do sentimento de orgulho dos moradores (Ribeiro, 2015).

O festival “o bairro i o mundo” tornou-se num caso de sucesso, tendo sido um dos cinco finalistas do Diversity Advantage Challenge, um concurso promovido pelo Conselho da Europa para eleger o projeto com melhores resultados a nível de desenvolvimento e eficiência com base nos benefícios da diversidade e a interculturalidade existentes (Câmara Municipal de Loures, 2015, *cit.* Tomás, 2015).

5. O Bairro das Andorinhas: uma manifestação de segregação socio-espacial em Braga

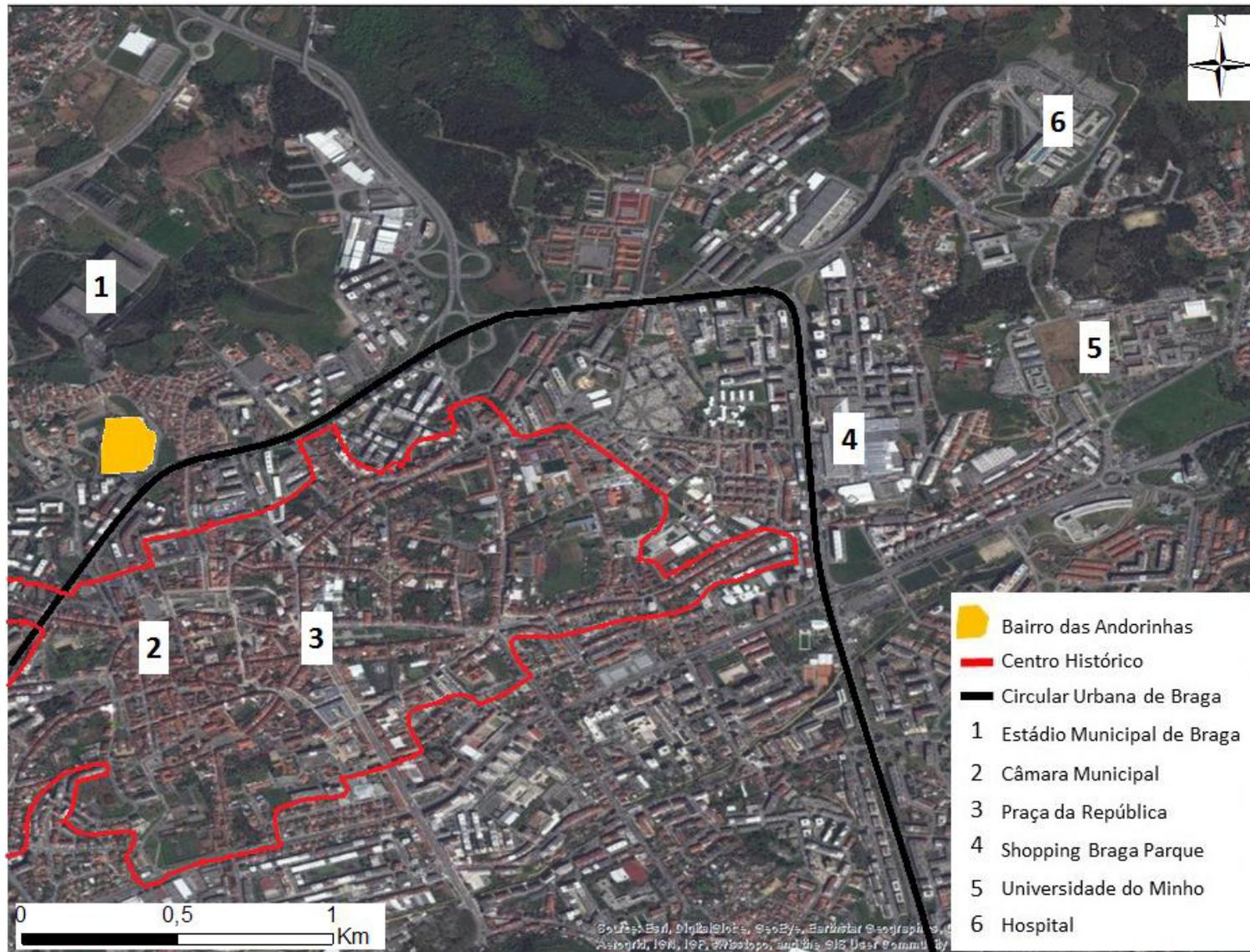
5.1. Localização e caracterização do Bairro das Andorinhas

O Bairro Social das Andorinhas, localizado na freguesia de São Vicente, em Braga, foi construído pelo IGAPHE entre 1983 e 1986. É constituído por 33 prédios, num total de 237 imóveis, dos quais 6 são lojas, e no total aloja cerca de 1000 moradores (Barreira, 2000). O bairro é limitado a Sul e a Este pela Rua Fernando Castiço, a Oeste pela Rua Dr. Pereira Caldas e pela Rua Dr. Manuel Braga da Cruz, a Norte e a Oeste por terrenos incultos (Figura 1).

Fotografia 5. Vista sobre o Bairro das Andorinhas da Rua Dr. Manuel Braga da Cruz



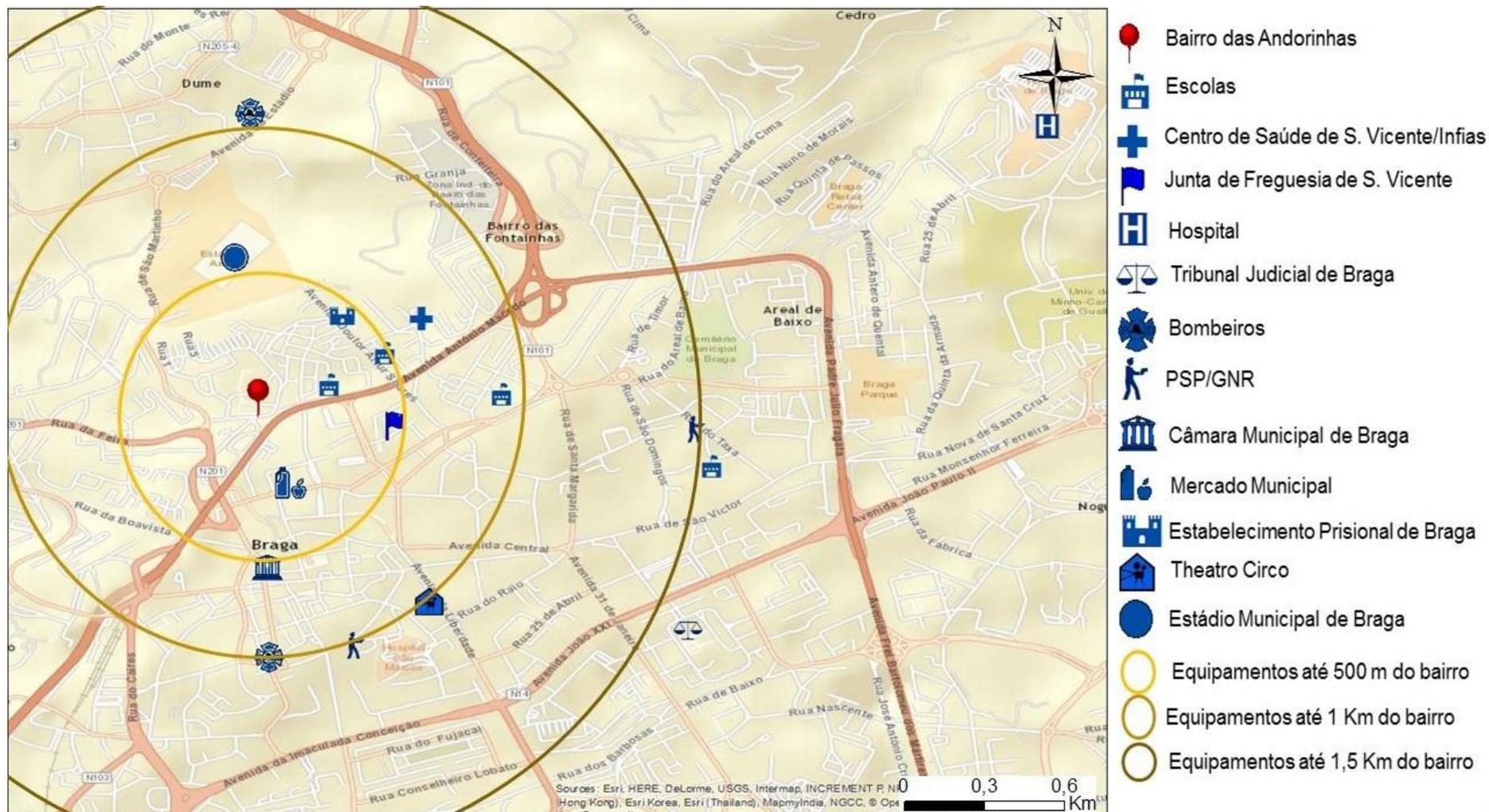
Figura 6 Localização do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga



Situado na secção noroeste da cidade, o Bairro das Andorinhas não constitui um lugar de passagem ou de visita dos moradores de Braga nos seus circuitos quotidianos, e na apropriação que fazem da cidade. Por um lado, porque a circular urbana da cidade de Braga constitui uma barreira física entre o Bairro das Andorinhas e a área mais central da cidade, sendo que a travessia desta via é feita por ruas que passam por baixo deste importante canal de circulação rodoviária, o que torna esses espaços escuros e sombrios, o que contribui para a estigmatização do bairro enquanto lugar perigoso. Por outro lado, porque na proximidade do bairro não existe nenhum equipamento e/ou serviço que justifique o seu atravessamento. Sendo ainda de salientar, como foi referido por vários habitantes da cidade, bem como na entrevista efetuada, que não há nada de atrativo no bairro que motive a visita desta área por parte da restante população da cidade. A Associação de Moradores e outras instituições aí presentes, assim como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal e outros órgãos da cidade, não promoveram nenhum evento/atividade/equipamento no bairro suficientemente atrativo que leve a restante população da cidade a frequentá-lo.

Todavia, e apesar de não constituir um lugar de passagem ou de visita dos moradores de Braga, o Bairro das Andorinhas encontra-se próximo do centro da cidade e, conseqüentemente, das suas muitas instituições públicas, equipamentos e serviços (Figura 2). Assim, a 500 metros do bairro encontram-se as Escolas Básicas do 1º Ciclo do Bairro da Misericórdia e da Quinta da Veiga, a Junta de Freguesia de S. Vicente e o Mercado Municipal, a uma distância percorrida a pé entre 4 e 10 minutos. Entre 500 metros e 1 Km do bairro localizam-se a Escola Básica de 1º Ciclo/Jardim de Infância da Quinta das Fontes, o Centro de Saúde de S. Vicente/Infias, a Câmara Municipal, o teatro e o Estádio Municipal, a uma distância entre 10 a 15 minutos a pé do bairro. As forças policiais (PSP e GNR) e os bombeiros (Voluntários e Sapadores) encontram-se até 1,5 Km do bairro. A Escola Básica de 2º e 3º Ciclo Francisco Sanches, o Tribunal Judicial de Braga e o Hospital são os equipamentos mais distantes do bairro, entre 1,5 Km e 2,5 Km, respetivamente, pelo que, para muitos, esta deslocação já implica a utilização de transportes público ou privado.

Figura 7 Distância do Bairro das Andorinhas aos principais serviços e equipamentos públicos



Uma observação do Bairro das Andorinhas permite verificar que este tem vários espaços verdes, limpos e em bom estado de conservação, o que demonstra, por um lado, o cuidado dos moradores com o bairro, mas também a preocupação da Junta de Freguesia em manter este lugar com boas condições, procurando contribuir assim para diminuir a imagem de degradação (muitas vezes associada aos bairros sociais) e para que os seus habitantes não se sintam tão estigmatizados.

Existem vários acessos ao interior do bairro, coincidindo os acessos de automóvel com as zonas de estacionamento, que colmatam a ausência de garagens nos prédios. Para além do estacionamento, o bairro tem equipamentos de lazer, nomeadamente um ringue polidesportivo, um parque infantil, equipamentos para a prática de exercício físico. Recentemente, em Julho de 2017, foi inaugurado o primeiro Parque Street Workout de Braga, uma das propostas vencedoras do Orçamento Participativo “Tu Decides” de 2016 (Fotografia 6). Este investimento da Câmara Municipal teve como objetivo promover a prática de exercício físico e de estilos de vida saudáveis e encontra-se nas traseiras do bairro, integrado num espaço verde.

Fotografia 6 Parque Street Workout



Segundo Jorge (2015, p. 10), “os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados pela escassez de infraestruturas básicas de rede de transportes, saúde e escolas, bem como de locais de lazer e de sociabilidade, colocados longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade e carenciados de estruturas coletivas”. De facto, existem muito poucos serviços no Bairro das Andorinhas, o que o transforma num espaço praticamente mono funcional (Figura 3). Destacam-se a sede da Associação de Moradores, o café e um pequeno supermercado. A Associação Aventura da Saúde e a Associação Ida e Volta têm sede no bairro, enquanto a creche da Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente se encontra num terreno contíguo ao bairro.

A Associação Aventura da Saúde é uma associação sem fins lucrativos de âmbito local, criada em 1986 e tem como objetivo “o conhecimento, preservação e promoção do binómio Homem – Ambiente com vista ao estado de completo bem-estar físico, mental e social” (Associação Aventura da Saúde). A Associação Ida e Volta – Associação Cultural e Artística foi fundada em 1996 e é composta por um grupo de percussão, gigantones e cabeçudos. A Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente foi criada em Janeiro de 1993 e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que tem como objetivo apoiar a população de S. Vicente com mais carências económicas e sociais. Um dos principais objetivos desta associação, desde a sua fundação, é a construção de um Centro Social com serviços de Lar de Idosos, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche. Assim, depois da C.M.B. ter doado o terreno e de ter sido aprovado financiamento de fundos comunitários, a associação avançou (numa primeira fase) com a construção da creche na proximidade imediata do Bairro das Andorinhas, que já se encontra em funcionamento (Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente).

A existência de terrenos incultos circundando o bairro é algo que lhe confere um aspeto isolado e descuidado, funcionando como barreiras que separam o bairro da sua envolvente. Como procuraremos defender, a existência destes terrenos incultos e sem uso definido, se devidamente utilizados, poderá ser considerada uma potencialidade local que devidamente explorada pode vir a contribuir para a integração do Bairro das Andorinhas na cidade. Ou seja, contribuir para motivar o seu uso e apropriação pelos restantes habitantes da cidade, e deste modo auxiliar a contrariar perceções estigmatizantes, que como se perceberá de seguida, foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo acerca do Bairro das Andorinhas.

Figura 8 O Bairro das Andorinhas: usos do solo e funções



- | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Edifícios do B. Andorinhas |  Campo de futebol |  Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente |
|  Áreas de estacionamento |  Parque Street Workout |  Outros serviços |
|  Espaços verdes públicos |  Equipamentos de ginástica | 1 - Ass. de Moradores/Café |
|  Espaços verdes cultivados |  Parque infantil | 2 - Ass. Aventura da Saúde |
|  Espaços verdes incultos | | 3 - Supermercado |
| | | 4 - Associação Ida e Volta |
| | | 5 - Espaços vagos |

5.2. *Percepção dos habitantes de Braga sobre o Bairro das Andorinhas*

Cada indivíduo compreende os espaços de forma particular, através da conjugação dos seus aspetos materiais com aspetos mais perceptuais (Carniello, 2009), sendo que para os últimos concorre a apreensão da informação do ambiente que nos envolve a partir dum sistema complexo de relações onde interagem valores, sentimentos, práticas, atitudes, e experiências (Kozel, 2013). Essa informação, apreendida pelos nossos diversos sentidos, vai paulatinamente conjugando e estruturando a imagem percebida dos espaços – a imagem mental (Colledge e Stimson, 1997). No entanto, não pode existir um “modelo de representação global, consensuado e harmonioso” para cada lugar (Silva, 2012, p. 168), uma vez que “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte da sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (Lynch, 1999, *cit.* Silva, 2012, p. 167).

A imagem de um lugar pode ser mais consensual ou diversa em função de vários aspetos como, por exemplo, a idade, sexo, grau de escolaridade, poder económico, atividade do indivíduo (Kozel, 2013; Issmael e Menezes, 2004). Os aspetos sociais e culturais também influenciam a percepção de um lugar, nomeadamente as manifestações culturais que nele têm lugar, a sua história ou o perfil social dos seus moradores (Carniello, 2009). Além destes fatores, também as características paisagísticas influenciam a formação da imagem de um lugar, uma vez que os elementos arquitetónicos e urbanísticos – “a parte visível” – são o resultado, direto ou indireto, das ações dos atores sociais ao longo do tempo, sendo que a experiência de lugar é também consideravelmente influenciada pelas suas infraestruturas (transporte, sinalização, iluminação, saneamento), espaços públicos (praças e espaços de convívio e lazer), acessos ou o tipo de construção e de habitação (Carniello, 2009, p. 7).

No âmbito desta investigação e no domínio da geografia da percepção, importa destacar sobretudo que a forma como o indivíduo percebe o espaço, de um modo mais ou menos positivo, influencia fortemente a relação que com ele estabelece (Santos, 2006).

“A formação no interior de cada um de uma imagem negativa sobre determinado espaço pode condicionar a relação individual com esse mesmo espaço, levando muitas vezes à criação de uma barreira que conduz a evitar determinados espaços, seja para atividades

relacionadas com o consumo, lazer ou simplesmente como lugar de passagem” (Lynch, 1996, *cit.* Santos, 2006).

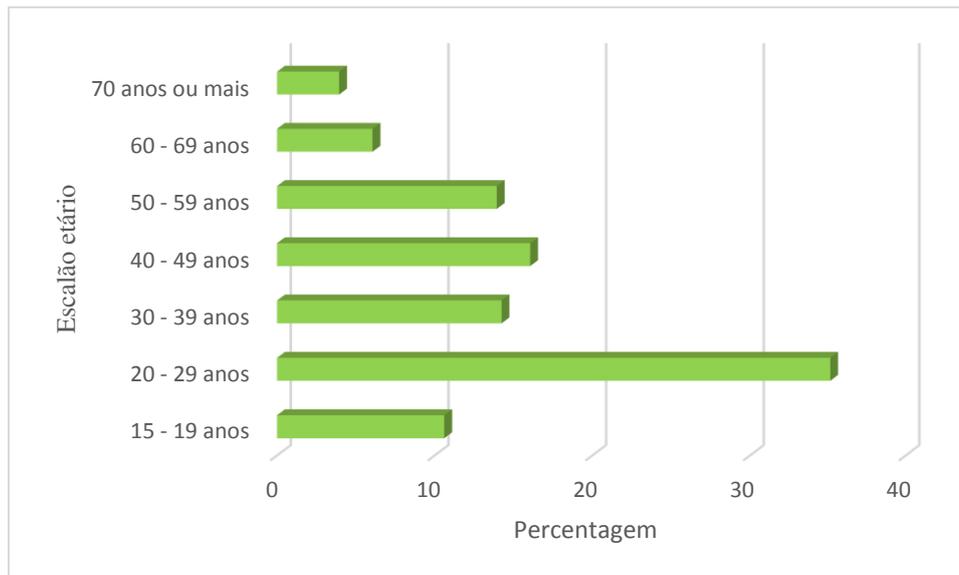
Assim, revela-se necessário conhecer qual a imagem mental que os habitantes da cidade de Braga têm sobre o Bairro das Andorinhas, quais os aspetos que a sustentam e se esta tem concordância com a realidade. Pois, como vimos, muitos dos bairros sociais são espaços estigmatizados sobre os quais existe uma conotação negativa, muitas vezes sem justificação, sendo que muitas vezes essa percepção reforça a segregação socio-espacial que caracteriza muitos deles. Importa, assim, conhecer qual a imagem mental que os habitantes da cidade de Braga têm sobre as suas áreas problemáticas em geral e sobre o Bairro das Andorinhas em particular. Este conhecimento é imprescindível para que possam ser convenientemente equacionadas medidas de atuação que visem eliminar ou atenuar essa conotação negativa e os efeitos perversos que daí decorrem para a inclusão social de quem habita neste bairro.

Para alcançar este objetivo, foi aplicado um inquérito por questionário (Anexo A) a uma amostra constituída por 330 indivíduos do universo de 130618 habitantes, que segundo o recenseamento do INE de 2011 residiam na cidade de Braga (INE, 2011). Assim, a representatividade estatística da amostra tem uma margem de confiança de 95,5% e uma margem de erro de, aproximadamente, 6% (Arkin e Colton, 1967).

5.2.1. Caracterização da amostra

A amostra apresenta uma distribuição uniforme de inquéritos válidos relativamente ao género, com uma ligeira sobre representação do género feminino (51,6%). Relativamente à idade a amostra é jovem, uma vez que cerca de 60% dos inquiridos têm menos de 40 anos de idade, o que reflete a reconhecida juventude da população de Braga (Monteiro, 2010). O decénio com maior número de inquiridos é o dos 20 aos 29 anos (34,9%), seguido do grupo dos 40 aos 49 anos (16,1%). Apenas 4,2% da amostra tem 70 anos ou mais (Figura 4), o que pode estar associado ao facto de os inquéritos terem sido aplicados na rua e a grande maioria das pessoas nesta faixa etária estar reformada e, muitas vezes, ter problemas de mobilidade.

Figura 9 Inquiridos segundo o escalão etário



Os inquiridos têm um nível de escolaridade elevado, atendendo a que aproximadamente 60% tem, pelo menos, 12 anos de escolaridade completos e apenas 15,2% tem, no máximo, o 1º ciclo do Ensino Básico completo. Refira-se ainda que 22,7% dos inquiridos da amostra tem ensino superior, dos quais 4,2% possuem uma pós-graduação. O nível de escolaridade é uma variável importante nesta análise, uma vez que o acesso à informação tende a estar mais presente nos indivíduos com nível de escolaridade mais elevado, sendo que indivíduos mais esclarecidos e informados tenderão a expressar uma imagem mental mais fundamentada e menos condicionada por preconceitos.

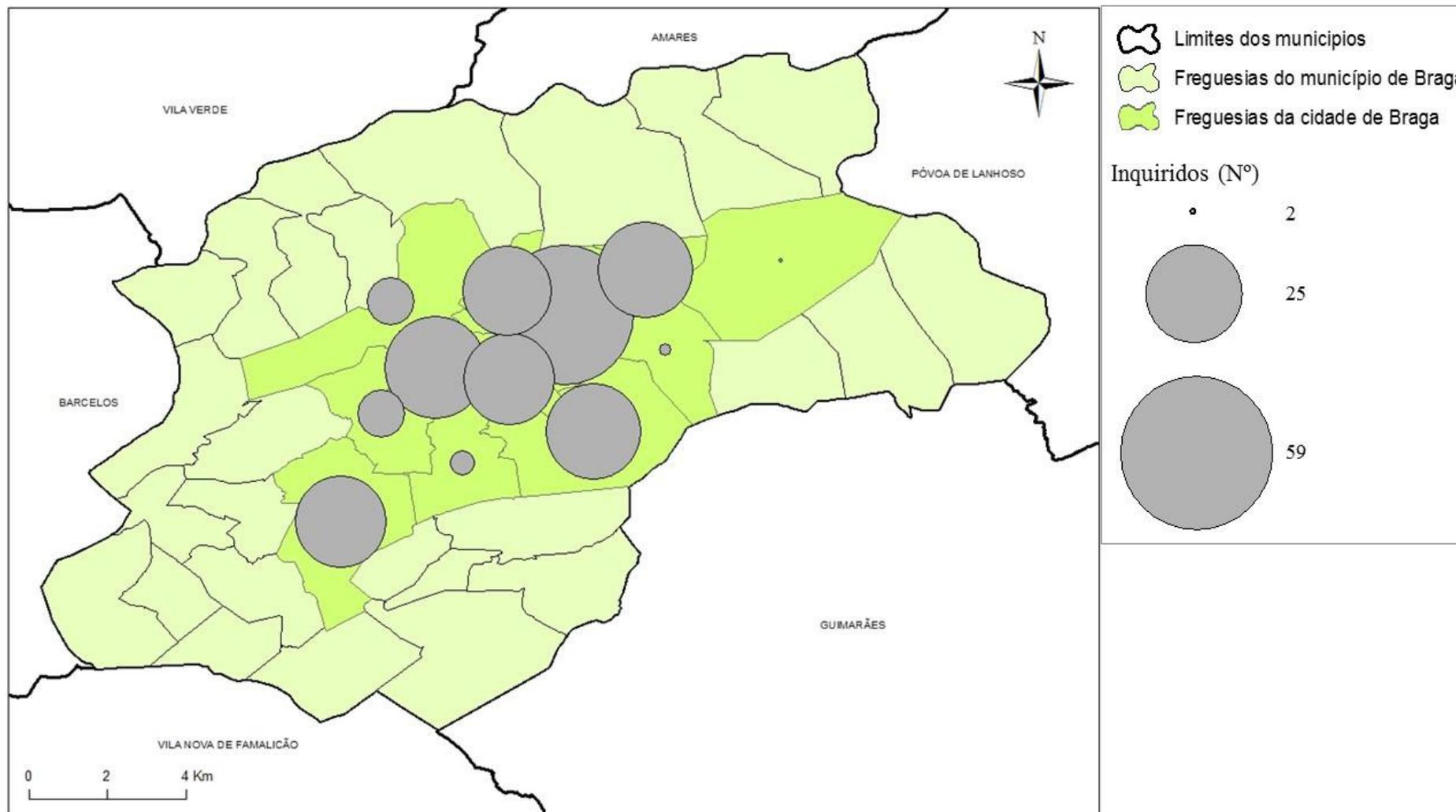
Relativamente à condição perante o trabalho, nesta amostra predominam os indivíduos que se encontram a exercer uma atividade profissional (37,3%), assim como os estudantes (33,1%). De entre os restantes, ressaltam sobretudo os desempregados que representam 12,8% e os reformados que constituem 11,6% dos membros desta amostra (Tabela 2). Estas proporções tendem a refletir a estrutura etária e socioeconómica da população da cidade de Braga. Sendo também importante que a amostra seja predominantemente composta por indivíduos em idade ativa, pois são os que mais facilmente tendem a frequentar outros lugares da cidade e a conviver com moradores de outros locais, confrontando-se assim com mais informação de base relevante para a formação de uma imagem sobre os bairros sociais, nomeadamente o Bairro das Andorinhas. Até porque os indivíduos que não têm vida profissional ativa, com exceção dos estudantes, tendem a frequentar, normalmente, locais próximos da sua área de residência, condicionando, deste modo, a sua perceção sobre os outros locais da cidade.

Tabela III Inquiridos segundo a sua ocupação/condição perante o trabalho

	Valor absoluto (n°)	Valor relativo (%)
Estudante	110	33,3
Doméstica	12	3,6
Desempregado (à procura do 1° emprego)	5	1,5
Desempregado (à procura de novo emprego)	37	11,2
Empregado	123	37,3
Reformado	38	11,5
Incapacitado para o trabalho	3	0,9
Outra situação	1	0,3
Não Sabe/Não Responde	1	0,3
Total	330	100

Quanto ao local de residência, a amostra é constituída exclusivamente por moradores nas freguesias da cidade de Braga: São Vítor (59), Gualtar (40), São José de São Lázaro (38), São Vicente (25), Sé (24), Celeirós (23), Ferreiros (17), Maximinos (17), Lamações (17), Nogueira (14), Real (11), Fraião (10), Lomar (10), Dume (9), Gondizalves (3), Aveleda (3), Nogueiró (3), Este São Pedro (2), Tenões (2), Cividade (2), São João do Souto (1). As freguesias centrais da cidade, sendo as mais populosas, são também aquelas onde reside a maioria dos inquiridos desta amostra. A cartografia onde se revela a distribuição espacial dos membros desta amostra (Figura 5) foi elaborada de acordo com a Reorganização Administrativa implementada em 2012 e, por isso, já apresenta os limites das uniões de freguesias. Embora algumas freguesias, sobretudo as limítrofes, não façam integralmente parte da cidade, no mapa, pela razão enunciada, foi representado todo o seu território. Procurar-se-á perceber se a perceção dos indivíduos sobre as áreas problemáticas da cidade e, nomeadamente a sua imagem mental sobre o Bairro das Andorinhas, se altera em função do local de residência na cidade.

Figura 10 Inquiridos segundo o local de residência na cidade de Braga



5.2.2. Áreas problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus habitantes

De acordo com os resultados obtidos com este inquérito as principais áreas da cidade de Braga reconhecidas pelos seus habitantes como sendo problemáticas coincidem com os bairros sociais da cidade, nomeadamente Santa Tecla, Enguardas, Andorinhas, Complexo Habitacional do Picoto e Ponte Falcões (Figura 6). Esta realidade evidencia a imagem negativa que os indivíduos desta cidade foram desenvolvendo sobre os seus bairros sociais e acerca dos moradores que neles residem.

“Todos os bairros sociais da cidade são perigosos.”

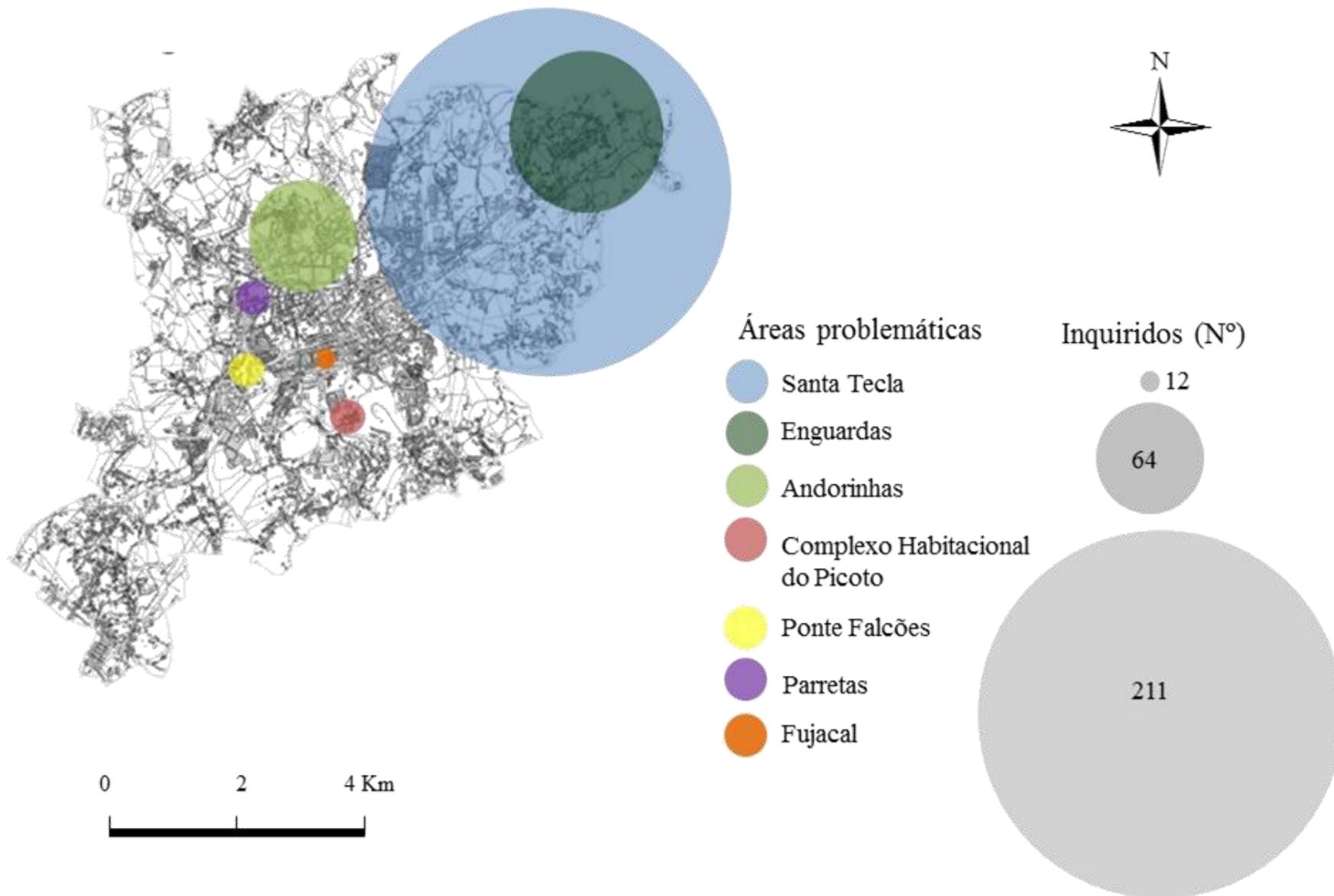
(Morador de São Vicente, género feminino, reformada)

“As áreas mais problemáticas são os lugares onde moram ciganos e os bairros sociais.”

(Morador de Fraião, género masculino, desempregado)

É curioso e simultaneamente preocupante concluir que as áreas que atualmente são consideradas as mais problemáticas da cidade de Braga são fruto do planeamento urbano, bairros que num determinado momento foram planeados e concretizados com dinheiros públicos. O planeamento urbano que, em última instância, serve para resolver os problemas da cidade, melhorando o seu funcionamento interno e reforçando a sua atratividade, está também, paradoxalmente, na origem dos principais problemas que hoje pontuam a imagem mental que os residentes de Braga têm sobre a sua cidade. É certo que as opções tomadas no passado não pretenderam este objetivo, todavia foram responsáveis por ele. Importa pois concluir que as soluções urbanísticas que condicionaram no passado a oferta de habitação social são criticáveis, devendo ser evitadas no futuro com a concretização de modelos alternativos de habitação social. Por outro lado, importa que o planeamento urbano reconheça os problemas que derivaram das opções do passado e procure agir no sentido de resolvê-los, ou pelo menos atenuá-los.

Figura 11 Áreas problemáticas da cidade de Braga na perspectiva dos seus moradores



A área que manifestamente é reconhecida pela população de Braga como a mais problemática da cidade é notoriamente o bairro de Santa Tecla, referido como sendo uma área problemática da cidade de Braga por quase 2/3 dos seus residentes (64%). Trata-se de um bairro localizado na freguesia de São Vitor, construído em 1979 pelo Fundo de Fomento da Habitação com o objetivo de realojar os residentes no Bairro Operário de Santa Tecla e dos acampamentos ilegais das Lajes e do Fujacal (Fernandes, 2015). Quando, em 1982, o Fundo de Fomento da Habitação foi extinto, foi criada uma Comissão liquidatária que, em 1987, foi substituída pelo IGAPHE, passando este a deter e gerir o bairro. Em 1999, a Câmara Municipal de Braga comprou o bairro e transferiu-o para propriedade da empresa municipal BragaHabit (Fernandes, 2015). O bairro é composto por 4 blocos, num total de 181 habitações que alojam cerca de 500 indivíduos, sendo o bairro com maior diferenciação de base cultural, uma vez que 52,41% da população que nele reside é de etnia cigana (Ribeiro, 2015; Fernandes, 2015).

Este bairro foi construído numa então ampla zona verde, mas a construção de vários edifícios na proximidade e a própria disposição dos blocos residenciais, isolaram o bairro do tecido urbano envolvente e conferiram-lhe um aspeto fechado, potenciador de vários problemas (Fernandes, 2015). Atualmente o bairro de Santa Tecla apresenta vários problemas urbanísticos e sociais, nomeadamente a degradação do edificado, a perda de elementos de atração, baixos níveis de escolaridade dos moradores, insegurança, toxicodependência e criminalidade (Ribeiro, 2015). Recentemente, o município de Braga aprovou o projeto de requalificação do Bairro de Santa Tecla. O investimento de aproximadamente 4 milhões de euros tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores e criar novas frentes urbanas e espaços de lazer que permitam uma maior ligação à cidade. O projeto inclui ainda a reabilitação total dos apartamentos e a impermeabilização dos telhados e das fachadas, a criação de espaços públicos mais condignos e a qualificação de pequenos equipamentos coletivos, como o polidesportivo. Prevê também a construção de um edifício destinado ao desenvolvimento de atividades recreativas, culturais e de formação, um anfiteatro ao ar livre para promover a diversidade intercultural e a melhoria dos acessos ao bairro, de modo a eliminar barreiras existentes que dificultem a integração e a interação entre os moradores do bairro e os restantes habitantes da cidade (CMB, 2017).

Na perceção dos residentes da cidade, a segunda área mais problemática é o bairro social das Enguardas, situado na freguesia de São Vitor, com cerca de 180 habitações e, à semelhança do

bairro de Santa Tecla, aloja igualmente cerca de 500 habitantes. Todavia distinto do bairro de Santa Tecla no que respeita à sua propriedade, pois se neste todas as habitações são de propriedade da Bragahabit, no caso do bairro das Enguardas 94 habitações são de propriedade privada. Trata-se também de um bairro onde se manifesta uma expressiva concentração de população de etnia cigana, representando esta 45% dos seus residentes. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Braga (PEDUS) prevê a requalificação do Bairro Social das Enguardas, nomeadamente a reabilitação das suas habitações (no caso dos blocos residenciais de propriedade privada, a autarquia disponibiliza apoio financeiro), assim como a requalificação dos seus equipamentos coletivos e espaços públicos (Bragahabit, 2017).

É, assim, de destacar a evidente coincidência entre as principais áreas problemáticas da cidade de Braga e os seus bairros sociais, para além de estratégias de intervenção que visam a requalificação desses bairros com base em prioridades de intervenção que tendem a privilegiar a requalificação física dos seus edifícios, equipamentos e espaços públicos, em detrimento de opções mais integradas envolvendo outras intervenções de cariz mais imaterial e de índole económica, social e cultural, que possam potenciar a plena integração dos seus habitantes nos diferentes domínios da sociedade bracarense de que fazem parte.

O bairro social das Andorinhas, que constitui o estudo de caso desta investigação, assume o terceiro lugar na hierarquia das áreas mais problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus residentes. Considerado uma área problemática de Braga por cerca de 1/5 da amostra (19,4%).

Importa ainda referir que na cartografia que expressa as áreas mais problemáticas da cidade na perspetiva dos seus residentes (Figura 6), optou-se por representar apenas aquelas enunciadas por mais de 10 inquiridos, todavia foram também referidos outros locais, que se elencam abaixo por ordem decrescente de importância de entre aquilo que os inquiridos consideraram como áreas problemáticas da cidade de Braga (Tabela 3).

Tabela IV Outras áreas problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus habitantes (referidas, cada qual, por menos de 10 inquiridos)

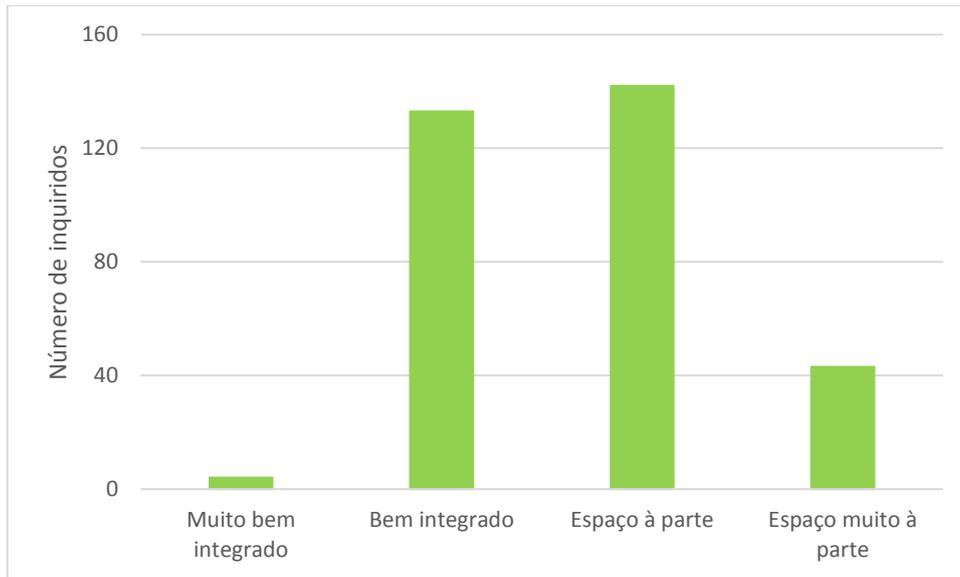
Fontainhas
Rua Cândido Oliveira (Rodovia)
Parque da Ponte
São Gregório
Quinta da Capela
Couteiro
Montélios
Areal
Avenida da Liberdade
Misericórdia
Sete Fontes
Rua de Barros (Gualtar)

5.2.3. O nível de integração do Bairro das Andorinhas na cidade na perspetiva dos habitantes de Braga

O bairro social das Andorinhas é um bairro que é percecionado pelos residentes da cidade de Braga como um espaço que não se encontra convenientemente integrado na cidade. Importa referir que na amostra estudada apenas 1% dos seus membros o avaliaram como um espaço muito bem integrado na cidade (Figura 7). A maioria da população de Braga (56%) considera-o um bairro que não está integrado na cidade, sendo de salientar que 13% dos indivíduos inquiridos o identificaram mesmo como um espaço ‘muito à parte’ da cidade.

O local de residência e a proximidade ao bairro é uma variável que parece não influenciar significativamente a perceção dos habitantes de Braga sobre a integração deste bairro na cidade. De facto, os residentes na freguesia de São Vicente, onde se localiza o bairro, percecionam este lugar como um espaço à parte na cidade (58,3%, dos quais 20,8% afirmam que o bairro é um espaço muito à parte na cidade), tal como os restantes habitantes da cidade.

Figura 12 O nível de integração do Bairro das Andorinhas na cidade, na perspetiva dos habitantes de Braga



Esta perceção resulta significativamente do facto do Bairro das Andorinhas não ser muito frequentado pelos residentes na cidade de Braga. Apenas 15,2% da amostra costuma frequentar o bairro e fá-lo essencialmente para visitar familiares e amigos aí residentes, como confirma o Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente, ao referir que *“algumas pessoas vão, mas mais ou menos estão ligadas a eles, ou porque são familiares ou são amigos, não vejo as pessoas virem como vão, por exemplo, para a Avenida Central”*

Outros motivos que levam os residentes na cidade a frequentar este bairro, além da visita a moradores, relacionam-se com o seu simples atravessamento como espaço de passagem em direção ao seu local de trabalho ou ao Estádio Municipal de Braga, sendo no entanto também de referir o caso de alguns inquiridos que manifestaram visitar este espaço para assistir aos jogos de futebol do bairro ou frequentar algumas das atividades organizadas pela sua Associação de Moradores. Todavia, a grande maioria dos habitantes da cidade referiram não frequentar o Bairro das Andorinhas, o que justificaram pelo facto de não existir nele qualquer atrativo que desperte o seu interesse, e que motive uma deslocação propositada ao bairro, alguns considerando-o mesmo como um espaço ‘fechado’ à cidade.

“Não o frequento porque se trata de um local residencial sem qualquer área de interesse noutros domínios.”

(Morador da Sé, género masculino, empregado)

“Não tenho familiares/amigos nessa zona e não tenho interesse.”

(Morador de Nogueira, género feminino, estudante)

Por outro lado, o motivo de não ser frequentado passa pelo facto do bairro, por ser um bairro social, ser desde logo percecionado como um lugar problemático, tendo sido detetado entre os moradores da cidade receio em visitá-lo. A este respeito o Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente considera que *“o estigma que existe de um bairro social é sempre o que provoca insegurança e algum medo até nas pessoas que têm mais dificuldade em entrar nos bairros”*. De facto, a insegurança transmitida pelo bairro é um dos principais fatores que afastam a população da cidade de interagir com os seus moradores. *“A insegurança representa a principal condicionante do uso do espaço público, que consequentemente dificulta o contacto social espontâneo”* (Jacobs, 1961, cit. Fernandes, 2015, p. 63). Deste modo, o sentimento de insegurança relativamente ao bairro constitui um obstáculo à interação entre moradores e não moradores e perpetua a imagem negativa do bairro e o sentimento de exclusão dos moradores.

“Tenho medo, é um bairro violento.”

(Morador de Lomar, género feminino, desempregada)

“Não pretendo repetir uma experiência anterior em que fui assaltada num outro bairro.”

(Morador de Lamações, género feminino, empregada)

5.2.4. A imagem mental dos habitantes de Braga acerca do Bairro das Andorinhas

Para a maioria da população da cidade existe uma perceção negativa acerca do Bairro das Andorinhas (referida por 46% do habitantes de Braga) ou muito negativa (9%). No entanto, trata-se de uma opinião que não se encontra generalizada, uma vez que cerca de 2/5 da população da cidade partilha de uma opinião distinta, tendo uma imagem mental positiva do Bairro das Andorinhas (Figura 8). Ou seja, por um lado, o Bairro das Andorinhas é percecionado como um lugar calmo, tranquilo, como um bairro normal apesar de social e do estigma que lhe é associado.

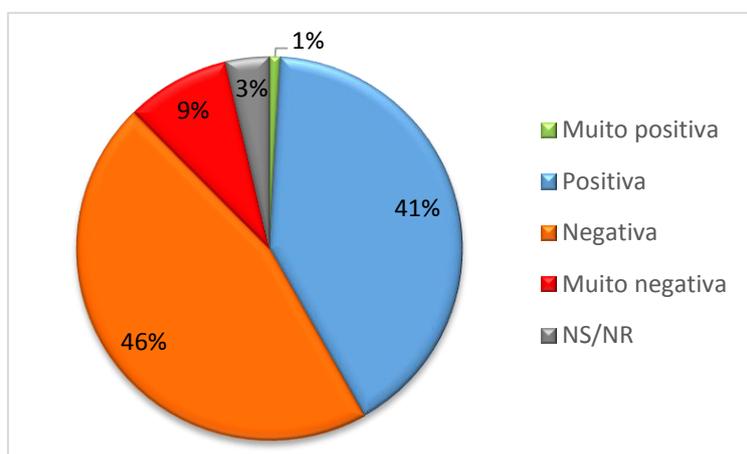
“Apesar de ser um bairro social, o que desde logo trás consigo uma conotação negativa, a verdade é que é bastante sossegado e limpo.”

(Morador de São José de São Lázaro, género feminino, desempregada)

“Penso que seja um bairro igual a todos os outros, por ser um bairro social não tem necessariamente de ser problemático.”

(Morador de Ferreiros, género feminino, estudante)

Figura 13 Opinião dos habitantes de Braga sobre o Bairro das Andorinhas



Vários inquiridos reconhecem que a imagem negativa que muitas pessoas têm do bairro vem do seu passado e que perdeu nos últimos anos fundamento, devido, em parte, à atividade da Associação de Moradores, que muito tem contribuído para reverter a sua imagem.

“Um bairro com problemas inerentes a um bairro social, mas que nos últimos 15 anos se tem vindo a integrar mais na cidade, principalmente após a requalificação urbanística.”

(Morador da Sé, género feminino, empregada)

“Há sempre um certo preconceito em relação aos bairros sociais. Não conheço bem o Bairro das Andorinhas, mas pelo que me é dado saber, tem havido uma intervenção muito positiva por parte da Comissão de Moradores e os habitantes mostram-se orgulhosos do seu bairro.”

(Morador de Fraião, género feminino, reformada)

Todavia, para vários moradores da cidade persiste ainda uma imagem negativa do Bairro das Andorinhas, continuando a percecioná-lo como um lugar problemático, perigoso, associado à criminalidade e ao tráfico de droga. Em parte, tal deve-se à informação divulgada pelos meios de comunicação, onde os bairros sociais são genericamente conotados como focos de violência e criminalidade, o que muito contribui para a imagem negativa que sobre eles se vai desenvolvendo no exterior dos seus limites.

“A ideia que tenho do Bairro das Andorinhas, assim como dos outros bairros sociais, é negativa.”

(Morador de Fraião, género masculino, empregada)

“É um bairro muito perigoso e que está associado a roubos e tráfico de droga.”

(Morador de São Vitor, género masculino, estudante)

O perfil social dos moradores do bairro é também um fator que contribui para a sua imagem negativa na cidade, nomeadamente os baixos níveis de instrução da população, os seus níveis de pobreza e desemprego. De facto, os moradores dos bairros sociais tendem a ser categorizados segundo imagens pejorativas devido ao percurso descendente que os levou ao bairro – ao facto de serem pouco escolarizados, pobres, desempregados (Ferreira, 2014).

“Atendendo ao contexto sociocultural dos habitantes acho que é marginalizado muito por culpa das autoridades civis por não têm sensibilidade para as desigualdades.”

(Residente em Ferreiros, género masculino, empregado)

“É um bairro problemático por causa das pessoas que lá moram.”

(Morador de Celeirós, género masculino, empregado)

“É um bairro um pouco problemático, onde há muitos conflitos, pois vivem lá muitos ciganos e pessoas sem condições financeiras.”

(Morador de São Vítor, género feminino, estudante)

Por outro lado, a concentração de população de etnia cigana presente no bairro também contribui negativamente para a sua imagem na cidade, sendo estes últimos na generalidade conotados erradamente como indivíduos conflituosos, que não partilham as mesmas práticas de cidadania e sobre os quais se vulgarizou uma imagem de indivíduos que não valorizam o trabalho e que, por isso, tendem a recorrer a atividades ilegais. Mesmo que estes comportamentos e práticas não se verifiquem no Bairro das Andorinhas é-lhe atribuída uma imagem negativa que tem a ver com a composição da generalidade dos bairros sociais “e as suas dinâmicas de graves patologias sociais, como a droga, o mau ambiente e a falta de segurança, geradoras de uma representação sobre uma marginalidade assumida” (Pinto, 1994, *cit.* Ferreira, 2014, p. 82).

O estado de degradação do bairro é um fator que contribui igualmente para a imagem negativa deste lugar decorrente quer da falta de interesse da Câmara Municipal de Braga pela manutenção do bairro, quer da falta de zelo dos moradores pelo seu espaço. Por outro lado, alguns inquiridos referem que o facto do Bairro das Andorinhas se encontrar mal conectado com a cidade constitui um aspeto negativo, pois dificulta a interação dos habitantes da cidade com o bairro e acentua o seu isolamento na cidade e, conseqüentemente o dos seus moradores.

“Bairro fechado sobre si mesmo, o que contribui para o isolamento de quem lá vive, isolando-os um pouco do resto da cidade.”

(Morador de São José de São Lázaro, género feminino, desempregada)

A imagem negativa do Bairro das Andorinhas é claramente evidenciada quando os indivíduos são confrontados com a hipótese de ir viver para o bairro. No caso de, hipoteticamente, por um qualquer motivo, terem que ir morar para o bairro, 83,6% da amostra ficaria insatisfeita, da qual 27,9% muito insatisfeita e 20,6% totalmente insatisfeita, o que demonstra o sentimento de repulsa dos habitantes da cidade relativamente a este lugar (Tabela 4). Apenas 14,5% dos inquiridos ficariam satisfeitos por morar no bairro; contudo, nenhum ficaria totalmente satisfeito.

Tabela V Grau de satisfação dos habitantes de Braga face ao cenário hipotético de alteração do seu local de residência para o Bairro das Andorinhas

	Valor absoluto (nº)	Valor relativo (%)
Totalmente Insatisfeito	68	20,6
Muito Insatisfeito	92	27,9
Insatisfeito	116	35,2
Satisfeito	39	11,8
Muito Satisfeito	9	2,7
Totalmente Satisfeito	0	0,0
Não sabe/Não responde	6	1,8
Total	330	100

5.2.5. Vias para a reversão da conotação negativa do Bairro das Andorinhas, na perspetiva dos habitantes de Braga

Face à construção desta imagem mental, para se promover uma melhor integração deste bairro na sua envolvente, a população da cidade prioriza a necessidade de reforço do policiamento e do combate ao tráfico de droga, de modo a tornar o bairro mais seguro e convidativo. Para a maioria dos inquiridos é possível agir no sentido de reverter a imagem negativa deste bairro sem o demolir, por exemplo, retirando dele os seus habitantes mais conflituosos e causadores de mais problemas. Todavia, existem também diversos moradores na cidade de Braga que partilham a convicção de que a melhor solução para os bairros sociais, nomeadamente para o Bairro das Andorinhas, seria promover a sua demolição e construir um novo noutro local ou dispersar os moradores pela cidade.

Parte da conotação negativa que caracteriza este bairro deve-se ao desconhecimento das suas reais dinâmicas por parte de quem lá não habita, por não terem o hábito de o frequentar. Assim, o principal motivo pelo qual os habitantes de Braga não frequentam o Bairro das Andorinhas é o facto de não existir nele nada de atrativo que desperte o interesse pelo bairro. Neste sentido, é importante que sejam desenvolvidas iniciativas que tornem o bairro mais atrativo e que cative a população a visitá-lo e, deste modo, permita esclarecer preconceitos que tenham sobre o local e criar uma imagem que corresponda à realidade. Foi ainda referido que a construção de equipamentos (destinados por exemplo a atividades culturais) e a instalação de serviços no bairro

faria com que as pessoas se deslocassem até lá e, deste modo, facilitaria a integração do bairro na cidade.

Um projeto de intervenção urbana com esta finalidade deve ter como objetivo criar valor no espaço, isto é, criar elementos de vitalidade que tornem o bairro atrativo para investidores, habitantes e visitantes (Araújo, 2009, *cit.* Ribeiro, 2015, p. 34). As soluções culturais/sociais mais frequentes são, segundo Ribeiro (2015, p. 60), a instalação de lojas, o recurso à arte urbana, intervenções urbanísticas e a criação de associações culturais e associações de moradores. No entanto, a solução a adotar deve ser adequada a cada local, aproveitando as capacidades dos seus moradores e de forma a responder às suas características específicas e necessidades concretas.

“Criar espaços que chamem a população para lá. Um espaço para atividades culturais, por exemplo. Criar uma publicidade positiva do bairro que mostre o que ele tem de bom.”

(Morador de São José de São Lázaro, género feminino, desempregada)

“Desenvolver atividades entre os moradores do bairro e de outros locais da cidade.”

(Morador de Ferreiros, género feminino, empregada)

“Facultar aos bracarenses informação adequada que permita mudar a conceção negativa que lhe está associada.”

(Morador de São Vicente, género feminino, empregada)

É sabido que o aspeto físico de um bairro condiciona a imagem que sobre ele se cria por parte da restante população urbana. Em muitos casos, o modelo urbanístico e arquitetónico e a construção de fraca qualidade identificam os bairros sociais como “bairros de pobres”, separados da cidade.

"As propostas arquitetónicas dos bairros sociais revelaram-se um insucesso nomeadamente a nível social. Os fenómenos de exclusão social aumentaram e há uma grande dificuldade em assimilar estas populações no tecido urbano e no mercado de trabalho" (Ferreira, 2014, p. 98).

Em muitos casos, a falta de interesse das entidades responsáveis pela sua gestão conduziu-os à degradação e à deterioração das condições de vida dos residentes. Deste modo, os habitantes da

cidade de Braga consideram que a reabilitação do bairro das Andorinhas e, conseqüentemente a melhoria das suas condições de habitabilidade, assim como a melhoria da gestão do seu espaço público, sobretudo da limpeza das ruas e dos espaços verdes, são medidas que importa implementar para melhorar a integração deste local na cidade. Foi também destacado a necessidade de atuar nos acessos ao bairro, no sentido de eliminar o seu 'isolamento' físico face ao resto da cidade, facilitando a sua interação com a restante malha urbana. Neste âmbito, foi ainda referida como medida para mudar a imagem do bairro, a melhoria da rede de transportes públicos que o serve.

“Devido à fragilidade socioeconómica dos seus residentes, sujeitos a alguma discriminação e estigma, a sua imagem não é positiva. Particularmente falando, nunca tive quaisquer problemas, mas reconheço que deveria requalificar-se os edifícios de maneira a reduzir o impacto visual que cria e retirar às pessoas a condição de moradores de um gueto.”

(Morador de São Vicente, género masculino, empregado)

“Abri-lo em termos urbanísticos, dado que parece um bairro fechado sobre si o que acaba por isolar também fisicamente o resto da cidade.”

(Morador de São José de São Lázaro, género feminino, desempregada)

Muitas vezes, uma consequência de ser morador de um bairro social é a dificuldade de integração na sociedade, seja pelos motivos pelos quais o indivíduo teve que recorrer à habitação social (desemprego, doença, baixos recursos financeiros para pagar uma renda no mercado) ou pelo simples facto de viver num bairro social. A capacidade de promover a inclusão social destes moradores é importante para a própria integração destes bairros na cidade, uma vez que a convivência entre os moradores e não moradores do bairro facilita que os segundos conheçam a verdadeira realidade deste local e melhorem a sua perceção sobre ele. Os indivíduos criam a imagem de um lugar, com base na perceção que têm sobre ele (muitas vezes, construída com base em relatos de outras pessoas e no processo de generalização – conhecemos uma pessoa que reside nesse lugar e, a partir dela, classificamos todas as outras). No entanto, é necessário conhecer a essência para não se ficar preso à aparência. Assim, para se conhecer efetivamente um lugar é necessário conhecer as pessoas que aí residem, os seus comportamentos, práticas e atitudes, a forma como se organizam o espaço, as relações entre vizinhos e entre estes e os que vivem fora do bairro (Pereira, Correia e Oliveira, 2010). E por isso os habitantes da cidade de

Braga consideram importante apoiar os moradores do bairro a integrar-se na sociedade, ajudando-os a melhorar a sua instrução, na procura de emprego, garantindo-lhes que tenham acesso às mesmas oportunidades na sociedade, e por essa via reforçando a sua interação com os restantes moradores da cidade.

“Primeiro tinha uma ideia negativa por causa dos falatórios das pessoas. Mas agora tenho uma ideia positiva porque conheço pessoas de lá.”

(Morador de Lamações, género masculino, empregado)

“Deve procurar-se integrar mais as pessoas do bairro, em termos profissionais.”

(Morador de Real, género feminino, estudante)

5.3. *A integração do Bairro das Andorinhas na cidade, na perspetiva dos moradores do bairro*

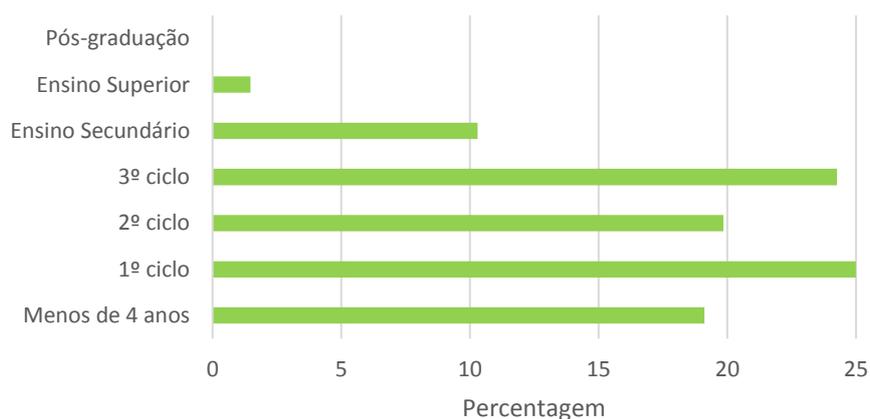
Importa também conhecer qual a visão que os próprios moradores do bairro têm sobre o espaço que habitam. Aplicou-se assim um segundo inquérito (Anexo B), especificamente direcionado aos moradores do Bairro das Andorinhas, através do qual se procurou perceber as razões que os levaram a habitar nesse bairro, como avaliam as suas condições de habitabilidade, a sua integração na cidade, bem como as suas visões quanto ao que consideram que deve ser o desenvolvimento futuro do bairro. A amostra é constituída por 136 indivíduos, de um universo de cerca de 1000 habitantes que residem no bairro das Andorinhas. Assim, a representatividade estatística da amostra tem uma margem de confiança de 95,5% e uma margem de erro de, aproximadamente, 8% (Arkin e Colton, 1967).

5.3.1. Caracterização da amostra

A amostra apresenta-se equitativamente distribuída quanto ao género (precisamente 50% homens e mulheres). Quanto à sua caracterização etária, foram inquiridos indivíduos com mais de 15 anos, sendo que o decénio com maior representatividade é o dos 40 aos 49 anos (17,6%), seguido dos 50 aos 59 anos e dos 70 anos ou mais, ambos com 16,9% da amostra.

O nível de escolaridade da população do Bairro das Andorinhas é nitidamente mais baixo que a população da cidade de Braga, considerando que 44% dos indivíduos que constituem esta amostra têm, no máximo, o 1º Ciclo do Ensino Básico, dos quais 19,4% não completaram este grau de escolaridade (Figura 9). Estes são indivíduos que na sua maioria têm mais de 50 anos, o que se explica pelo facto de na sua infância, a escolaridade obrigatória se limitar ao 1º ciclo e por serem provenientes de famílias com poucas possibilidades financeiras, tendo que abdicar precocemente dos estudos para ingressarem no mercado de trabalho. No entanto, importa salientar casos de abandono escolar mais recentes, tendo sido identificado um morador do bairro com menos de 20 anos não completou o 1º ciclo e dois moradores com menos de 40 anos que têm apenas este grau de ensino.

Figura 14 Nível de escolaridade da amostra de residentes no Bairro das Andorinhas



Quanto à ocupação/condição perante o trabalho dos moradores no Bairro das Andorinhas, conclui-se que grande parte da amostra não tem vida profissional ativa: 12,5% são estudantes, 5,1% são domésticas (os), 25,7% são desempregados(as) e 29,4% são reformados(as). Menos de 1/4 (24,3%) encontram-se empregados (Tabela 5). O desemprego é uma realidade muito presente e preocupante entre a população residente no bairro, sendo que não é possível estabelecer uma relação entre o desemprego e a idade, uma vez que os indivíduos nesta situação estão distribuídos por todos os grupos etários, mas pode afirmar-se que, perante as exigências do mercado de trabalho, os desempregados que residem no bairro têm genericamente baixo nível de escolaridade (mais de metade tem apenas o 1º ou o 2º ciclo de escolaridade completos).

Tabela VI Inquiridos no Bairro das Andorinhas segundo a sua ocupação/condição perante o trabalho

	Valor absoluto (Nº)	Valor relativo (%)
Estudante	17	12,5
Doméstica(o)	7	5,1
Desempregado(a) (à procura do primeiro emprego)	9	6,6
Desempregado(a) (à procura de novo emprego)	26	19,1
Empregado(a)	33	24,3
Reformado(a)	40	29,4
Incapacitado(a)	3	2,2
Outra situação	1	0,7
Total	136	100

5.3.2. Motivações para residir no Bairro das Andorinhas

Os moradores do Bairro das Andorinhas expressaram várias razões para o facto de se encontrarem a residir neste bairro. Atendendo a que este é um bairro de habitação social, as dificuldades económicas constituem um dos principais motivos porque se encontram a viver neste local. O facto de não terem condições financeiras para suportar a renda de uma habitação condigna (situação desencadeada, por vezes, por motivos de doença ou desemprego) conjugado com o facto de o bairro oferecer habitações com rendas acessíveis, fez com que os moradores se candidatassem a uma habitação social.

“Tive de sair onde morava por não conseguir suportar a renda.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, incapacitado para o trabalho)

“A Câmara Municipal deu habitação social porque a casa onde vivia não tinha condições” (a família tinha muitos filhos e vivia com muitas dificuldades).

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, reformada)

Face à decisão de lhes ser atribuída uma habitação social, verificaram-se situações distintas. Por um lado, aqueles que demonstraram a sua intenção de residir neste bairro, ou porque gostavam do bairro e reconheceram (do seu ambiente e localização) que este lhes permitia ter uma habitação com melhores condições que a anterior de onde provinham, ou pelo facto de já terem familiares a residir no bairro, revelando-se este um fator importante que condicionou a sua preferência pela escolha do Bairro das Andorinhas, o que atesta a valorização das redes de entreajuda familiar por parte destes moradores. Por outro lado, alguns moradores não escolheram viver no bairro, mas foram ai realojados pela Câmara Municipal de Braga que demoliu as habitações anteriores onde residiam para a construção de infraestruturas ou equipamentos, nomeadamente a construção das instalações da TUB (Transportes Urbanos de Braga) e do mercado municipal.

“Fomos obrigados. Demoliram as nossas casas para construir o mercado.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

“Vim viver para o bairro porque a casa onde morava foi demolida para construir o bairro e a

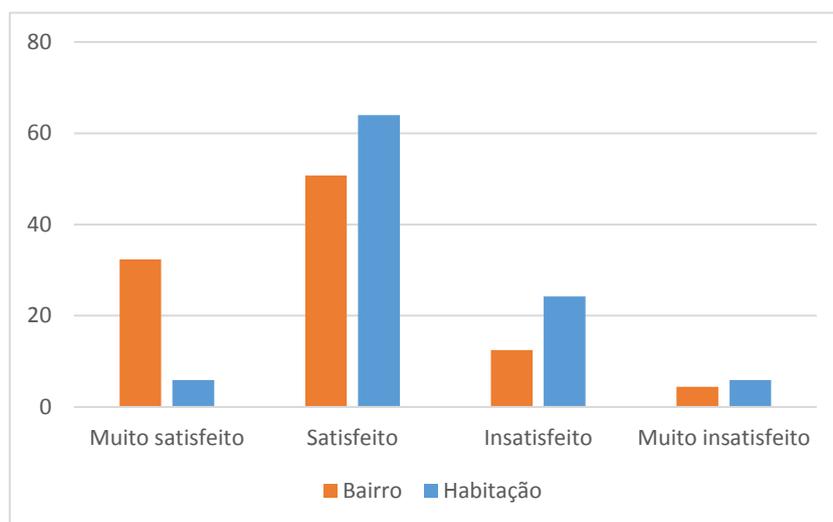
Câmara Municipal disponibilizou habitação social.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, doméstica)

5.3.3. Avaliação do bairro e das suas condições de habitabilidade

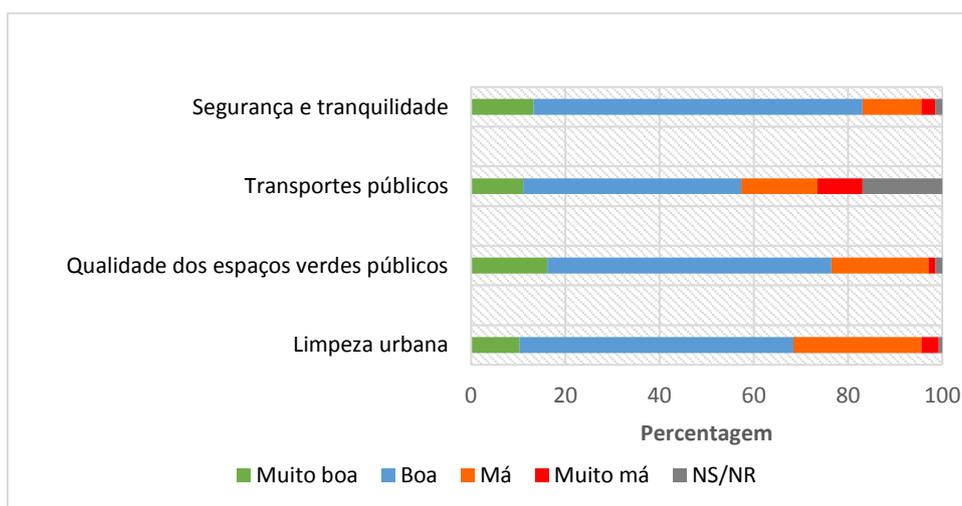
Os resultados deste inquérito permitiram chegar a uma conclusão relevante e que merece reflexão. Os moradores gostam e estão satisfeitos quer com o bairro, quer com a habitação em que vivem (Figura 10). Esta satisfação generalizada exprime um sentimento de pertença que deve ser entendido como algo positivo e valorizável em qualquer estratégia de intervenção programada para o bairro. Contudo, importa assinalar que se verifica maior satisfação com o bairro (83,1%, dos quais 32,4% estão muito satisfeitos) do que com as suas habitações (69,9%, dos quais 5,9% estão muito satisfeitos), o que indicia a necessidade da programação de investimentos para reforçar os níveis de conforto e funcionalidade dos seus alojamentos, em suma das suas condições de habitabilidade.

Figura 15 Avaliação comparada do grau de satisfação com o Bairro das Andorinhas e com as suas condições de habitabilidade, por parte dos seus moradores



Relativamente ao bairro (Figura 11), os moradores encontram-se sobretudo satisfeitos com a sua segurança e tranquilidade e com a qualidade dos espaços verdes públicos de enquadramento, e mais descontentes com a limpeza urbana e com os transportes públicos que servem o bairro.

Figura 16 Avaliação de parâmetros de caracterização do Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores



Na perspetiva dos seus residentes, as principais vantagens de residir neste bairro relacionam-se sobretudo com a sua localização na cidade, próximo do centro, dos principais serviços, dos locais

de trabalho e de alguns equipamentos de uso coletivo, como o Estádio de Futebol. São também especialmente valorizadas as relações de vizinhança que se fazem sentir no interior do bairro, e os benefícios vários que dela decorrem.

“Entre as suas vantagens, os laços fortes de amizade com os vizinhos pelo facto de passarmos muito tempo junto, e a proximidade ao centro da cidade.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, estudante)

A boa relação com os vizinhos é considerada pelos moradores fundamental para que o bairro tenha um bom ambiente, seja calmo e tranquilo, e para a boa integração dos seus moradores no bairro. Os residentes nos bairros sociais são, muitas vezes, estigmatizados e excluídos da sociedade, gerando-se entre os vizinhos, relações de entreajuda, “camaradagem” e união, que os ajuda a sentirem-se integrados, pelo menos, no bairro onde vivem. Além disso, os vizinhos têm percursos de vida idênticos e partilham experiências semelhantes, encontrando uns nos outros quem compreende as suas dificuldades, anseios e aspirações.

Os moradores referiram ainda como vantagens de viver no bairro o seu ambiente calmo e tranquilo, que confere maior qualidade de vida aos residentes, e a proximidade a familiares e amigos que também vivem no bairro, com quem podem contar em caso de necessidade e com quem convivem nos tempos livres. Compreensivelmente, o baixo valor das rendas foi considerado um aspeto positivo de viver no Bairro das Andorinhas, uma vez que muitos moradores têm carências económicas que os impede de suportar o aluguer de uma habitação no mercado normal de arrendamento.

Todavia, por outro lado, há também alguns moradores (embora uma minoria) que consideram que não há nenhuma vantagem em viver no Bairro das Andorinhas, e que tal só se verifica pelo facto de, por si só, serem incapazes de superar a situação de carência económica em que se encontram e terem condições financeiras para residir fora do bairro.

“Não tem vantagens; moro no bairro porque não tenho condições económicas para sair.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, doméstica)

Para alguns moradores, a única vantagem de viver no bairro é mesmo ter uma casa para viver, o que demonstra a importância da questão da habitação. Como refere Ferreira (2014, p. 81), “o acesso a uma casa é, na maioria dos casos, o único projeto de vida dos indivíduos. A casa é o principal palco da vida quotidiana e é em torno da questão da habitação que a vida dos indivíduos se vai centrando”.

“Nenhumas [vantagens] a não ser ter um lar.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, mecânico)

As relações de vizinhança, consideradas por alguns moradores como um aspeto positivo do bairro, são consideradas por outros como uma desvantagem, sobretudo pelos conflitos entre moradores e pelo barulho por eles provocado. Nota-se um certo preconceito de moradores do bairro relativamente a outros moradores, nomeadamente face aos indivíduos de etnia cigana e aos jovens, a quem são imputados os atos de vandalismo do bairro. Este aspeto pode dever-se ao facto de alguns moradores não gostarem de viver no bairro e/ou não se identificarem com o estilo de vida dos seus vizinhos.

“Não gosto do ambiente e não gosto da proximidade com a maioria dos vizinhos; gosto de ter o meu espaço, as pessoas metem-se muito na vida uns dos outros a dar palpites.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

Foram ainda referidas outras desvantagens, nomeadamente a criminalidade e o tráfico de droga no interior do bairro, a falta/dificuldade dos acessos ao bairro, sobretudo de automóvel, a falta de transportes públicos e o descuido com a manutenção do espaço público.

“Falta de transportes públicos com maior regularidade a passar no bairro.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, desempregado)

“Pouco acesso de automóveis e ambulâncias principalmente.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, desempregada)

Embora a maioria dos moradores estejam satisfeitos com o bairro e de grande parte considerar que não há desvantagens em lá viver, alguns indivíduos, resultado da conjugação de alguns dos aspetos negativos já referidos, consideram que tudo no Bairro das Andorinhas é desvantagem, o que demonstra o grande descontentamento de alguns moradores com este lugar.

“Tudo é desvantagem; quero sair do bairro o mais rapidamente possível.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, reformada)

“Só tem desvantagens, toxicodependentes.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, doméstica)

Como referido, a avaliação não é tão positiva quanto à qualidade das habitações. Alguns moradores consideram a fraca qualidade das habitações um aspeto negativo porque, além de não terem garagens nem elevador, foram construídas com materiais de fraca qualidade, o que resultou na rápida degradação dos edifícios e na perda de conforto.

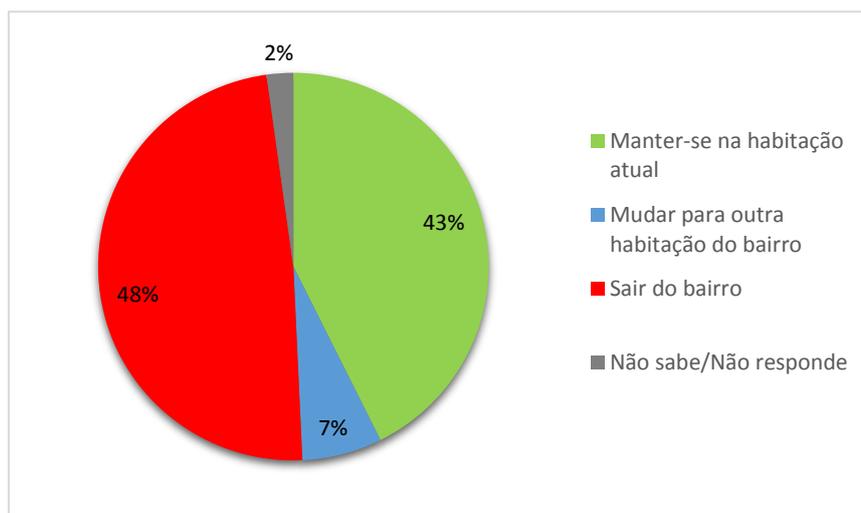
“Está muito velho, as casas já não têm grandes condições de conforto comparado com o que há agora.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

Em parte, como resultado das desvantagens referidas, se tivessem possibilidades de mudar para outra habitação, 55% da amostra optava por mudar de habitação (7% para outra habitação no interior do Bairro das Andorinhas e 48% para outra habitação mas fora do bairro das Andorinhas), o que reflete o descontentamento com a qualidade das habitações e em alguns casos com o próprio bairro (Figura 12). Seria importante identificar estes casos e avaliar eventuais auxílios que possam ser prestados para facilitar essa mobilidade residencial, por parte dos residentes que por ela ambicionam. De um modo geral, o acesso a um bairro social deveria ser sobretudo encarado como um auxílio temporário numa fase particular da vida em que por condições conjunturais as famílias enfrentam dificuldades que lhes limitam a capacidade de encontrar um alojamento condigno. Beneficiando desta ajuda e ultrapassada esta fase seria importante que estas famílias conseguissem regressar ao mercado de habitação normal, inclusivamente por ser relevante para o seu processo de inclusão social, libertando a habitação social que ocupavam para outra família

que necessite de apoio e assistência social. O facto de quase metade dos habitantes do bairro manifestarem interesse em transitar para uma habitação fora do bairro pode ser entendido como algo positivo, devendo ser auxiliadas nesta pretensão de mobilidade residencial, sempre que possível para o mercado normal de habitação.

Figura 17 Vontade dos moradores no Bairro das Andorinhas em permanecer na habitação em que residem atualmente



Todavia, e apesar dos problemas referidos com a qualidade das habitações, mais de 2/5 (43%) dos moradores manifestaram o desejo de se manterem na habitação atual. Ferreira (2014, p. 97) explica este aspeto pelo facto de para muitos moradores dos bairros sociais, a mudança para estes lugares ter correspondido a uma melhoria das condições de habitabilidade (as casas têm saneamento, higiene, tamanho suficiente para acolher uma família nuclear), pelo que a degradação das habitações, a falta de conforto e os vários problemas do bairro não afetam o gosto que os moradores sentem por lá viver e, além disso, as condições habitacionais continuam a ser melhores do que as anteriores, reconhecendo que, com as suas limitações (sobretudo financeiras), são incapazes de ter uma habitação com condições melhores que a atual.

5.3.4. Avaliação da integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga

Embora diversos moradores tenham referido sentirem-se vítimas de preconceito e exclusão por parte da restante população da cidade de Braga, pelo facto de viverem num bairro que assumem perigoso e lugar de criminalidade, a maioria dos membros desta amostra referiu nunca ter sido prejudicada na vida profissional ou em entrevistas de emprego pelo facto de viver no Bairro das Andorinhas.

“O bairro ganhou má fama por ser um bairro social problemático.”

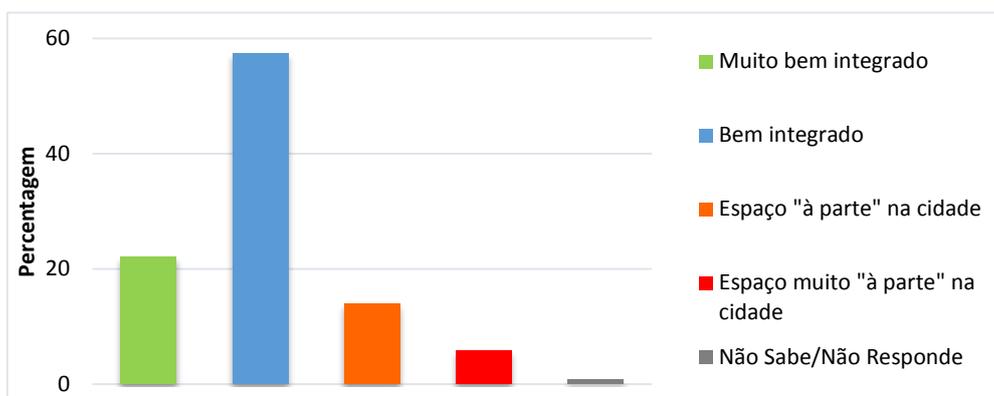
(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

“Somos olhados pela sociedade de forma diferente.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, serralheiro)

A perceção quanto ao facto do Bairro das Andorinhas se encontrar bem ou mal integrado na cidade de Braga, é muito distinta consoante a avaliação é feita a partir do seu exterior ou interior. Se, como vimos anteriormente, 56% da população de Braga considera que este Bairro é um espaço segregado e mal integrado na cidade, esta visão não é partilhada pela grande maioria dos indivíduos que residem no Bairro (Figura 13). Os seus moradores têm a perceção de que o Bairro das Andorinhas é um espaço bem integrado na cidade (79,4%, dos quais 22,1% o consideram muito bem integrado). Pode, assim, referir-se que a segregação socio-espacial deste bairro não é tão sentida pelos seus moradores como pelos restantes habitantes da cidade, o que constitui um sinal relevante de que as medidas programadas para atenuar esta segregação não devem estar exclusivamente direccionadas para o bairro e para a sua população, devendo abranger também iniciativas dirigidas à restante população da cidade de Braga, no sentido de conseguir inverter conotações negativas e a imagem mental que foram construindo sobre este espaço da cidade. A resolução da segregação socio-espacial do Bairro das Andorinhas passa também por intervenções que promovam uma maior interação dos habitantes de Braga com este bairro e a sua população, no sentido de desmistificar preconceitos e estigmas.

Figura 18 A integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga, na perspetiva de quem habita no bairro



Atualmente e quando se analisam os principais motivos pelos quais o Bairro das Andorinhas é frequentado por moradores noutros locais da cidade, verifica-se que tal acontece sobretudo no âmbito das relações familiares e de amizade de quem habita no bairro. A frequência externa do bairro ocorre sobretudo para visitar familiares e amigos que lá vivem e para atividades de lazer, nomeadamente jogos de futebol, concentrações da claque de futebol *Red Boys* e para participar nas iniciativas promovidas pela Associação de Moradores. Não pode, por isso, dizer-se que é um bairro fechado à cidade e frequentado apenas pelos seus moradores; tem revelado capacidade de atratividade externa, embora esta se encontre muito limitada às redes familiares e de amizade dos seus moradores. Contudo é um caminho de abertura já iniciado e meritório, sendo por ventura um contributo importante para o facto de já 42% da restante população de Braga ter uma opinião positiva sobre o Bairro das Andorinhas (Figura 8).

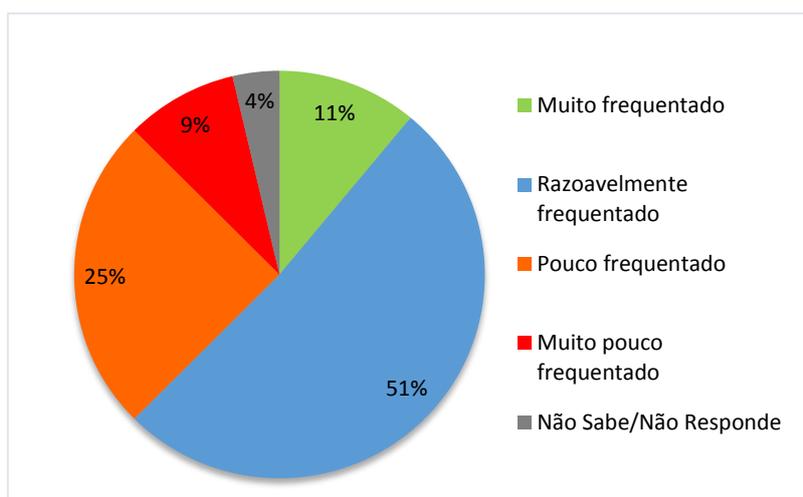
"Vêm para virem ter com os amigos ao café e à associação."

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, estudante)

Importa contudo frisar que o facto de 3/5 dos moradores do Bairro das Andorinhas considerar que este é um espaço já frequentado pelos restantes moradores da cidade (Figura 14), nem sempre esses hábitos de visita são aceitáveis ou desejáveis. De facto, os inquiridos também reconhecem que há indivíduos que frequentam o bairro devido a atividades ilegais, nomeadamente

tráfico de droga. Um problema muito grave que importa resolver pelas razões mais óbvias mas também pela conotação negativa que cria sobre o bairro e que dificulta a sua integração.

Figura 19 Frequência do Bairro das Andorinhas pelos restantes moradores da cidade de Braga, na perspetiva de quem habita no bairro



Os inquiridos consideram mesmo que o facto de a população da cidade de Braga ter uma imagem negativa do Bairro das Andorinhas, percecionando-o como um lugar problemático e perigoso, afasta-a do bairro e cria um sentimento de medo relativamente a este lugar.

“Têm medo devido ao tráfico de droga e prostituição que há no bairro.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, reformada)

A maioria dos moradores inquiridos (65,5%) considera que é negativo o facto de os restantes habitantes da cidade não frequentarem o bairro por outras razões, o que se deve, no seu entender, à imagem negativa que têm do bairro, associando-o a um lugar de criminalidade e insegurança, que prejudica a população que nele reside. Reconhecem ainda, que o facto de não existir nada de atrativo no bairro que desperte o interesse da restante população para o frequentar, não permite que confrontem a perceção que têm do bairro com a realidade, o que irá perpetuar a imagem negativa que têm deste lugar. Os moradores referem que o preconceito por se tratar de um bairro social afasta a população da cidade, embora reconheçam que há motivos para essa conotação externa negativa pois há indivíduos que só vão ao bairro em busca de droga.

“É negativo, uma vez que muitos dos que frequentam o bairro apenas o fazem por motivos ilegais (droga).”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

“Assim se cria uma má imagem do bairro, o que trás consequências para a população local.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, desempregada)

5.3.5. A imagem mental acerca do Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores

Antes de irem residir para o bairro, muitos moradores referiram não ter qualquer imagem sobre o espaço, uma vez que muitos deles foram aí realojados logo após a sua construção. Contudo, tinham a expectativa de que seria bom viver no bairro, pois ocupariam um bairro novo, central, e sobretudo teriam uma habitação mais confortável que lhes proporcionaria melhores condições de vida.

“Achava um local confortável porque iria ter melhores condições de habitabilidade do que tinha anteriormente.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, doméstica)

Considerando aqueles que aí foram realojados nos anos seguintes, quando o bairro já se encontrava ocupado por outras famílias, neste caso esses moradores tinham já uma imagem mental acerca do bairro, antes de nele ingressarem. Devendo referir-se que parte deles tinham uma ideia negativa do bairro, vendo-o como um lugar problemático e perigoso, não só pela conotação negativa geral que genericamente se tem sobre os bairros sociais, mas também por dinâmicas próprias deste espaço associadas à presença da etnia cigana e a comportamentos e práticas que lhes causava descontentamento, como seja a informação da presença local de prostituição e tráfico de droga.

“Via o bairro como um lugar de prostituição e tráfico de droga.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, doméstica)

“Tinha a ideia de um bairro pouco seguro devido ao grande número de ciganos.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, reformada)

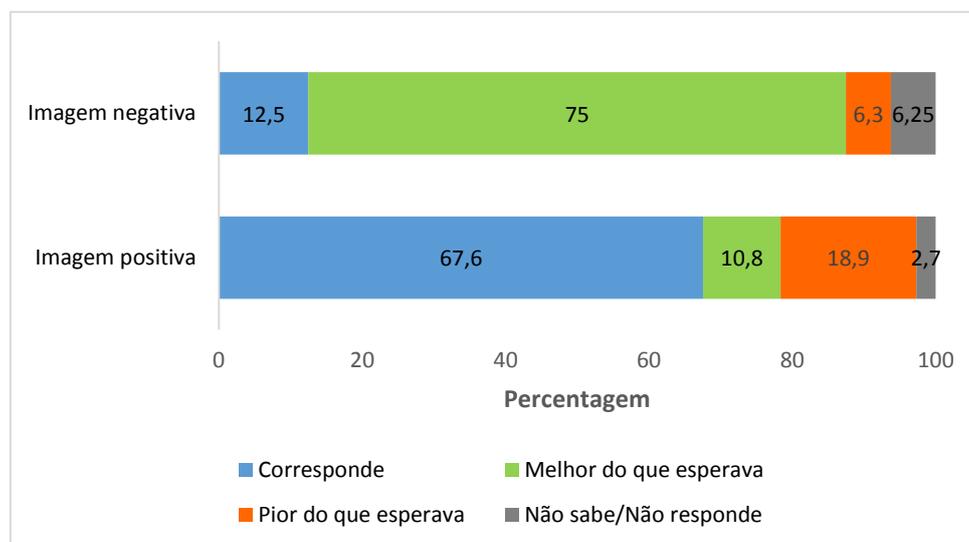
“Tinha uma má imagem, como de qualquer bairro social.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, incapacitado para o trabalho)

É interessante constatar-se que mesmo os moradores que tinham pouca expectativa de virem a gostar de viver no bairro assumem que a realidade que encontraram foi melhor do que esperavam. Tinham criado uma imagem negativa deste local, fundamentada no que ouviam falar dele e, no entanto, com a convivência com os restantes moradores e o conhecimento da vida no bairro, esta imagem perdeu fundamento. Existe pois um potencial muito importante a ser explorado para promover o combate à segregação socio-espacial do Bairro das Andorinhas, pois a alteração da conotação negativa que os restantes habitantes de Braga têm sobre o bairro não é uma estratégia que pretende mascarar a realidade, mas uma intervenção necessária para aproximar a imagem que se foi criando sobre um espaço à sua realidade.

Refira-se que, de entre aqueles que tinham uma imagem negativa do bairro, apenas 12,5% consideram que esta correspondeu com a realidade que foram encontrar no bairro e 6,3% consideram que vieram a encontrar uma realidade pior do que a expectável. Sendo relevante destacar um dado importante obtido por este inquérito: 75% dos que tinham uma imagem negativa acerca do bairro vieram a encontrar uma realidade melhor do que a imagem mental que tinham construído sobre este espaço (Figura 15). Um dado que é corroborado pela análise do grupo dos que previamente à mudança da sua residência para o bairro tinham uma imagem positiva do bairro, pois para 78,4% destes a realidade que vieram a encontrar no bairro corresponde à imagem positiva que tinham do bairro ou inclusivamente superou essa percepção prévia que já era positiva.

Figura 20 Confrontação entre a imagem (positiva ou negativa) que os moradores tinham do Bairro das Andorinhas antes de nele viverem e a realidade que encontraram



Nos casos em que os níveis de satisfação dos moradores com o bairro não são ainda os desejáveis, foi assinalado que para melhorar a qualidade de vida e bem-estar no bairro, os moradores consideram fundamental que este seja requalificado e que sejam melhoradas as condições das habitações, não só através da sua pintura, mas sobretudo através de intervenções nas fachadas para impermeabilizar os apartamentos e, assim, reduzir a humidade e aumentar o conforto térmico.

“Poderiam pintar alguns prédios que já estão muito degradados.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, desempregada)

“Intervirem na restauração do interior das casas que necessitam de tudo: luz, canalização, paredes, cozinha, wc’s, chão e impermeabilização. Há muita humidade.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, serralheiro)

O espaço público de enquadramento das habitações contribui para a satisfação com o local de residência e qualidade de vida da população. Neste sentido, os moradores consideram que é importante melhorar a limpeza das ruas, nomeadamente com a colocação de mais contentores de lixo, iluminação, cuidado com os espaços verdes e áreas de lazer, sobretudo o parque infantil. Bem como sugerem colocar relva sintética no campo de futebol, instalar mesas e bancos nos jardins e criar mais espaços de lazer destinados às crianças e aos jovens.

“Mais espaços para as crianças brincarem, já que só temos um campo para jogar futebol.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, estudante)

“Reabilitação dos edifícios públicos e prédios, melhorar a qualidade da limpeza do bairro.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, motorista)

Foi igualmente referida a necessidade de melhoria dos acessos ao bairro, a instalação de equipamentos e serviços, nomeadamente uma biblioteca, uma piscina e uma esquadra de polícia, assim como mais espaços comerciais. Também o aumento da segurança e o alargamento e aproximação da rede de transportes públicos que serve o bairro, são investimentos que os moradores consideram importantes.

Segundo os moradores, a reabilitação dos edifícios e o aumento da segurança no bairro contribuiria para melhorar a imagem deste lugar na cidade. Efetivamente, os bairros degradados aumentam os níveis de insatisfação e de insegurança, uma vez que é frequente reunirem aspetos que contribuem para uma imagem negativa do lugar e para a sua associação à criminalidade, nomeadamente os graffitis, o lixo nas ruas, casas e jardins descuidados, falta de espaços verdes, locais pouco iluminados.

“Depois das possíveis obras nas habitações a opinião das pessoas de fora pode mudar.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, incapacitado para o trabalho)

Mas não apenas intervenções materiais são necessárias para facilitar a inclusão social destes moradores. O desenvolvimento de atividades de convívio, por exemplo destinadas a crianças e idosos, e a sua divulgação na cidade, são medidas referidas pelos moradores como contributos importantes para melhorar a imagem externa que existe sobre o bairro.

“Organizar aqui atividades mais ligadas à cidade e demonstração de mais interesse da Câmara pelo bairro. Tem as festas mas não são divulgadas na cidade. A Câmara não demonstra interesse nas atividades que se passam no bairro.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, desempregado)

“Fazer com que se frequente mais o bairro para perceber a sua realidade, as suas festas, missas, atividades da Associação de Moradores.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género feminino, empregada doméstica)

“Deviam fazer mais festas para chamar população das outras freguesias de Braga e assim estas poderem conviver e verificar que o bairro é seguro e sossegado.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, comerciante)

“Falar sobre o bairro nos meios de informação locais, assim as pessoas sabiam que apesar de ser um bairro de pessoas pobres e humildes é um bairro tranquilo.”

(Morador do Bairro das Andorinhas, género masculino, reformado)

Os moradores do Bairro das Andorinhas reconhecem que os habitantes da cidade têm uma imagem negativa deste lugar. Assim, para promover a integração do bairro na cidade e melhorar a imagem da população acerca deste espaço, os moradores consideram que deveriam ser realizadas mais atividades no bairro, por iniciativa da Associação de Moradores ou da Câmara Municipal, e divulgadas na cidade. Deste modo, o bairro seria mais frequentado pela população da cidade, que poderia assim confrontar a imagem mental que têm do bairro com a realidade.

6. Um contributo para o combate à segregação socio-espacial do Bairro das Andorinhas

A maioria dos bairros de habitação social em Portugal foi construída entre os anos 1970 e 1980 para fazer face, por um lado, às necessidades habitacionais da população que nas décadas anteriores migrara para as cidades e que vivia sem condições mínimas de habitabilidade e, por outro lado, para alojar o grande afluxo populacional que chegou ao país nos anos 1970, resultado do fim da guerra colonial.

No entanto, muitos destes bairros, que pareciam a melhor solução para acabar com os espaços abarracados e marginais das cidades, acabaram por se tornar, eles próprios, lugares problemáticos, degradados e estigmatizados. A sua localização periférica na cidade, a construção de fraca qualidade, a concentração de população com baixos recursos económicos e baixos níveis de instrução, a presença, por vezes, de comportamentos ilegais, entre outros fatores, transformou estes lugares em “ghettos”, que inspiram medo na restante população urbana e agravam a estigmatização e segregação dos seus moradores.

A consciencialização dos problemas decorrentes da concentração da população mais carenciada em bairros sociais tem levado à procura de novas formas de inserção urbana de habitação social. Neste sentido, tem-se destacado o papel do planeamento urbano no combate à segregação socio-espacial e na procura de uma sociedade mais coesa e socialmente sustentável.

A fim de promover a integração dos bairros na cidade e dos seus moradores na sociedade, têm sido adotadas diferentes soluções, que vão desde a demolição do bairro (de que é exemplo o Bairro de São João de Deus ou o Bairro do Aleixo, ambos na cidade do Porto), sendo que, nalguns casos, consegue-se que os seus moradores sejam realojados em habitações dispersas pela cidade,

no sentido de promover uma maior miscigenação social e evitar a constituição de lugares estigmatizados.

As intervenções de requalificação e regeneração urbana também constituem uma abordagem comum para minimizar os efeitos negativos dos bairros sociais. Estas intervenções atuam de acordo com as especificidades e os problemas de cada território com o objetivo de alterar a sua imagem negativa e melhorar a qualidade de vida dos seus moradores. Conforme referido anteriormente, são abordagens abrangentes que envolvem quer a transformação física e urbanística, quer a componente sociocultural dos territórios, a partir de intervenções de carácter mais imaterial com as quais se procura valorizar a diversidade e transformar as particularidades locais em vantagens competitivas. São exemplo disso, o festival “O bairro i o Mundo” no Bairro da Quinta do Mocho e a afirmação do Vale da Amoreira como Espaço de Experimentação Artística.

Embora não constitua objeto desta investigação a apresentação de uma estratégia de intervenção para resolver ou mitigar o problema da segregação sócio-espacial, algo que deverá ser necessariamente um esforço integrado e assente em medidas políticas vastas e de natureza muito diversa, considera-se contudo relevante dar um contributo, a partir e beneficiando da análise efetuada, para o desafio inerente à promoção de uma maior integração do Bairro das Andorinhas na cidade de Braga. Um contributo que, tirando partido das características específicas do bairro e das suas dinâmicas próprias, permita reverter a conotação negativa que os restantes moradores da cidade de Braga foram desenvolvendo sobre o bairro das Andorinhas. Pelas conclusões do capítulo anterior, baseadas na auscultação da população da cidade e dos habitantes do bairro, ficou claro que apesar dos problemas diversos e alguns graves que afetam este local, a imagem externa que foi sendo criada sobre ele não corresponde efetivamente com a realidade. Neste sentido, importa sugerir ideias que possam dar origem a um debate mais alargado e participado, de como reverter a imagem negativa que uma parte considerável dos restantes habitantes na cidade de Braga têm sobre o Bairro das Andorinhas. Iniciativas que procurem promover a frequência do bairro por parte da população da cidade no sentido de motivar a interação com o bairro e com os seus habitantes e, por esta via, facilitar o conhecimento da realidade local e assim, progressivamente, ir desmistificando preconceitos e revertendo conotações negativas que externamente foram sendo criados sobre o Bairro das Andorinhas.

O Bairro das Andorinhas, pela sua localização, não constitui um lugar de passagem e, por isso, só é frequentado por quem tem motivos para lá ir como, por exemplo, para visitar familiares e amigos. Assim, grande parte da população da cidade de Braga não frequenta o bairro, justificando que não existe nele nada de suficientemente atrativo que justifique uma deslocação propositada ao bairro. Além disso, a imagem negativa do bairro e o sentimento de insegurança por ele transmitido, constitui um obstáculo à interação entre os moradores e a restante população da cidade.

A imagem negativa dos bairros sociais deve-se, de certa forma, às notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social, que suscitam medo e desconfiança na população relativamente a estes lugares, mesmo em relação àqueles em que não se verificarem motivos que fundamentem qualquer insegurança. Por isso, muitas vezes, a conotação negativa destes lugares deve-se a um desconhecimento da realidade. Neste sentido, é importante desenvolver iniciativas que tornem o bairro mais atrativo e que cativem a população a visitá-lo e frequentá-lo, esclarecendo assim preconceitos e corrigindo imagens mentais. Estas intervenções devem “criar valor no espaço, ou seja, criar elementos de vitalidade que tornem o bairro atrativo para investidores, visitantes e habitantes” (Araújo, 2009, *cit.* Ribeiro, 2015, p. 34).

Os habitantes de Braga, quando questionados sobre o modo de reverter a conotação negativa do Bairro das Andorinhas, afirmaram que a construção de equipamentos ou a instalação de serviços no bairro faria com que as pessoas se deslocassem até lá e, deste modo, facilitaria a integração do bairro na cidade. Atualmente, o Bairro das Andorinhas caracteriza-se por ser um espaço quase exclusivamente residencial, uma vez que os únicos serviços lá presentes são um café, a sede da Associação de Moradores, um supermercado, a Associação Ida e Volta e a Associação Aventura da Saúde. Na envolvente do bairro não existem serviços e/ou equipamentos suficientemente atrativos e com áreas de influência mais abrangentes que aproximem a população urbana deste bairro. Relativamente aos espaços de lazer, apenas existe um campo de futebol e um parque infantil que, por se encontrarem dentro do bairro, servem apenas os seus moradores. Existe ainda o Parque Street Workout, um investimento ainda muito recente, pelo que ainda não é possível avaliar o seu efeito na captação de utilizadores de outras áreas da cidade.

A existência de duas associações culturais no bairro não tem tido uma influência decisiva na aproximação da população da cidade a este lugar, pelo que seria necessário criar condições para

que estas possam desenvolver iniciativas de maior atratividade, notoriedade e visibilidade, capazes de cativar a população a visitar o bairro. Por exemplo, a Associação Ida e Volta participa em vários eventos, nomeadamente no Encontro de Gigantones e Cabeçudos, enquadrado nas Festas de São João que se realizam em Junho no centro da cidade. Uma forma de divulgar esta associação e de atrair as pessoas a visitar o bairro seria a dinamização de Workshops de Criação de Gigantones e Cabeçudos, com inscritos de toda a cidade e de diversos escalões etários, tirando partido de competências acumuladas em mais de duas décadas de experiência desta Associação. Uma iniciativa que, convenientemente programada, facilitaria a interação entre a população do bairro e a restante população urbana. Estes Workshops poderiam decorrer em diversos momentos ao longo do ano e poderiam culminar numa exposição dos melhores Gigantones e Cabeçudos criativamente produzidos nestes Workshops, a organizar nos espaços públicos do Bairro, que por se encontrar próximo do centro da cidade, teria assim um motivo para ser visitado não só pelos seus habitantes, mas também pelos turistas que a visitam.

Como demonstrado, o Bairro das Andorinhas encontra-se rodeado por espaços verdes incultos, alguns de grande dimensão, que por se encontrarem desocupados constituem uma oportunidade para a construção de equipamentos que, segundo os habitantes de Braga, os possam motivar a frequentar o bairro. Compete à Câmara Municipal de Braga identificar o destino destes terrenos que melhor promova a integração do bairro na cidade. No entanto, atendendo a que a autarquia instalou o Parque Street Workout no bairro com a finalidade de incutir a prática de atividade física e de promover a adoção de estilos de vida saudáveis, e que, em 2018, a cidade de Braga será Capital Europeia do Desporto, parece uma estratégia concertada destinar os terrenos para a construção de equipamentos para a prática desportiva.

O título de Capital Europeia do Desporto foi atribuído pela ACES Europa (Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto) que, segundo a Câmara Municipal de Braga (2017) reconheceu “o desenvolvimento de programas municipais de incentivo à prática desportiva junto de toda a população, bem como os seus benefícios ao nível da promoção da saúde, integração e educação”. Neste sentido, e a pretexto desta distinção internacional, a autarquia irá reabilitar e criar alguns equipamentos desportivos da cidade.

Importa referir que no processo de candidatura a Capital Europeia do Desporto, a autarquia criou, em 2014, o programa “Mexe-te Braga”. Este programa realiza-se anualmente, entre Abril e Setembro, aos Sábados e Domingos, e consiste na realização de diversas atividades desportivas gratuitas. As atividades decorrem no centro da cidade ou no Complexo Desportivo da Rodovia. Assim, de modo a integrar o Bairro das Andorinhas nos eventos da cidade e a levar a restante população urbana a frequentá-lo, a autarquia poderia deslocar algumas destas atividades que realiza no centro da cidade para o bairro. Para tal, os espaços verdes incultos do bairro encerram um potencial relevante para acolher estas actividades, podendo equacionar-se a transformação destes em espaços destinados à prática de exercício físico ao ar livre por parte de toda a população de Braga, constituindo-se um parque desportivo no Bairro das Andorinhas de influência supra-local.

As atividades desportivas poderiam ser repartidas por estes espaços em função do grau de dificuldade. Assim, mais próximo do parque street workout poderia ser implementado um parque radical, destinado à população mais jovem, com paredes de escalada, rampas de skate e patins em linha e aulas de rope skipping, por exemplo. Um outro espaço, agora inculto, poderia acolher atividades com maior grau de exigência para um público adulto como, por exemplo, bootcamp, body combat ou body training. E ainda, um outro para exercícios mais abrangentes em termos etários, como o zumba, pilates, tai chi, yoga, entre outros.

A promoção destas iniciativas seria benéfica para o Bairro das Andorinhas, ao motivar a sua frequência por moradores de toda a cidade, e até por parte de visitantes e turistas. Por um lado, estas pessoas teriam oportunidade de conhecer melhor o bairro e de desmistificar a imagem negativa que têm deste local, diminuindo assim a estigmatização de que é alvo. Por outro lado, o bairro deixaria de ser apenas um local de passagem para se tornar um destino de praticantes amadores de desporto e demais população que viesse a aderir a estas iniciativas. De referir ainda, que o aumento da frequência do bairro estimularia o interesse na abertura de novos espaços comerciais, associados, por exemplo, à restauração ou ao comércio de equipamento desportivo, tirando partido dos espaços para serviços presentemente vagos no bairro, os quais facilitariam também a interação com a população local.

7. Conclusão

A Revolução Industrial fez chegar às cidades um grande afluxo populacional vindo do campo, que agravou os problemas urbanos já existentes e originou outros. Mais tarde, durante a reconstrução das cidades europeias após a 1ª Guerra Mundial, começou-se a questionar a cidade tradicional. Os problemas sociais que persistiam (desemprego, pobreza, falta de habitações) exigiam uma resposta rápida, revelando-se necessário construir novos alojamentos a baixo custo com o planeamento de novos bairros, à luz de um novo esquema de ordenamento urbano (Pinheiro, 2006). Neste sentido, em 1933, foi elaborada a Carta de Atenas que definia os princípios do Urbanismo Moderno. Este documento, fortemente influenciado pela corrente francesa (sobretudo pelos ideias funcionalistas de Le Corbusier), defendia o zonamento do uso do solo, diretrizes para controlar a expansão das cidades e a sua densidade de ocupação, a verticalização dos edifícios e a padronização das construções. Estas propostas influenciaram a produção teórica e as construções e modelos de desenvolvimento urbano do pós-Segunda Guerra Mundial até finais dos anos 1960 (Carvalho, 2009; Fraguito, 2009). Seguindo os princípios do Urbanismo Moderno, foram construídos bairros sociais verticalizados e de grande densificação urbanística na periferia das cidades para fazer face ao crescimento populacional e ao aumento da população desfavorecida nos centros urbanos. São disso exemplo, as habitações sociais construídas em Londres nos anos 1940 e os *grands ensembles* construídos na França entre 1950 e 1970.

Embora com menor dimensão que noutros países europeus, em Portugal o desenvolvimento industrial e a proliferação do capitalismo liberal também resultaram num crescimento populacional nas cidades, que fez emergir graves carências habitacionais. A ausência de uma política de habitação por parte do Estado e a incapacidade de responder eficazmente às novas procuras de alojamento agravaram a crise habitacional e aumentaram a construção clandestina.

A habitação social em Portugal ganhou relevo sobretudo após o 25 de Abril de 1974, com a consagração do direito à habitação na Constituição da República Portuguesa. o Estado assumiu

então a função de definir “uma política social capaz de facilitar o acesso de todos aqueles cidadãos que não têm meios económicos para adquirir ou arrendar a sua habitação aos preços do mercado” (Fonseca Ferreira, 1993, *cit.* LNEC, 2011, p. 72). Neste período, a população dos grandes centros urbanos continuava a aumentar, resultado da desmobilização dos militares que combatiam na guerra colonial e do regresso dos que viviam nas ex-colónias, bem como da continuidade do êxodo rural. Este afluxo populacional encontrou solução na construção de bairros de barracas e degradados, com o desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de habitações, para além da sobrelotação (INE, 2002, *cit.* Guerra, 2011). Perante esta situação, o Estado reforçou a sua intervenção na promoção direta de habitação através de programas de apoio técnico e financeiro aos promotores privados e cooperativos, que resultaram na construção massiva de alojamentos, na concentração territorial de habitação social de grande densidade populacional e no agravamento da segregação socio-espacial, ao concentrar territorialmente grupos socioeconómicos vulneráveis.

De facto, os bairros sociais acabaram por se tornar, eles próprios, um problema para as cidades. A concentração de população com baixos recursos económicos e baixos níveis de instrução, a sua localização periférica nas cidades, a sua vocação meramente residencial, onde se excluem outras dimensões da vida social, como o trabalho ou o lazer, a degradação urbanística, a convivência, por vezes atribulada, entre grupos étnicos diferentes ou a presença, em alguns desses contextos, de comportamentos mais marginais, constituem fatores de estigmatização negativa destes espaços (Pinto, 1994; Gonçalves, 1994, *cit.* Santos, 2015).

Assim, as políticas de habitação social podem ser promotoras de fenómenos de segregação socio-espacial, pois a concentração espacial de famílias desfavorecidas pode, segundo Pinto e Gonçalves (2000), favorecer a contínua reprodução das condições de desqualificação social e residencial. Brun e Rhein (1994, *cit.* Pinto e Gonçalves, 2000, p. 106) reconhecem o “efeito boomerang” entre situações de vulnerabilidade social e a tendência para o agravamento das condições de desqualificação social e de deterioração das relações sociais. Do ponto de vista social, a concentração de população socialmente homogénea promove a criação de estigmas sociais, sentidos sobretudo pelos moradores dos bairros problemáticos. Assim se justifica que, nalgumas situações de realojamento, o gosto pela casa se conjugue com o desgosto pelo bairro, resultado

de fatores como a desintegração, o isolamento social e a insegurança (Heitor, 2001, *cit.* Santos, 2015).

Perante estes problemas, a oferta de habitação social tem vindo a deixar de ser encarada como uma “medida de bem-estar politicamente aceitável” e têm-se procurado novas formas de financiar e aumentar a oferta de habitação a preços acessíveis, com a finalidade de promover uma maior integração social (Jamarozik, 2005, *cit.* Doney, 2013, p. 401). Neste sentido, as políticas urbanas têm vindo a adotar estratégias de miscigenação social, uma medida de discriminação positiva que consiste em colocar/manter a população desfavorecida nos espaços valorizados e em valorizar os bairros mais problemáticos, promovendo a interação entre os moradores de diferentes condições sociais. O principal objetivo é minimizar as situações de segregação urbana através da composição equilibrada dos territórios (LNEC, 2011, p. 22).

As vantagens da miscigenação social não se restringem ao combate da exclusão social e da segregação socio-espacial através da mistura, no mesmo contexto residencial, de indivíduos de diferentes estratos sociais; envolve também a valorização dos bairros sociais. Neste sentido, a miscigenação social promove o combate ao estigma e à imagem negativa com que algumas áreas urbanas são conotadas. A miscigenação social tem sido adotada por vários países na promoção da integração socioeconómica dos grupos mais vulneráveis. Nalguns casos, são aplicadas quotas mínimas de habitação social nas áreas residenciais, como ocorre na França ou na Alemanha; por sua vez, outros países optaram por concentrar no mesmo empreendimento diferentes tipos de posse e preços de habitação.

Embora concentrem vários problemas, as áreas críticas urbanas, como os bairros sociais, são locais com grande riqueza multicultural e com uma forte rede de apoio partilhado que, tanto a nível nacional como europeu têm sido alvo de intervenções de requalificação (Vasconcelos, 2007). Estas intervenções atuam de forma diferente em cada território e procuram revitalizar os espaços públicos, alterar a sua imagem negativa e melhorar a qualidade de vida da população. Exemplo disso é a Iniciativa Bairros Críticos que teve resultados muito vantajosos na Cova da Moura e no Vale da Amoreira, onde se desenvolveram medidas de combate à criminalidade, medidas de apoio ao emprego e à inserção profissional, requalificação física do bairro e policiamento de proximidade,

que, no conjunto, melhoraram a qualidade de vida dos moradores, mas também contribuíram para que a restante população urbana modificasse a imagem negativa que tinha destes lugares.

Para este estudo procurou conhecer-se a imagem mental que os habitantes da cidade de Braga têm sobre o Bairro das Andorinhas e quais os aspetos que a sustentam. Pois, como vimos, muitos dos bairros sociais são espaços estigmatizados sobre os quais existe uma conotação negativa, sendo que esta reforça a segregação socio-espacial que caracteriza muitos deles. Importa, por isso, conhecer qual a imagem que os habitantes da cidade de Braga têm sobre as suas áreas problemáticas em geral e sobre o Bairro das Andorinhas em particular. Este conhecimento é imprescindível para que possam ser convenientemente equacionadas medidas de atuação que visem eliminar ou atenuar essa conotação negativa e os efeitos perversos que daí decorrem para a inclusão social de quem habita neste bairro.

As principais áreas da cidade de Braga reconhecidas pelos seus habitantes como sendo problemáticas coincidem com os bairros sociais da cidade, o que evidencia a imagem negativa que se desenvolveu sobre estes lugares e acerca dos moradores que neles residem. O bairro social das Andorinhas é percecionado pelos residentes da cidade de Braga como um espaço que não se encontra convenientemente integrado na cidade, o que resulta do facto de não ser muito frequentado pela restante população. Quem frequenta o bairro fá-lo essencialmente para visitar moradores. O facto de não existir nele qualquer atrativo que desperte o interesse da população é o principal motivo pelo qual a população da cidade não frequenta o bairro. Por outro lado, o facto de a maioria dos habitantes da cidade ter uma perceção negativa do bairro, como um lugar problemático, também os afasta deste local.

Os moradores do bairro gostam e estão satisfeitos quer com o bairro, quer com a habitação em que vivem, o que evidencia um sentimento de pertença que deve ser entendido como algo positivo e valorizável em qualquer estratégia de intervenção programada para o bairro. Contudo, verifica-se maior satisfação com o bairro do que com as habitações, o que indicia a necessidade de investir na melhoria das condições de habitabilidade.

A perceção quanto ao facto do Bairro das Andorinhas se encontrar bem ou mal integrado na cidade de Braga, é muito distinta consoante a avaliação é feita a partir do seu exterior ou interior. A

segregação socio-espacial deste bairro não é tão sentida pelos seus moradores como pelos restantes habitantes da cidade, o que constitui um sinal relevante de que as medidas programadas para atenuar esta segregação não devem estar exclusivamente direcionadas para o bairro e para a sua população, devendo abranger também iniciativas dirigidas à restante população da cidade de Braga, no sentido de conseguir reverter conotações negativas e a imagem mental que foram construindo sobre este espaço da cidade. A resolução da segregação socio-espacial do Bairro das Andorinhas passa, assim, por intervenções que promovam uma maior interação dos habitantes de Braga com este bairro e a sua população, no sentido de desmistificar preconceitos e estigmas.

No caso do Bairro das Andorinhas a população da cidade considera que seria importante desenvolver nele iniciativas que tornem o bairro mais atrativo e que cativem a população a visitá-lo e que, deste modo, permitam esclarecer preconceitos que sobre ele se desenvolveram, ajudando a formar uma imagem sobre o bairro das Andorinhas que corresponda melhor à sua realidade. Foi nesse sentido referido que a dinamização de iniciativas associadas a atividades artísticas e culturais, beneficiando de especificidades locais relacionadas com o seu tecido associativo, faria com que as pessoas se deslocassem até ele facilitando, deste modo, a sua melhor integração na cidade. Por outro lado, uma das estratégias adicionais a adotar poderia passar por realizar no bairro algumas atividades desportivas ao ar livre organizadas pela cidade. Este tipo de iniciativas, dinamizadas pela Câmara Municipal de Braga em parceria com outras instituições são, na grande maioria das vezes, realizadas no centro da cidade, um local que é, já de si, muito atrativo e que não carece de mais elementos que cativem a população a frequentá-lo. A deslocalização destas atividades, como é o caso do programa “Mexe-te Braga”, para o Bairro das Andorinhas poderia ajudar a atrair a população da cidade a este local, dando-lhe a oportunidade de conhecer as dinâmicas reais do bairro e, assim, estruturar uma imagem mental do Bairro das Andorinhas mais de acordo com a realidade que o caracteriza.

Bibliografia

Abrantes, T. (1994). “Efeitos Perversos” dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões”. *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, nº 20, pp. 50 – 54.

Almeida, E. de (2010). *O “construir do construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. Tese de Doutoramento. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 236 p.

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas “em risco” na cidade do Porto*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, 336 p.

Alves, S. (2011). “Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas”. *Cidades, Comunidades e Territórios* (23), pp. 41 – 59.

Alves, S. e Andersen, H. T. (2015) – “Social housing in Portugal and Denmark - a comparative perspective”. Paper presented at ENHR - *European Network for Housing Research Conference*, Lisboa. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/19984>>

Amílcar *et al.* (2011a). “Problemas e desafios emergentes da habitação social: Uma reflexão sobre a (in) sustentabilidade da habitação pública”. *1ª Conferência de Planeamento Regional e Urbano – Território, Mercado Imobiliário e Habitação*, Universidade de Aveiro.

Amilcar *et al.* (2011b). *Notas sobre política de habitação em Portugal – trajetórias e possibilidades*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 7 p.

Antunes *et al.* (2014). “O Estado Novo na promoção e implementação de bairros de habitação social na cidade de Lisboa”. *Actas do XIV Congresso Ibérico de Geografia*. Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho, pp. 975 – 980

Arkin, H. e Colton, R. (1967). *Table for Statisticians*. New York: Barnes & Nobles

Augusto, N. M. (2000). “Habitação Social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão”. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Coimbra.

Barreira, J. P. F. (2000) – “Representações e Estilos de vida num bairro de habitação social”. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia – Passados Recentes, Futuros Próximos*, Coimbra

Barreto *et al.* (2010). “As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade”. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 8 (4), pp. 627 – 643.

Blanco, I. (2005). “Políticas urbanas de inclusión socio-espacial. La experiencia de Barcelona”. *Actas do X Congresso Internacional de CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública*, Santiago do Chile, 18 p.

Borges, M. (2011). *Caracterização Geral do Mercado de Habitação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 46 p. Disponível em: <<https://www.ua.pt/getin/ReadObject.aspx?obj=22664>>. Consultado em: 2 de dezembro de 2016, 11:50

Capucha *et al.* (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social – Relatório Final*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, 198 p.

Carniello, M. F. (2009). “O Processo de Formação da Imagem de Lugares”. *Atas do III Congresso ABRAPCORP*, São Paulo.

Carvalho, A. M. de (2009). *Pós-modernismo: passado ou presente*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 170 p.

Carvalho, P. (2015). “Bairro do Aleixo e Mercado do Bolhão já têm pareceres favoráveis”, *Público*, 26 de Janeiro de 2016.

CET/ISCTE, Augusto Mateus & Associados, IRIC/UP (2008a). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008 – 2013: Diagnóstico e Proposta para uma Estratégia de Habitação 2008/2013 – Sumário Executivo para Debate Público*. 55 p. Disponível em: <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211038E9kPG7ew2Zz82AW0.pdf>>. Consultado em: 29 de novembro de 2016, 15:12

CET/ISCTE, Augusto Mateus & Associados, IRIC/UP (2008b). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008 – 2013: Relatório 2 – Políticas de Habitação*. 169 p. Disponível em: <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211200I5eGS7kj9Fq51IF7.pdf>>. Consultado em 29 de novembro de 2016, 15:20

Coelho, A. B. (2011). “Do passado ao futuro da Habitação de Interesse Social II: algumas linhas temáticas de reflexão prática sobre uma urgente nova política de habitação de interesse social em Portugal”. *Infohabitar*, 351, 10 p.

Coelho, A. B. (2012a). “Afimial a habitação ainda interessa, e muito! Sobre uma nova Habitação de Interesse Social e uma cidade reabilitada e mais habitada (I)”. *Infohabitar*, 379, 8 p.

Coelho, A. B. (2012b). “Para uma renovada Habitação de Interesse Social: mais útil e mais adequada aos seus habitantes e à sua cidade”. *Infohabitar*, 380, 5 p.

Coelho, A. J. M. (1994). “É preciso integrar a “Habitação Social” na continuidade urbana”. *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, nº 20, pp. 71 – 78.

Constituição da República Portuguesa (VII REVISÃO CONSTITUCIONAL (2005)). PARTE I – Direitos e deveres fundamentais TÍTULO III – Direitos e deveres económicos, sociais e culturais; Artigo 65º (Habitação e Urbanismo). Consultado em: <url:http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Correia, C. A. (2009). “Bairro do Aleixo: novas soluções para problemas antigos”. *Direito Regional e Local*, nº 5, 5 p.

Costa, A. B. da (2016). “Prefácio” in Diogo *et al.* (org.) (2015), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, transformações e estudos*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.

Crespo, J. L. e Marques, T. S. (2014). “O papel das associações na inclusividade no bairro do Alto da Cova da Moura”. *Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia*. Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho, pp. 1005 – 1010.

Doney, R. (2013). “Social Mix and the Problematisation of Social Housing”. *Australian Geographer*, Newcastle, nº 44, pp. 401 – 418.

Fernandes, C. M. A. (2015). *Processos de melhoria social: a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 116 pp.

Ferreira, A. C. C. (2014). *Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, especialização em Desigualdades e Políticas Sociais. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 129 p.

Ferreira, A. F. (1988). “Política (s) de habitação em Portugal”. *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, (6), pp. 54 – 62

Ferreira, A. F. (1994). “Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER”. *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, (20), pp. 8 - 16

Ferreira, M. J. e Carvalho, R. (2010). “Estratégias residenciais em áreas críticas urbanas: O caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, em Lisboa”. *Atas do 16º Congresso da APDR*, Funchal, Universidade da Madeira, p. 2290 - 2324

Fraguito, J. G. (2009). *Políticas de Habitação: Implementação e Avaliação de Programas de Habitação na Cidade do Porto*. Relatório de Projecto de Mestrado em Engenharia Civil – Especialização em Planeamento. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 203 pp.

Gaspar, L. B. D. (2003). “Auto-segregação sócio-espacial em Lisboa”. *Revista de Estudos Regionais*, (4), pp. 75 – 93.

Gros, M. C. (1994). “”Pequena” História do Alojamento Social em Portugal”. *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, (20), pp. 80 – 90.

Guerra *et al.* (2001). “Políticas de Habitação – à procura de novas problemáticas”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (3), pp. 53 – 69.

Guerra, I. (1997). “Alojamento para pobres ou alojamento para todos?”. *Colóquio “A Política de Habitação”*, Lisboa: Conselho Económico e Social, p. 120 – 130

Guerra, I. (2001). “Intervenções Face à Exclusão Social Urbana: Uma luta inglória?”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (2), pp. 47 – 56.

Guerra, I. (2011). “As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, (22), pp. 41-68.

Guerra, P. (2012). “A Cidade Inclusiva” *in* Figueiredo *et al.* (org.) (2012), *Desafios da Governação das Cidades do século XXI*, Porto, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Hall, P. (2002). *Cidades do Amanhã – Uma História Intelectual do Planeamento e do Projecto Urbanos do Século XX*. São Paulo, Perspectiva

Instituto Nacional de Estatística (2016). *Caracterização da Habitação Social em Portugal – 2015*. Lisboa: INE, 7p. Disponível em: <http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2016/09/19ICHS-2015_PT.pdf>. Consultado em: 25 de novembro de 2016, 19:24

Issmael, L. S. e Menezes, P. M. L. (2004). “Cartografia, percepção e cognição espaciais: mapeamento mental do espaço geográfico”. *I Simpósio de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação*, Recife.

Jorge, M. J. F. (2015). *A Cultura da Sustentabilidade, um instrumento de Humanização*. Dissertação de Mestrado em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Forenses. Coimbra: Universidade de Coimbra, 64 p.

Kanashiro, M. (2004). “Da Antiga à Nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, nº 9, pp. 33 – 37.

Kozel, S. (2013). “Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais”. *Geograficidade*, Rio de Janeiro, nº 3, pp. 58 – 70.

Launay, L. (2011). *Les politiques de mixité par l'habitat à l'épreuve des rapports résidentiels. Quartiers populaires et beaux quartier à Paris et à Londres*. Tese de doutoramento em Sociologia. Paris: Université de Paris Ouest Nanterre La Défense, 496 p.

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2011). *“Mistura Social”: uma referência europeia partilhada?* Lisboa: LNEC, 183 p. Disponível em: <http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1003124/2/Rel%20434_11%20dSPACE.pdf>. Consultado em: 15 de outubro de 2016, 16:20

Lúcio, J. e Marques, F. (2010). “Inclusão Social – do conceito à estratégia: o caso dos sem-abrigo na Cidade de Lisboa”. *Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 24 p.

Malheiros *et al.* (2012). “Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa?” *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número Temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, pp. 97 – 128.

Malheiros, J. M. e Vala, F. (2004). “A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa”. *Revista de Estudos Demográficos*, nº36, pp. 89 – 109.

Matos, F. L. de (2001) – *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica na evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14995?locale=pt>> Consultado em: 15 de outubro de 2017

Mendes, C. (1997). “Habitação: de componente da política económica a elemento da política social”. *Colóquio “A Política de Habitação”*, Lisboa, Conselho Económico e Social, p. 16 – 28

Mendes, L. F. G. (2008). *Nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socio-espacial*. Tese de mestrado em Geografia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Monteiro, E. (2010) – “Capital da Juventude é a capital de distrito mais jovem do país”, *Jornal de Notícias*. Disponível em: <<https://www.jn.pt/local/noticias/braga/braga/interior/capital-da-juventude-e-a-capital-de-distrito-mais-jovem-do-pais-1546149.html>>. Consultado em: 22 de Junho de 2016

Mu, S. (2016). "Community Building in Social-Mix Public Housing: Participatory planning of Ankang redevelopment plan". *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, Taiwan, nº222, pp. 755 – 762.

Musterd, S.; Andersson, R. (2005). "Housing Mix, Social Mix and Social Opportunities". *Urban Affairs Review*, pp. 761 – 790.

Negri, S. M. (2008). "Segregação socio-espacial: alguns conceitos e análises". *Coletâneas do Nosso Tempo*, Rondonópolis – MT, (8), pp. 129 – 153.

OIT (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 224 p.

Palma, R. L. (2014). *O contributo da participação pública para a regeneração urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, 191 pp.

Pereira *et al.* (2010). "Geografia Fenomenológica: espaço e percepção". *Caminhos de Geografia*, v. 11 (35), p. 173 – 178.

Perista, P. e Baptista, I. (2010). "A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção". *Fórum Sociológico* (20), pp. 39 – 46.

Pinheiro, E. P. (2006). "O Desenho da Cidade: o Movimento Moderno e as propostas de uma nova forma urbana entre 1920 e 1960". *Actas do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, São Paulo.

Pinto, T. C. (1994). "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro". *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, nº 20, pp. 36 – 43.

Pinto, T. C. e Gonçalves, A. (2000). "Os bairros sociais vistos por si mesmos: imagens, conflitualidades e insegurança". *Cidades – Comunidades e Territórios* (1), pp. 101 – 111.

Praça, A. (1999). "Braga aposta na miscigenação social", *Público*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/local-porto/jornal/braga-aposta-na-miscigenacao-social-129932>>

(Consultado em 14 de Setembro de 2016)

Presidência do Conselho de Ministros (2015). *Estratégia Nacional para a Habitação*, Resolução do Conselho de Ministros n° 48/2015 de 15 de Julho, Diário da República, 1ª série, n° 136, pp. 4826 – 4850.

Ramos, M. C. e Patricio, O. (2014). "Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável". *The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 316 – 335.

Ribeiro, A. F. S. (2015). *Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 115 p.

Ribeiro, L. C. Q. (2003). "Segregação Residencial e Políticas Públicas: Análise do espaço social da cidade na gestão do território". *Cidades – Comunidades e Territórios* (6), pp. 33 – 50.

Rodrigues et al. (1999). "A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal". *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, Universidade do Porto, n° 9, p. 63 - 101

Rodrigues, T. M. V. S. (2013). *Avaliação da Integração Sócio-Urbana dos Empreendimentos de Habitação Social – Aplicação ao caso do Bairro 2 de Maio*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: Instituto Superior Técnico de Lisboa, 109 p.

Salgueiro, T. B. (1999). "Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano". *Inforgeo 14 – Espaços Urbanos*, pp. 65 – 76.

Santinha, G. e Marques, T. (2012). "A integração do princípio da Coesão Territorial na agenda política: o caso português". *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 2 (Dezembro), pp. 215 – 244.

Santos, C. (2015). "Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais." *Libertas – Revista da Faculdade de Serviço Social*, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 15 (1).

Santos, E. O. (2013). "Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas". *GeoTextos*, vol. 9 (1), pp. 41 – 70.

Santos, J. L. C. de (2009). "Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo", *Malha Urbana - Revista Lusófona de Urbanismo*, nº3, 24 p.

Santos, M. P. N. (2014). "As novas dinâmicas da sustentabilidade urbana em territórios de pobreza e exclusão social: o caso da Cova da Moura". *Revista Invi*, nº 91, pp. 115 – 155.

Santos, S. (2006) – "Mobilidades e percepções na "região urbana" de Coimbra". *Cadernos de Geografia*, nº 24/25, Coimbra, FLUC, pp. 179 - 292

Schmidt, L. P. (2009). *A (re)produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava(PR)*. Tese de Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Urbano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 282 pp.

Serra, N. (1997). "Território e Habitação em Portugal". *Oficina do CES*, nº 101 Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 17 pp.

Silva, G. (2012) – "Entre a representação e a revelação. Kevin Lynch e a construção da imagem (do nomadismo) da cidade". *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, nº 30, Rio de Janeiro, pp. 165 - 175

Sousa, S. (2008). “Iniciativa Bairros Críticos: uma experiência em torno de modelos de governança na gestão do território”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (16), pp. 69 – 75.

Sousa *et al.* (2012). “Iniciativa Bairros Críticos – Registos do Processo”, 70 pp. Disponível em: <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366634988G7tFZ6hr3Jr95TW4.pdf>>. Consultado em: 13 de dezembro de 2016, 10:15

Sousa *et al.* (2012). “Iniciativa Bairros Críticos – Parte III – A Operacionalização da Ação”, 326 pp. Disponível em: <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366635047J3uTM1mh0We79ZF1.pdf>>. Consultado em: 14 de outubro de 2017, 17:05

Tomás, H. M. C. B. (2015) – *A Gestão Pública como instrumento de combate à estigmatização e sentimentos de (in)segurança nos Bairros Sociais. Estudo de Caso: Bairro de Habitação Social “Quinta do Mocho”*. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, Lisboa, Instituto Superior de Gestão, 122pp.

Vasconcelos, L. (2007). “Cova da Moura: Uma experiência de intervenção sócio-territorial participada”. *Inforgo*, nº 20, 21, pp. 107 – 113.

Vázquez *et al.* (2015) – *“Ilhas” do Porto – Levantamento e Caracterização*. Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.domussocial.pt/assets/misc/img/Not%C3%ADcias_Domus/ilhas_lan%C3%A7amento_livro/Livro%20Parte%201.pdf>. Consultado em: 14 de outubro, 18:30

Vignoli, J. R. (2001). “Segregación residencial socioeconómica: qué es?, Cómo se mide?, Qué está pasando?, importa?”. *CEPAL – Serie Población y desarrollo* (16), Santiago do Chile, 80 p.

Vilaça, E. (1997). “Habitação Social – uma abordagem sistémica”. *Colóquio “A Política de Habitação”*, Lisboa: Conselho Económico e Social, p. 103 – 119

Vilaça, E. (2001). “O “Estado da Habitação”: medidas sem política num país adiado”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (3), pp. 83 – 92.

Villanova, R. de (2001). “Novas Sociabilidades e Miscigenação Urbana: Segregação Social e Territorial – Portugal e França em confronto”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 2, pp. 9-18.

<<http://portocanal.sapo.pt/noticia/91488>> (Porto Canal - consultado em 22 de Fevereiro de 2017, 10:40)

<<http://www.abrilabril.pt/local/havia-um-medo-que-se-quebrou>> (Abril Local – consultado em 13 de outubro de 2017, 14:13)

<<http://im-parcial.blogspot.pt/2013/06/loures-2013-urbanizacao-terracos-da.html>> ((Im)Parcial – a verdade dói... - consultado em 16 de outubro de 2017, 15:40)

<<http://www.domussocial.pt/noticias-domus/neste-porto-nao-ha-lugares-proscritos-ou-a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus>> (Domus Social – consultado em 16 de outubro de 2017, 17:51)

<http://geral.jf-svicente.com/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=484> (Junta de Freguesia de S. Vicente – consultado em 19 de outubro de 2017, 19:50)

<<http://avicentinaparoquiasvicente.blogspot.pt/p/contactos.html>> (Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente – consultado em 19 de outubro de 2017, 21:30)

<<http://www.aventuradasaude.org/>> (Associação Aventura da Saúde – consultado em 19 de outubro de 2017, 21:40)

ANEXOS

ANEXO A

Inquérito aos Habitantes da Cidade de Braga



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Geografia

Este inquérito destina-se a recolher informações para a dissertação de Mestrado em Geografia – Planeamento e Gestão do Território da Universidade do Minho

Para aplicação a indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos, que residem na cidade de Braga mas não no Bairro das Andorinhas:

1. Escalão etário (assinalar com um X)

1.1. 19 anos ou menos

1.2. Dos 20 aos 29 anos

1.3. Dos 30 aos 39 anos

1.4. Dos 40 aos 49 anos

1.5. Dos 50 aos 59 anos

1.6. Dos 60 aos 69 anos

1.7. 70 anos ou mais

2. Género (assinalar com um X)

2.1. Feminino

2.2. Masculino

3. Nível de escolaridade (assinalar com um X)

3.1. Menos de 4 anos de escolaridade

3.2. 1º Ciclo do ensino básico completo (4 anos de escolaridade completos)

3.3. 2º Ciclo do ensino básico completo (6 anos de escolaridade completos)

3.4. 3º Ciclo do ensino básico completo (9 anos de escolaridade completos)

3.5. Ensino secundário completo (12 anos de escolaridade completos)

3.6. Ensino superior completo (bacharelato ou licenciatura completos)

3.7. Pós-graduação (mestrado ou doutoramento completos)

4. Condição perante o trabalho (assinalar com um X)

4.1. Estudante

4.2. Doméstica/o

4.3. Desempregado/a (procura de 1º emprego)

4.4. Desempregado/a (procura novo emprego)

4.5. Empregado/a

4.6. Reformado/a

4.7. Incapacitado/a para o trabalho

4.8. Outra situação , qual? _____

5. Em que local da cidade de Braga mora?

6. Na sua opinião quais as áreas mais problemáticas/críticas da cidade de Braga?

7. Que ideia ou que imagem tem sobre o Bairro das Andorinhas?

8. Que opinião tem sobre o Bairro das Andorinhas

Muito Positiva	Positiva	Negativa	Muito Negativa

9. Considera que o bairro das Andorinhas está bem integrado com o resto da cidade de Braga ou é um espaço 'à parte' na cidade:

9.1. É um espaço muito bem integrado na cidade

9.2. É um espaço bem integrado na cidade

9.3. É um espaço 'à parte' na cidade

9.4. É um espaço com uma realidade muito particular e por isso muito 'à parte' da cidade

10. Costuma frequentar o Bairro das Andorinhas?

10.1 Sim porquê

10.2 Não porquê

11. No caso da sua opinião sobre o Bairro das Andorinhas não ser positiva ou de não o considerar convenientemente integrado com o resto da cidade, o que poderia ser feito para mudar essa sua opinião ou para que este não fosse tão visto como um espaço 'à parte' na cidade:

12. Imaginemos que hipoteticamente, por um qualquer motivo, teria de ir morar para o Bairro das Andorinhas, como avaliaria o seu grau de satisfação/insatisfação com o facto de ter de passar a morar nesse local, numa escala de 1 a 10, em que 1 é 'Totalmente Insatisfeito' e 10 'Totalmente Satisfeito'

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Totalmente Insatisfeito									Totalmente Satisfeito

ANEXO B

Inquérito aos Habitantes do Bairro das Andorinhas

 <p>Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais Departamento de Geografia</p>	<p>Este questionário é anónimo e destina-se a recolher informações para uma investigação académica no âmbito da disciplina de 'Geografia Humana de Portugal I' da Licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Para aplicação a indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos, residentes no **Bairro das Andorinhas – Braga**

[Nr do questionário_____]

1. Escalão etário (assinalar com um X)

1.1. 19 anos ou menos

1.2. Dos 20 aos 29 anos

1.3. Dos 30 aos 39 anos

1.4. Dos 40 aos 49 anos

1.5. Dos 50 aos 59 anos

1.6. Dos 60 aos 69 anos

1.7. 70 anos ou mais

2. Género (assinalar com um X)

2.1. Feminino

2.2. Masculino

3. Nível de escolaridade (assinalar com um X)

3.1. Menos de 4 anos de escolaridade

3.2. 1º Ciclo do ensino básico completo (4 anos de escolaridade completos)

3.3. 2º Ciclo do ensino básico completo (6 anos de escolaridade completos)

3.4. 3º Ciclo do ensino básico completo (9 anos de escolaridade completos)

3.5. Ensino secundário completo (12 anos de escolaridade completos)

3.6. Ensino superior completo (bacharelato ou licenciatura completos)

3.7. Pós-graduação (mestrado ou doutoramento completos)

4. Condição perante o trabalho (assinalar com um X)

- 4.1. Estudante
- 4.2. Doméstica/o
- 4.3. Desempregado/a (procura de 1º emprego)
- 4.4. Desempregado/a (procura novo emprego)
- 4.5. Empregado/a
- 4.6. Reformado/a
- 4.7. Incapacitado/a para o trabalho
- 4.8. Outra situação , qual?

5. Porque escolheu viver neste bairro? Qual o motivo porque veio residir para este bairro?

6. Quando se mudou para este bairro tinha certamente uma ideia sobre ele e sobre como seria morar aqui. Qual era essa ideia que tinha?

7. Hoje e conhecendo o que é viver neste bairro, considera que a ideia que tinha deste bairro antes de se mudar para cá, corresponde de facto com a realidade do que é viver aqui?

- 7.1. Sim, corresponde com a ideia que tinha
- 7.2. Não, é melhor viver aqui do que eu pensava que fosse
- 7.3. Não, é pior viver aqui do que eu pensava que fosse
- 7.4. Não sabe / não responde

8. Se tivesse condições financeiras que lhe permitissem mudar para uma outra habitação na cidade de Braga, o que preferia:

- 8.1. Manter-se na habitação onde se encontra atualmente
 - 8.2. Mudaria para uma outra habitação, mas no mesmo bairro onde mora
 - 8.3. Mudaria para outra habitação noutra local da cidade de Braga
- qual local?
e porquê que escolheria esse local?

9. Em relação ao bairro onde mora, como avalia os seguintes critérios:

	Muito Boa	Boa	Má	Muito Má	Não sabe/ não responde
9.1. Limpeza urbana (limpeza do espaço público)					
9.2. Qualidade dos espaços verdes públicos (passeios, jardins, praças)					
9.3. Transportes públicos					
9.4. Segurança e tranquilidade					

10. Globalmente, como avalia o seu grau de satisfação com o bairro onde reside:

- 10.1. Estou muito satisfeito em morar aqui
- 10.2. Estou satisfeito em morar aqui
- 10.3. Estou insatisfeito em morar aqui
- 10.4. Estou muito insatisfeito em morar aqui

11. Quais as principais vantagens de morar neste bairro:

12. Quais as principais desvantagens em morar neste bairro:

13. Este bairro é frequentado por moradores residentes noutras partes da cidade de Braga?

- 13.1 Muito frequentado
- 13.2 Razoavelmente frequentado
- 13.3 Pouco frequentado
- 13.4. Muito pouco frequentado

14. No caso de na questão anterior ter respondido que este bairro não é usualmente frequentado pelos restantes moradores da cidade de Braga, na sua opinião isso é:

- 14.1. negativo porquê?
- 14.2. positivo porquê?

15. No caso de ter respondido que este bairro é frequentado pelos restantes moradores da cidade de Braga, quais os motivos dessa frequência

16. Que opinião lhe parece que as pessoas que moram noutros locais da cidade de Braga têm sobre este bairro?

17. Considera que essa ideia que têm deste bairro corresponde com a realidade:

17.1. Sim

17.2. Não

18. Alguma vez (você ou alguém que mora consigo) se sentiu prejudicado na sua vida profissional (ou em entrevistas de emprego) pelo facto de residir neste bairro:

18.1. Sim

18.2. Não

Porquê

19. Considera que o bairro em que reside está bem integrado com o resto da cidade de Braga ou é um espaço 'à parte' na cidade:

19.1. É um espaço muito bem integrado na cidade

19.2. É um espaço bem integrado na cidade

19.3. É um espaço 'à parte' na cidade

19.4. É um espaço com uma realidade muito particular e por isso muito 'à parte' da cidade

20. Na sua opinião quais os principais investimentos que deveriam ser feitos para melhorar a qualidade de vida e bem-estar neste bairro?

21. No caso de achar que a opinião que os restantes habitantes de Braga têm sobre este Bairro não é muito positiva, ou que o veem como um espaço 'à parte' na cidade, o que acha que poderia ser feito no Bairro para alterar essa opinião das pessoas?

ANEXO C

Guião de Entrevista a Agentes Relevantes para o Bairro das Andorinhas

 <p>Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais Departamento de Geografia</p>	<p>Esta entrevista destina-se a recolher informações para a dissertação de Mestrado em Geografia – Planeamento e Gestão do Território, da Universidade do Minho</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1. O Bairro das Andorinhas é frequentado por moradores residentes noutras partes da cidade de Braga?
2. Se respondeu que este bairro não é usualmente frequentado pelos restantes moradores da cidade de Braga, na sua opinião isso é negativo ou positivo. Porquê?
3. Que opinião lhe parece que as pessoas que moram noutros locais da cidade têm sobre este bairro?
4. Quais os aspetos mais positivos do bairro?
5. Quais os principais problemas do bairro?
6. Globalmente, como avalia a qualidade de vida no Bairro das Andorinhas?
7. Considera que o bairro está bem integrado ou é um “espaço à parte” na cidade de Braga?

8. Qual o contributo dos principais agentes de desenvolvimento local (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Associação de Moradores, ...) para mudar a imagem que as outras pessoas têm do bairro?

9. Quais os principais investimentos que deveriam ser feitos para melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos residentes no bairro?

10. O que poderia ser feito para que o bairro estivesse mais articulado com o resto da cidade e fosse mais frequentado por pessoas que residem noutros locais da cidade? (Existe alguma atividade/evento, oficina, algum morador com aptidão para alguma atividade que possa ser mais desenvolvido, de modo a tornar-se um aspeto diferenciador do bairro e a atrair população que não reside no bairro)